

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS  
Mestrado em Desenvolvimento Social

O ARRANJO INSTITUCIONAL DO USO COMUNITÁRIO DO PEQUI (*Caryocar  
brasiliense*) NO MUNICÍPIO DE JAPONVAR/MG

por

ALDEMIR INÁCIO DE AZEVEDO

Montes Claros/MG, março de 2008

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS  
Mestrado em Desenvolvimento Social

O ARRANJO INSTITUCIONAL DO USO COMUNITÁRIO DO PEQUI (Caryocar  
brasiliense) NO MUNICÍPIO DE JAPONVAR/MG

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Social (PPGDS), da  
Universidade Estadual de Montes  
Claros – Unimontes, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo  
Martins

por

ALDEMIR INÁCIO DE AZEVEDO

Montes Claros/MG, março de 2008

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS  
Mestrado em Desenvolvimento Social

Dissertação intitulada “O arranjo institucional do uso comunitário do Pequi (Caryocar brasiliense) no município de Japonvar/MG”, de autoria do mestrando Aldemir Inácio de Azevedo, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins – PPGDS/Unimontes  
Orientador

---

Prof. Dr. Múcio tosta Gonçalves – FEAD  
Examinador externo

---

Prof. Dr. João B. de Almeida Costa – PPGDS/Unimontes  
Examinador interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena de Souza Ide  
*Coordenadora do PPGDS/Unimontes*

Montes Claros, 12 de março de 2008.

À minha família, especialmente aos meus pais, Edivaldo e Júlia, a quem devo a maior parte desta conquista, e com quem tenho aprendido muitas coisas sobre a sabedoria de viver.

À mulher simples, companheira e sonhadora que faz parte da minha vida: Cláudia.

Ao professor Herbert, cientista que sabe construir coletivamente o conhecimento.

Ao povo sertanejo forte, criativo, hospitaleiro e, sobretudo, apaixonado pelo espaço em que vive.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu professor, orientador e amigo Herbert. Sou imensamente grato pela sua colaboração na minha formação acadêmica durante estes dois anos. Admirável pelo seu apoio e incentivo incondicionais a todos que desejam crescer. Obrigado!

Ao PPGDS e a todos os professores agradeço a dedicação e empenho na construção do conhecimento através deste programa.

Agradeço aos professores João Batista e Múcio pela valiosa contribuição que deram à minha pesquisa por ocasião da participação na banca de qualificação.

Agradeço à Cooperativa dos Catadores de Pequi de Japonvar pelo acolhimento, abertura e possibilidade de realizar esta pesquisa. Meu obrigado nominal ao Sr. José Antônio, à Nilvânia e ao Sr. Teodomiro pela solicitude com que sempre me atenderam.

Ao meu amigo Rodrigo Mendes que me acolheu em sua casa durante as etapas de coleta de dados para a pesquisa.

Agradeço aos colaboradores que forneceram informações imprescindíveis para o desenvolvimento deste estudo. São eles: Anísio, Jovino, Antônio Carlos e Fernando Lima.

Obrigado aos meus colegas de mestrado pelo companheirismo e apoio mútuo durante o curso.

Manifesto o meu agradecimento especial aos amigos da equipe do Centro Marista de Pastoral, que me acompanharam nesta trajetória e sei que sempre torceram por mim e por esta conquista.

Agradeço a minha namorada, amiga e companheira pela paciência e incentivo nos momentos de entusiasmo, angústia e desânimo.

Aos meus amigos e companheiros de intensa convivência nos últimos dois anos: Amadeu, Edinalva e Marcos.

*“Eu quase nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.”*  
Guimarães Rosa

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender o funcionamento de um arranjo de uso comunitário do pequi (*Caryocar brasiliense*) no município de Japonvar/MG. A pesquisa utilizou o método estudo de caso, por se tratar da investigação de um fenômeno que exige uma análise contextual e o uso de múltiplas fontes de evidências. Inicialmente apresenta-se a definição do objeto de pesquisa e a metodologia usada na abordagem. Em seguida, faz-se um exercício de diálogo entre as formulações teóricas sobre os bens e recursos de uso comum, a partir do enfoque neo-institucionalista, com o paradigma da dádiva e a reciprocidade. Uma breve discussão sobre o conceito de desenvolvimento e uso sustentável dos recursos naturais em regimes de propriedade comum encerra a parte teórica do trabalho. No capítulo seguinte procede-se a uma caracterização do ambiente socioeconômico em que o caso estudado está inserido. Por fim, é feita uma análise dos mecanismos que a população de Japonvar utiliza para regular o sistema de uso comunitário do pequi em seu território. A hipótese que orientou a pesquisa deriva dos argumentos de Elinor Ostrom, isto é, de que não há uma solução única para os problemas dos comuns, demonstrando que a experiência de Japonvar, atualmente, reflete a combinação de uma lógica costumeira com um aparato institucional. Constatou-se que o caso estudado é uma experiência genuína de acesso comunitário ao pequi, combinando práticas culturalmente aceitáveis, o paradigma da dádiva e o mecanismo de mercado. A criação e os trabalhos da Cooperativa dos Catadores de Pequi assinalam a busca de aperfeiçoamento do arranjo comunitário e recriação do modo de vida da população, baseado na cooperação e na reciprocidade.

**Palavras-chaves:** Pequi; uso comum; arranjo coletivo; institucionalidade; cooperativa.

## ABSTRACT

This study attempts to understand the operation of an array of public use of Pequi (*Caryocar brasiliense*) in the municipality of Japonvar / MG. The research used the case study method, because it is the investigation of a phenomenon that requires a contextual analysis and the use of multiple sources of evidence. Initially it presents the definition of the object of research and the methodology used in the approach. Then, it is an exercise in dialogue between the theoretical formulations on the assets and resources in common use, from the neo-institutionalist approach, the paradigm of the gift and reciprocity. A brief discussion on the concept of development and sustainable use of natural resources in common ownership schemes has the theoretical part of work. In the next chapter proceeds to a consideration of the socioeconomic environment in which the case study is included. Finally, there is an analysis of the mechanisms that the population of Japonvar uses to regulate the system of public use of pequi in its territory. The hypothesis that guided the research derived from the arguments of Elinor Ostrom, ie that there is no single solution to problems of common, demonstrating that the experience of Japonvar, today, reflects the combination of a logic with a customary institutional apparatus. It appeared that the case studied is a genuine experience of community access to pequi, combining culturally acceptable practice, the paradigm of the gift and the market mechanism. The establishment and work of the Cooperative of Collectors of Pequi indicate the search for improving the array of community and recreational way of life based on cooperation and reciprocity.

**Key-words:** pequi; common use; collective arrangement; institutional; cooperative.

## LISTA DE SIGLAS

BR – Brasil

Cooperjap – Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Produtores Rurais de Japonvar.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MG – Minas Gerais

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

PFNM – Produtos Florestais não Maderáveis

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valor adicionado ao PIB por setor da economia em 2005.....	46
Quadro 2 – Dados do Censo Agropecuário: 2006.....	46
Quadro 3 – Lavouras permanentes e temporárias no município de Japonvar em 2005 .....	47
Quadro 4 – Extração vegetal em 2005.....	48
Quadro 5 – Renda média nominal mensal de residentes com 10 anos ou mais de idade .....	48
Quadro 6 – Frequência à escola da população residente com 10 anos ou mais de idade .....	49
Quadro 7 – Dados sobre a rede escolar em 2006.....	49
Quadro 8 – Índice de Desenvolvimento Humano: Japonvar, Minas Gerais e Brasil (1991 e 2000).....	50
Quadro 9 – Ciclo produtivo (anual) do pequi .....58	58
Quadro 10 – Dados da safra de pequi operacionalizada pela Cooperjap - 2006/2007 .....	77
Quadro 11 – Valores pagos aos trabalhadores dos processos de beneficiamento do pequi durante a safra 2007/2008.....	78
Quadro 12 – Preços praticados para o pequi e seus derivados na safra 2007/2008	79
Quadro 13 – Produtos processados e comercializados pelo Cooperjap durante a safra 2005/2006 .....	86

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região Norte de Minas Gerais destacando a localização do município de Japonvar.....	42
Figura 2 – População de Japonvar em 1991, por situação do domicílio .....	44
Figura 3 – População de Japonvar em 2000, por situação do domicílio .....	45
Figura 4 – População de Japonvar em 2007, por situação do domicílio .....	45
Figura 5 – Área do município de Japonvar indicando as principais comunidades rurais e os municípios vizinhos.....	64

**LISTA DE ANEXOS**

Anexo I	Texto da lei municipal que regulamenta a coleta e preservação do pequi.....	99
Anexo II	Fotos das atividades desenvolvidas com o pequi, pela população e na cooperativa.....	101
Anexo III	Matérias de jornais e revista sobre as atividades relacionadas ao pequi e outros frutos nativos do cerrado no município de Japonvar.....	103

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 .....	2
OBJETO E MÉTODO DA PESQUISA .....	2
1 O objeto da pesquisa .....	2
2 O método: estudo de caso .....	7
3 A coleta de dados .....	11
4 A estrutura do trabalho .....	12
CAPÍTULO 2 .....	14
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DOS REGIMES DE PROPRIEDADE COMUM DOS RECURSOS NATURAIS .....	14
1 Introdução .....	14
2 A origem das discussões.....	16
3 A teoria dos recursos de usos comum.....	19
3.1 Os elementos do neo-institucionalismo na teoria dos bens e recursos de uso comum de Elinor Ostrom .....	24
3.2 A dádiva e a reciprocidade como aspectos de estímulo ao comportamento cooperativo .....	27
4 Recursos naturais e desenvolvimento .....	30
4.1 O extrativismo no desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais .....	35
4.2 Uso sustentável dos recursos naturais em regime propriedade comum.....	37
CAPÍTULO 3 .....	41
O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES DE PEQUI.....	41
1 Introdução .....	41
2 Localização, características gerais e aspectos geográficos de Japonvar.....	41
3 Atividades econômicas .....	45
3.1 Educação, saúde e infraestrutura .....	48
3.2 Associativismo .....	51
CAPÍTULO 4 .....	54
OS MECANISMOS DE GESTÃO DO USO COMUNITÁRIO DO PEQUI EM JAPONVAR.....	54
1 Introdução .....	54

2 Pequi: “O ouro do cerrado” .....	54
3 Cotidiano e lugar das interações sociais, da construção identitária e das práticas individuais e coletivas dos catadores de pequi .....	58
3.1 A Comunidade São Bernardo .....	58
3.2 A Comunidade São Bernardo I .....	61
3.3 Os catadores de pequi que comercializam os frutos à margem da rodovia..	62
4 “A época em que todo mundo tem um dinheirinho” .....	65
4.1 A coleta dos frutos .....	69
4.2 A lógica costumeira que rege o acesso comunitário ao pequi .....	72
4.3 A Lei Municipal nº 96 de janeiro de 2004.....	73
4.4 Atores e atividades que dinamizam o circuito do pequi em Japonvar .....	75
4.5 Outros usos e potencialidades de pequi .....	81
5 A participação da Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Trabalhadores Rurais de Japonvar no arranjo de uso coletivo do pequi.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
ANEXOS .....	99

## INTRODUÇÃO

Grupos populacionais em distintas configurações territoriais, que apresentam intensa relação com os bens e recursos naturais, têm encontrado formas diversas, alternativas e adaptadas às realidades locais para administrá-los. Geralmente situados à margem dos centros dinâmicos do capital, esses grupos constroem arranjos eficientes de uso e manejo coletivos. Esta pesquisa examina a exploração comunitária dos frutos do cerrado, especialmente do pequi (*Caryocar brasiliense*), pelas comunidades rurais do município de Japonvar/MG, e que se constitui numa dessas formas construídas coletivamente.

Em todo o território do município existem práticas de uso e exploração do meio ambiente, que evidenciam a existência de um arranjo coletivo que permite aos membros das comunidades catar o pequi e outros frutos do cerrado como recurso de uso comum, mesmo se tratando de propriedades particulares. Busca-se compreender a institucionalidade expressa através das regras, acordos e costumes que permitem aos usuários ter o acesso coletivo aos frutos nativos.

Este trabalho pretende ainda elucidar de que forma os participantes desta experiência estão aperfeiçoando o funcionamento do arranjo social do qual fazem parte e os mecanismos que constroem e utilizam para atingir seus objetivos. O estudo busca compreender a racionalidade envolvida nas relações horizontais de cooperação e no uso sustentável do cerrado, com seus valores e práticas, para que o pequi continue sendo um recurso natural econômica e socialmente importante na vida das comunidades rurais do município de Japonvar/MG.

A opção por desenvolver esta pesquisa em Japonvar deveu-se ao fato de o município ser um dos maiores produtores de pequi da região, assim como é a localidade em que o extrativismo em geral é uma atividade importante, em especial a exploração doméstica e comercial do pequi.

## CAPÍTULO 1

### OBJETO E MÉTODO DA PESQUISA

#### 1 O objeto da pesquisa

Um dos aspectos mais distintivos entre o homem e outras espécies animais é a sua capacidade de sociabilidade. Desde os povos tribais mais primitivos até as complexas sociedades ocidentais contemporâneas, os homens estabelecem entre si teias associativas em níveis variados para assegurar a convivência e a reprodução da espécie. Ao estudar a vida em sociedade, Durkheim considera a divisão do trabalho social como um mecanismo sobremaneira importante para a configuração e manutenção das relações sociais. Neste sentido, a teoria durkheimiana desenvolveu o princípio de que quanto mais aumentasse a divisão do trabalho social numa dada sociedade, tanto mais cresceria a interdependência entre seus indivíduos (DURKHEIM, 2003). Esta compreensão pode ser encontrada na natureza do conceito de solidariedade orgânica desenvolvido por Durkheim, segundo o qual, por trás dos vínculos organicamente construídos pela sociedade haveria uma integração produto da cooperação (HIGGINS, 2005).

Mesmo com o liberalismo ocidental que incentivou a individualidade nos graus mais elevados que se tem registro na história da humanidade, são os arranjos coletivos que continuam a sustentar a vida em sociedade. Estes construtos sociais são das mais diversas naturezas e finalidades: desde os mais amplos e institucionais, como o próprio organização do Estado, até os acordos locais entre um determinado número de indivíduos, comunidade ou grupo para atingir um ou vários objetivos comuns, baseados no substrato cultural das pessoas. Dessa forma, os homens são capazes de estabelecer entre si diversos tipos de acordos, desde os mais gerais, como a forma de governo de um país, uma divisão territorial etc., até contratos sociais locais para conseguir um benefício para um bairro ou regras de uso e acesso a um recurso natural.

Neste sentido, esta pesquisa buscará compreender uma modalidade de arranjo coletivo local que foi e continua sendo estruturado por meio do acúmulo de experiências e conhecimentos dos indivíduos envolvidos no caso em questão. A hipótese que orienta esta pesquisa é a de que não há uma solução única e definitiva para as questões produzidas pelo uso de recursos de propriedade comum. Nesta perspectiva, a hipótese enunciada deriva dos estudos realizados por Elinor Ostrom (2000), que depois de investigar o uso comum das pradarias e de bosques no Japão e na Suíça, os sistemas de irrigação nas Filipinas, a pesca nos mares do Sri Lanka, a exploração das águas subterrâneas na Califórnia, entre outras institucionalidades de propriedade comunal, sustenta que cada uma dessas experiências construiu um arranjo institucional singular.

Segundo Feeny et al (2001, p. 19) “recursos de propriedade comum incluem peixes, vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestas”. Portanto, são as amplas as possibilidades de se encontrar arranjos que gerenciam o acesso coletivo a determinados recursos naturais, definidos por um grupo populacional. Um aspecto importante nos regimes de propriedade comunal é que “os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local” (FEENY et al., 2001, p. 21).

Ostrom (2000, p. 21) destaca que, em âmbito internacional, o crescimento de pesquisas nessa área se multiplicou a partir da década de 1990. No Brasil, os estudos sobre recursos de uso comum são recentes, e pouco explorados. Os pesquisadores brasileiros sobre o tema têm se concentrado em sistemas de pesca em rios, mar e lagos, e nas formas de uso e manejo da floresta amazônica e áreas úmidas do território brasileiro. Esta pesquisa abordará um arranjo de propriedade coletiva que se situa num bioma que características totalmente distintas das regiões em que os estudos brasileiros sobre os recursos de uso como têm se preocupado: o cerrado. No levantamento bibliográfico realizado não foi possível identificar muitos trabalhos com a abordagem do uso comum de recursos naturais em áreas de cerrado.

A riqueza e a diversidade do cerrado tem sido largamente comprovada por pesquisadores de diferentes disciplinas: a biologia, a sociologia, a geografia e

antropologia, entre outras. Por outro lado, o cerrado também apresenta alguns desafios: grande parte dos solos tem pouca fertilidade e escassez de chuvas. Durante as últimas décadas, na região Norte de Minas Gerais, vem sendo identificados muitos grupos de populações tradicionais que têm forjado mecanismos de adaptação, uso e conservação deste bioma, vivendo diretamente a terra e usufruindo das benesses do cerrado. Uma das possibilidades que as comunidades tradicionais têm encontrado para conviver, sobreviver e conservar o cerrado é a atividade extrativista. A variedade de recursos alimentícios, medicinais e artesanais é amplamente utilizada por essas populações.

Pozo (2002), em tese de doutoramento, analisa o município de Rio Pardo de Minas e desenvolve uma minuciosa pesquisa sobre o uso comunal das terras na região Norte de Minas Gerais. Um dos resultados a que chegou é que o sistema de uso comum das terras para pastagens e coleta de “produtos florestais não maderáveis” vem desde o processo de ocupação da região, e ainda continuam a existir essas institucionalidades como estratégias de sobrevivência e cuidado com o cerrado.

No município de Japonvar encontram-se fortes evidências de que permite postular a existência de um arranjo de exploração comum dos frutos do cerrado, especialmente do pequi. Emancipado em 1996, a totalidade do seu território foi desmembrado do município de Brasília de Minas. De acordo com o levantamento demográfico de 2007, o município tinha uma população de 8.264 habitantes, sendo que aproximadamente 31% vivem na área urbana e 69% se encontram na zona rural (IBGE, 2007). A atividade que envolve o maior número de pessoas na economia local é a agropecuária, sendo a criação de gado, o cultivo de milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar os principais produtos que geram renda para a população.

Mas um fruto nativo que tem sido expressiva fonte de renda e trabalho, e tem crescido a sua participação econômica na vida da população é o pequi. Historicamente o território que passou a constituir o município de Japonvar sempre foi reconhecido pela grande produtividade de pequi na região. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater e da Cooperjap – Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Produtores Rurais, que serão apresentados no quarto capítulo, informam que a renda e a qualidade de vida da população que

trabalha na zona rural têm aumentado por meio do aproveitamento e potencialização das possibilidades de uso dos frutos do cerrado.

No entanto, o interesse deste estudo é descobrir as regras e normas a partir das quais se organiza o manejo do pequi enquanto recurso de uso comum. As informações coletadas indicam que toda a área territorial do município é dividida em propriedades ou posses, que se encontram sob domínio de particulares, mas que existe um arranjo local em funcionamento que permite a coleta dos frutos do cerrado, especialmente do pequi, por trabalhadores e familiares que têm neste produto uma das suas principais fontes de renda. Esta coleta de frutos nativos acontece nos espaços particulares e, neste sentido, parece existir um casamento entre o domínio particular sobre a terra e o uso comunitário de recursos naturais, característica que sugere a existência de uma peculiaridade deste arranjo. Sendo assim, esta experiência parece aproximar-se daquilo que Luna (2003) chama de “sistema de direitos combinados”, inscrito numa determinada realidade.

Para que os habitantes da área em que opera este acordo de uso comunal do pequi e outros frutos do cerrado chegassem a estabelecer um regime de uso e manejo comum desses produtos em áreas que são propriedades particulares foi preciso acumular experiências e conhecimentos. Implica em descobrir o papel estratégico desempenhado pelo emaranhado de redes de relações sociais que funciona como fato-chave para sustentar a cooperação entre os indivíduos (HIGGINS, 2005, p. 22). Também em contextos que mesclam aspectos tradicionais com traços das sociedades capitalistas, existem dificuldades para orquestrar comportamentos individuais que resulte em benefícios coletivos.

Em Japonvar a experiência de uso e cuidado comunitário do pequi tem sido aperfeiçoado gradualmente, de forma a que atualmente a população parece utilizar combinadamente alguns mecanismos: as regras consuetudinárias de uso e acesso aos recursos naturais, as associações comunitárias, a lei municipal nº 94 de janeiro de 2004 que regulamenta a colheita dos frutos do pequizeiro e cooperativa dos catadores de pequi. Cada item será analisado separadamente no decorrer da pesquisa.

Isso significa descobrir e compreender como certo número de indivíduos conseguiu harmonizar os interesses individuais e os interesses coletivos para colocar em funcionamento em institucionalidade de propriedade comum. Da mesma

forma é importante compreender a racionalidade que fez deslanchar este processo e uso comum do pequi e quais as regras que continuam a sustentar a permanência desse sistema sócio-econômico-ambiental. Como, a partir das interações entre indivíduos, se constroem estruturas de intercâmbio e confiança que facilitam a cooperação e a criação de recursos coletivos? De uma maneira geral, pretendemos compreender como se expressa e organiza a cooperação social entre os indivíduos no interior do município de Japonvar por meio do acesso comum aos frutos do cerrado.

Um aspecto importante neste tipo de experiência é saber como o grupo de usuários consegue regular o uso do recurso de modo que garanta a sustentabilidade da exploração e a qualidade do meio ambiente. Obviamente que se não tiver nenhuma forma de controle, regulação e sanções para as transgressões a tendência é o esgotamento dos recursos e um desequilíbrio da natureza, imputando, conseqüentemente, ameaças a própria sobrevivência dos indivíduos da localidade. Esta tendência foi afirmada categoricamente por Hardin (1968) em *The Tragedy of the Commons*. Hardin argumenta que os homens que se encontram num ambiente de propriedade comunal tenderiam a seguir a racionalidade individualista de maximizar sempre mais seus lucros e buscariam explorar cada vez mais o recurso a têm acesso. E isso conduziria fatalmente a uma tragédia dos bens comuns. Para ele a solução seria um controle externo estatal ou então a privatização dos bens comuns. Entretanto, Ostrom (2000) mostra que os grupos que se encontram nessas situações têm sido capazes de combinar soluções sustentáveis, tanto para o meio ambiente quanto para a sobrevivência das pessoas.

Quando se sabe que muchos individuos actúan con reciprocidad en situaciones particulares, existe la ventaja de que cualquiera gane la reputación de ser confiable y se comporte con reciprocidad. En el núcleo de una explicación conductual e niveles de cooperación mayores a los previstos, en la mayoría de los dilemas sociales se trata de conectar entre la confianza que los individuos tienen en los demás, la inversión que los demás hacen en reputaciones confiables, y la probabilidad de que los participantes usarán normas recíprocas. (OSTROM, 2000, p. 13)

Sobre as formas de controle para que seja garantido o uso e a existência do recurso entre os usuários, no caso do arranjo existente em Japonvar, um a regra estabelecida por lei para todo o território do município regulamenta como deve ser a coleta do pequi. Isto evidencia tanto a importância deste recurso para essa

população quanto um mecanismo de controle e sanção aos possíveis transgressores.

Diante dos elementos apresentados, queremos descobrir, na experiência de Japonvar, os elementos determinantes do processo que fez os usuários chegar à decisão de formar uma cooperativa dos catadores de pequi e quais as finalidades dessa instituição. É importante saber se a presença de atores ou fatores externos como o poder público, órgãos governamentais ou o mercado influenciaram nesse processo. Isso tudo resulta da necessidade de conhecer os pontos-chaves “para compreender como los indivíduos que utilizan un recurso de uso comun pueden llegar a dirigir y administrar de manera efectiva sus propios recursos” (OSTROM, 2000, p. 34).

A seguir, serão apresentados os fundamentos teóricos que foram utilizados como baliza para os procedimentos metodológicos da coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa.

## **2 O método: estudo de caso**

O estudo de caso é um tipo de metodologia com características bastante amplas, que possibilita a utilização de várias estratégias para a coleta de dados. Um aspecto fundamental é o enfoque em eventos contemporâneos, ou seja, são investigações de fenômenos à medida que eles ocorrem. “O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo” (YIN, 2004, p. 49). Ao contrário das pesquisas experimentais nas quais o fenômeno é investigado em situação de isolamento do seu contexto e recorrem ao controle das variáveis que interessam ao pesquisador, no estudo de caso busca-se justamente a relação entre o fenômeno e seu contexto. O pesquisador acompanha o evento em seu ambiente natural e observa a interação das variáveis relevantes para seu foco de pesquisa dentro do seu objeto de estudo, porque não existe quase nenhuma possibilidade de exercer algum controle sobre os eventos. Segundo Yin (2004) a essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões que dizem respeito ao fenômeno. Por que

elas forma tomadas? Como foram tomadas? Quais os resultados alcançados? Assim, parecem ser fundamentais as perguntas “como” e “por que” para atender a principal preocupação de descobrir a interação entre fatores e eventos.

O funcionamento desse regime de uso e gestão dos frutos nativos no município de Japonvar, introduzido anteriormente, não se encontrado relatado em livros e manuais, ou registrados na história oficial do município, por exemplo. Ele pode ser visualizado diluidamente na vida das pessoas, nas relações e práticas sociais, sendo também objeto de transformações em seu funcionamento. As informações estão arraigadas na vida das pessoas que participam e atuam no manejo comum do pequi e outros frutos do cerrado. A constituição desse arranjo, a resolução dos conflitos, o estabelecimento de normas e regras estão vivas na consciência e na prática dos indivíduos que fazem parte dessa institucionalidade. Neste sentido, a maioria dessas informações só é possível de serem acessadas e conhecidas recorrendo múltiplas fontes de informações e evidências. Para atender a estes requisitos e necessidades da pesquisa adotamos o estudo de caso como metodologia deste estudo.

Uma das maiores vantagens apresentada pelo estudo de caso é a profundidade alcançada por este tipo de pesquisa, possibilitando investigar um número limitado de indivíduos, instituições, grupos ou unidade social. Esta categoria de pesquisa permite ao pesquisador concentrar-se em um aspecto ou situação específica e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos que interagem no contexto estudado. Com essa grande variedade de fatores e relacionamentos que podem existir na ocorrência do fenômeno, o pesquisador precisa estar atento e aberto à descoberta de novas informações e variáveis importantes (BELL apud KOCH, 1988). A cadeia de evidências produzida pelo pesquisador confere validade e confiabilidade ao estudo.

O ponto forte do estudo de caso é sua capacidade de explorar processos sociais à medida que esses ocorrem nas organizações, permitindo uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que ocorrem e são construídos nas organizações. A natureza mais aberta da coleta de dados em estudos de caso permite analisar em profundidade os processos e as relações entre eles (DIAS, 2000, p. 3).

A partir destas considerações é possível indicar que, como os dados são coletados sob condições de ambiente não controlado, isto é, em contexto real, é o

investigador que deve adaptar seu plano de coleta de dados e informações à disponibilidade do grupo que é objeto de estudo. Em outras palavras, é o pesquisador que se introduz no mundo do objeto, e não o contrário, como ocorre com metodologias de pesquisa em ambiente controlado. Isso significa que o comportamento do pesquisador deverá ser flexível e não contar com instrumentos rígidos.

De acordo com Yin (2004, p. 76) “o uso de múltiplas fontes de evidências permite o desenvolvimento da investigação em várias frentes – investigar vários aspectos em relação ao mesmo fenômeno”. As conclusões e descobertas ficam mais convincentes e apuradas já que surgem de um conjunto de corroborações. Essas fontes podem incluir entrevistas individuais, documentos e observação. Para maior riqueza e aproveitamento das informações associação entre o problema da pesquisa e as fontes de evidência é extremamente útil na coleta de dados. Desta forma, além das entrevistas, sempre que for conveniente, e seguindo o plano de coleta de dados, faremos uso de projetos, relatórios, comunicados, agendas e atas para levantar informações.

Portanto, não são cálculos estatísticos ou fórmulas matemáticas para mensurar determinadas variáveis que vão fornecer as informações mais importantes para possibilitar a análise e compreensão da realidade que nos propomos estudar. Não descartamos o uso de dados quantitativos, mas os mesmos terão um papel secundário, e não medida em que forem utilizados no trabalho será no intuito de apoiar e confirmar as interpretações. A pesquisa proposta não tem como meta uma representação numérica do grupo/fenômeno estudado, e sim a sua compreensão enquanto um grupo social, uma organização, uma instituição, uma trajetória, etc. enquanto pesquisa prioritariamente qualitativa seguimos uma orientação metodológica que buscará uma compreensão profunda de um fenômeno social cujas características apresentam estruturas sociais complexas, específicas e particulares. Adotamos procedimentos metodológicos que nortearam o uso da observação direta, da análise de fontes escritas e da contribuição dos atores sociais em sua experiência, de tal forma que o resultado das interpretações “ênfaticamente as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e sua razão de ser” (HAGUETTE, 2003, p. 63).

Para enriquecer a metodologia do estudo de caso optamos por fazer uma pesquisa desenvolvendo as dimensões exploratória e descritiva do fenômeno na qualidade de parte integrante da pesquisa principal. O estudo exploratório é um procedimento preliminar incluído na fase de planejamento para adequar o instrumento de análise da realidade que se pretende conhecer. Tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como ela se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Ajuda a disciplinar a percepção do pesquisador para compreender o fenômeno tal como é, e não como o pesquisador pensa/imagina que seja.

Quanto aos fins, este tipo de estudo fundamenta-se no entendimento de que pesquisa descritiva expõe “as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza” (GIL, 1994, p. 45). Ainda de acordo com Gil (1994) o objetivo é descrever um fato ou fenômeno evidenciando características conhecidas. O foco dos estudos descritivos reside no desejo de se conhecer um grupo, situação ou tema, em seus traços característicos e seus problemas.

A metodologia utilizada privilegiou uma abordagem qualitativa das informações, com a finalidade de desenvolver uma análise em profundidade do assunto. Isso porque é a abordagem que melhor se adapta ao objeto de estudo, considerando que os tipos de problemas pesquisados através de estudo de caso enfatizam o emprego de metodologia qualitativa. Segundo Haguette (2003, p. 63) a abordagem qualitativa “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais”. Enquanto que a estatística mostra-se incapaz de dar conta dos eventos complexos e únicos, “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termo de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 2003, p. 63).

Para coletar as informações que podem revelar os aspectos que buscamos compreender nesta pesquisa utilizamos em profundidade os depoimentos orais por meio de entrevistas semi-estruturadas e da observação. Gil (1994) destaca que a entrevista é uma forma de interação social porque “o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação”.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1994, p. 45).

Amplamente utilizada na investigação social, a entrevista apresenta uma flexibilidade muito grande quanto às classificações de possíveis estruturas. A modalidade da qual fizemos uso na presente pesquisa é a semi-estruturada ou por pauta, “que apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si” (GIL, 1994, p. 117).

É ampla a base e bibliografias como suporte teórico, buscando os estudos dos principais autores que tratam dos arranjos de manejo de recursos de uso comum. Temos clareza de que assim como o método escolhido direciona os procedimentos da coleta de dados, o corpo teórico que sustenta a pesquisa serve de lentes para o pesquisador filtrar as informações que são de seu interesse e interpretá-las. Fez parte ainda desse escopo metodológico a observação direta. Foram observados acontecimentos da vida do grupo social em questão, tais como, a coleta do pequi, reuniões da diretoria da cooperativa, reuniões das associações comunitárias rurais e encontro anual de catadores de pequi, como intuito de buscar as respostas possíveis ao problema de pesquisa através desta ferramenta de obtenção de dados para perguntas previamente formuladas.

Pensamos que este é o caminho mais adequado ao tipo de objeto que escolhemos estudar, e esperamos termos conseguido compreender genuinamente as normas, regras, acordos, relações sociais e racionalidades inseridas na estrutura institucional que sustenta o uso comum do pequi e significa uma contribuição efetiva para a conservação ambiental no município de Japonvar.

### **3 A coleta de dados**

As informações utilizadas nas análises desta pesquisa foram coletadas em três momentos distintos, nos quais se pôde ter contato com a realidade social é que objeto deste trabalho. O primeiro momento em campo foi a participação no 1º

Encontro dos Cooperados, Catadores de Pequi e Frutos do Cerrado que aconteceu no dia 01 de dezembro de 2006. Este encontro foi organizado e promovido pela Cooperjap, como apoio do SEBRAE, Emater e Prefeitura Municipal de Japonvar. As atividades do evento foram compostas por relatos de experiências, prestação de contas da Cooperjap e oficinas relacionadas ao manejo com os frutos do cerrado.

A segunda ocasião de campo foi a permanência nas comunidades rurais entre os dias 15 e 21 de dezembro de 2006. As observações e entrevistas foram realizadas nas comunidades São Bernardo e São Bernardo I. Vale destacar que estas duas comunidades são localidades contíguas, sendo que os respectivos núcleos habitacionais são geograficamente próximos. Outro local de observação foi o ponto em que, durante a safra do pequi, dezenas de catadores de pequi e atravessadores, permanecem diariamente à margem da rodovia que passa dentro da cidade, comercializando o fruto. A escolha destas localidades deveu-se à orientação de algumas lideranças locais que também são catadores de pequi, adotando como critério a maior ocorrência de pessoas envolvidas com a coleta do pequi e, conseqüentemente, maior volume de frutos nativos coletados. Nesta época era o principal período de coleta do pequi, que acontece de dezembro a fevereiro.

Outro momento de coleta de dados aconteceu no dia 10 de maio de 2007. Nesta ocasião houve vários contatos, conversas e entrevistas com algumas lideranças da cooperativa, da Empresa Frutos do Cerrado e moradores antigos do município. Já na fase final de conclusão do trabalho, novamente retornamos a campo nos dias 21 e 22 de janeiro de 2008, para confirmar e confrontar algumas informações.

#### **4 A estrutura do trabalho**

Além deste capítulo que apresenta o objeto e a metodologia da pesquisa, esta dissertação contém outras três partes. O segundo capítulo traz a discussão teórica sobre os bens e recursos de uso comum, localizando a origem da temática e desenvolvendo com maior profundidade os estudos mais recentes sobre o assunto. Este capítulo busca fazer ainda uma interlocução dos comuns com o paradigma da

dáviva, e também a questão do desenvolvimento e a problemática dos recursos ambientais.

O capítulo três faz uma imersão no contexto socioeconômico dos catadores de pequi, analisando e problematizando algumas informações sobre o município de Japonvar. Temos a convicção de que tal exercício ajuda a compreender melhor os mecanismos sociais que fazem parte da vida desta população.

O último capítulo descreve a análise dos dados e informações que foram coletadas, com o objetivo de compreender o manejo comunitário dos frutos do cerrado no município de Japonvar. Traz as evidências encontradas nas práticas, costumes e vínculos sociais que permitem interpretar esta experiência como um arranjo peculiar de uso e gestão comunitária de recursos naturais. Discute-se, à luz das referências teóricas, como em tal contexto se equaciona a questão ambiental com a exploração dos recursos naturais, via acesso e gestão comunitária.

Por último, temos as considerações finais que fazem uma retrospectiva dos principais elementos desenvolvidos durante a pesquisa e as respectivas indicações sobre este construto social.

## CAPÍTULO 2

### FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DOS REGIMES DE PROPRIEDADE COMUM DOS RECURSOS NATURAIS

#### 1 Introdução

A propriedade privada individual, tal como é praticada contemporaneamente, nem sempre foi a forma hegemônica de organização dos bens materiais e naturais entre os grupos sociais. Polanyi sugere que a origem e a expansão da economia de mercado, com o seu princípio irreduzível de autorregulação, estão proporcionalmente associadas ao surgimento da propriedade privada, pois ela abriu caminhos para a expropriação, o lucro e a desigualdade (POLANYI, 2000, p. 67). Mesmo com o advento e a força avassaladora do capitalismo ocidental continuam a existir estratégias marginais que estruturam a vida política, econômica e social em certos contextos onde prevalecem arranjos comunitários. “Ao largo de los siglos han sobrevivido estructuras comunitarias de autogobierno y foras de trabajo em común, incluso em entornos hostiles. Lãs formas de este comunitarismo han sido muy variadas, pero constantes em todas las civilizaciones” (VIADEL, 2002, p. 16).

Grupos sociais de distintos contextos culturais têm forjado diversas maneiras de apropriação dos bens naturais e daqueles produzidos pelo trabalho humano. Sobre os recursos naturais, uma forma que tem sido legitimada tanto pelas práticas sociais quanto pelas pesquisas é a existência de arranjos que organizam o acesso e gestão comunitários de determinados bens da natureza. Estes arranjos forma convencionalmente intitulados pela literatura que os aborda de ‘bens e recursos de uso comum’ para expressar uma forma de acesso e administração de determinados recursos naturais por uma coletividade. A expressão que designa tais tipos de arranjos sociais faz referência explícita à natureza da experiência que os indivíduos fazem entre si.

Uma diversidade de sociedades no passado e no presente tem, de forma independente, elaborado, mantido ou adaptado sistemas comunais voltados ao manejo de recursos de propriedade comum. Essa persistência não um acidente histórico; esses sistemas foram construídos pelo conhecimento dos recursos e por normas culturais que se desenvolveram e têm sido testadas ao longo do tempo (FEENY et al., 2001, p. 33).

As referências aos usos comunitários de recursos naturais, dentro e fora da literatura especializada, são extensas, de tal forma que numerá-las poderia se tornar um exercício exaustivo e suscetível a esquecimentos, além de muito rico. Por exemplo, a respeitada obra de Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia*, reconhece que:

Onde o sistema dos campos abertos funcionava bem, em termos de fornecer o necessário, tinha constituído a base de certo grau de igualdade econômica para a aldeia. Servia também para reforçar a rede das relações sociais, baseadas na divisão do trabalho, que, de fato, era a sociedade da aldeia (MOORE JR., 1983, p. 35).

Mais adiante, localizando as conseqüências do capitalismo nascente, explica que os cercamentos (*enclosures*), ocorridos na Inglaterra, foi um fenômeno em que se subtraía “aos camponeses os seus direitos de cultivo nos campos abertos, bem como os seus direitos de utilizar a terra comum para pastagem do gado, apanhar lenha para combustível e outros direitos semelhantes” (MOORE JR., 1983, p. 17). Em seguida, o próprio autor reconhece que a desestruturação destes sistemas comunitários foi extremamente prejudicial à vida dos grupos sociais envolvidos. “Parece absolutamente claro que, quando desapareceram os campos comunais e um novo sistema econômico começou a vingar nas zonas rurais, a antiga comunidade camponesa finalmente cedeu e desintegrou-se” (MOORE JR., 1983, p. 35/36).

Polanyi também reconhece a importância e a complexidade dos sistemas comunitários de troca, baseados nos princípios da reciprocidade, redistribuição e simetria, institucionalizados na organização social de cada grupo.

Estes princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e

a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiriam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 75).

Parece absolutamente claro que o interesse dos autores não é o de apresentar ou de teorizar sobre a natureza de arranjos comunitários de uso e gestão dos recursos naturais. Mas estas referências são importantes para confirmar a tese de que este tipo de experiência é antigo e que sua importância social e ambiental pode ser buscada em longas raízes históricas.

## 2 A origem das discussões

O interesse pela abordagem destes mecanismos sociais foi paulatinamente se evidenciando a partir da segunda metade do século passado. Diante de problemas ambientais incipientes levantaram-se algumas vozes problematizando arranjos de acesso comunitário aos recursos naturais: Gordon (1954) e Scott (1955) questionaram a sustentabilidade da pesca em mares e lagos abertos; e Hardin (1968) declarou a inevitabilidade da destruição ambiental diante da exploração de pastagens em campos abertos. A crítica mais incisiva que surgiu foi deste último, expresso no pequeno e polêmico artigo intitulado *“The Tragedy of the Commons”*. Neste trabalho o biólogo Garrete Hardin faz um trágico prognóstico afirmando que recursos naturais explorados em sistemas coletivos tenderiam ao esgotamento, impreterivelmente.

O autor utiliza o argumento de que cada usuário tende a intensificar progressivamente o uso dos recursos naturais, impulsionado por uma racionalidade individualista, para maximizar a satisfação das suas próprias preferências, produzindo um resultado sub-ótimo para a coletividade. Isso conduziria a um colapso dos recursos disponíveis tão logo a exploração realizada por todos os participantes de um determinado arranjo comunitário superasse a capacidade de carga e renovação dos recursos em questão.

Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit-in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all (HARDIN, 1968, p. 5).

Hardin propõe duas alternativas para solucionar tal dilema. Ou as áreas deveriam ser privatizadas, considerando que sob o domínio privado o acesso é rigorosamente controlado pelos interessados; ou então o Estado deveria se tornar o administrador oficial e impor regras de uso nestes espaços naturais. Segundo Hardin, estas duas soluções garantiriam a disponibilidade dos recursos naturais, que anteriormente estavam sob domínio comunitário. Desde então, este raciocínio tem conquistado adeptos, mas também tem sido questionado por muitos estudiosos, fundamentados em pesquisas empíricas e diversas experiências existentes nas mais diferentes regiões do planeta. O fato é que a tese de Hardin se tornou um marco inicial nas análises dos recursos de uso comum, e ainda hoje é uma referência amplamente utilizada para iniciar uma discussão dessa natureza. Mesmo reconhecendo todas as críticas à concepção desenvolvida por este biólogo, Drummond destaca o caráter inovador e pioneiro da discussão ambiental inaugurada por Hardin:

Talvez devamos a Hardin a importante inovação conceitual de abordar de maneira sociopolítica os recursos naturais como bens públicos, isto é, como bens cuja disponibilidade depende de ação coletiva e de regras construídas por grupos sociais e pelo poder público. O resultado mais pragmático dessa idéia talvez tenha sido apresentar a necessidade de criação e regras e acesso e de uso dos estoques de recursos naturais de maneira teórica e conceitual, o que hoje é um consenso (DRUMMOND, 2006, p. 19).

Contrariamente à “tragédia dos comuns”, anunciada por Hardin, tem sido constatada nas últimas décadas, em diversas partes do mundo, a tragédia dos comunitários (DIEGUES, 2005; VIADEL, 2002). Muitos grupos sociais organizados sob a lógica da base comum de recursos (common pool resources) são desestruturados em decorrência dos processos de expansão capitalista, que instauram novas relações econômicas, ocupam e exploram espaços e recursos naturais a partir de práticas eminentemente predatórias. Ou seja, ao invés de ocorrer o esgotamento dos recursos naturais em virtude de uso coletivo, dá-se o esfacelamento dos grupos sociais que vivem esta experiência, exatamente por causa da inserção de atores e lógicas estranhas ao grupo.

Localizando este nascedouro das discussões e estudos sobre os recursos de uso comum, não significa dizer que buscar na região Norte de Minas possíveis configurações deste tipo tenham que ser analisadas sob o prisma da tragédia dos

comuns. Até por que nos apoiaremos no contraponto deste raciocínio, pensando ser possível a existência de arranjos comunitários eficientes na distribuição e gestão dos recursos naturais. De qualquer modo, é razoável não descartar, a priori, tal possibilidade teórica e empírica.

Ao analisar os argumentos de Hardin é possível identificar que ele não considerou alguns elementos que os grupos sociais podem desenvolver em seus mecanismos de convivência. Por exemplo, não se encontra em seu texto referências ao fato de que os indivíduos podem estabelecer entre si regras e normas para disciplinar a conquista de determinados interesses comuns e obter sucesso neste tipo de empreendimento coletivo. Por outro lado, sua tese baseou-se em observações de experiências de livre acesso, em que não havia um regime de manejo estabelecido.

Mas foi a partir da década de 1990 que foram publicados vários trabalhos de fôlego apresentando experiências, análises e resultados sobre instituições comunais que gerenciam recursos de uso comum. Desde então a publicação de maior envergadura é “Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action” (1990), obra de Elinor Ostrom que busca definir um corpo teórico mínimo para o estudo de recursos de uso comum, e apresenta ainda tanto casos de sucesso, quanto exemplos de fracasso de instituições de gestão de recursos naturais explorados comunitariamente. Com esta obra Ostrom transformou-se em uma das maiores referências em estudos dos ‘comuns’, a partir da perspectiva do neo-institucionalismo, associada a uma abordagem da escolha racional (*rational choice*).

Estudar instituições comunais remete ao tratamento de alguns temas teoricamente independentes, mas que podem ser correlacionados e operar conjuntamente para sedimentar arranjos de tal natureza. Na verdade, para efeito deste estudo, fizemos a opção de fazer um exercício de diálogo entre as formulações teóricas dos bens e recursos de uso comum, a partir do enfoque neo-institucionalista, com o paradigma da dádiva e reciprocidade. Inserimos ainda uma breve discussão sobre desenvolvimento e uso sustentável dos recursos naturais. E assim, buscaremos conhecer como estas noções são operacionalizadas em experiências de arranjos de manejo comunitário.

### 3 A teoria dos recursos de usos comum

De um modo geral, o que denomina de recursos de uso comum são arranjos em que o acesso e a gestão de determinados recursos e/ou espaços naturais são partilhados coletivamente por um grupo de indivíduos. Também chamadas de recursos de propriedade comum, Mckean e Ostrom (2001) compreendem estes regimes como arranjos institucionais coletivos para uso, manejo e propriedade de recursos naturais.

Most natural resources systems used by multiple individuals can be classified as common-pool resources. Common-pool resources generate finite quantities of resource units and one person's use subtracts from the quantity of resource units available to others. Most common-pool resources are sufficiently large that multiple actors can simultaneously use the resource system and efforts to exclude potential beneficiaries are costly (OSTROM, 2002, p. 5).

A partir dessa noção é possível identificar diversos aspectos que estão envolvidos nestes sistemas sociais, que rompem com a aparente simplicidade de seu funcionamento, normalmente apresentada pela teoria tradicional.

Most common-pool resources are more complex than the base theory of homogeneous appropriators taking one type of resource unit from a resource system that generates a predictable flow of units. The rich case-study literature illustrates a wide diversity of settings in which appropriators dependant upon common-pool resources have organized themselves to achieve much higher outcomes than is predicted by the conventional theory (OSTROM, 2002, p. 07).

Inicialmente é preciso destacar que recurso de propriedade comum não se confunde com livre acesso. São formas distintas de se apropriar dos recursos disponíveis. Neste sentido é possível categorizar conceitualmente quatro modalidades diferentes de propriedade dos recursos naturais.

1. Livre acesso: situação em que não existe controle sobre quem se apropria e sob qual regime se dá a retirada dos recursos.
2. Propriedade privada: o direito de exploração é exclusivo do proprietário e este o faz segundo a finalidade que melhor atender os seus objetivos.
3. Propriedade comunal: é aquela em que um grupo de indivíduos estabelece entre si um regime de utilização dos recursos naturais.
4. Propriedade estatal: o Estado é o responsável por definir quem e como tem direito de explorar tais recursos.

Cabe observar que nas últimas décadas, com a crescente problemática ambiental, tem aumentado a necessidade de regulação jurídica dos espaços e recursos naturais de um modo geral. Desta forma, todos estes regimes de propriedade se tornam sujeitos a instrumentos que regulam parcialmente sua autonomia de gerenciar os recursos que se encontro sob seu domínio.

O primeiro aspecto é que por se tratar de um grupo de indivíduos que utiliza coletivamente determinados recursos é preciso que se constitua uma instituição que tenha legitimidade entre os apropriadores para reger o comportamento dos indivíduos naquilo que se refere a operacionalização das regras comunitárias. Em geral, estas instituições não são formulações mecânicas, fruto de elaboradas reflexões teóricas realizadas pelos grupos sociais. Pelo contrário, elas nascem e se desenvolver num ritmo que envolver certa espontaneidade, e na maioria das vezes, em decorrência da experiência histórica de várias gerações sintetizando suas necessidades, conhecimentos e os modos de se relacionar com o ambiente. “A significância de instituições de propriedade comum é que elas representam soluções localizadas, desenvolvidas pelos usuários ao longo do tempo para tratar conjuntamente o uso do recurso, o seu compartilhamento e os conflitos que podem ser gerados entre os seus usuários” (THÉ, 2003, p. 68).

Na perspectiva da configuração institucional, Diegues destaca a importância da cultura no surgimento e formato adquirido por tais instituições, pois elas revelam os modelos de representar, interpretar e atuar sobre o meio natural.

Esas formas de apropiación común de espacios y recursos naturales renovables se caracterizan por la utilización comunal (común, comunitaria) de determinados espacios y recursos por medio del extractivismo vegetal (cipós, fibras, hierbas medicinales del bosque), del extractivismo animal (caza, pesca), y de la pequeña agricultura itinerante. Más allá de los espacios usados en común, pueden existir las que son apropiadas por la familia o por el individuo, como el espacio doméstico (casa, huerta, etc.) que generalmente existen en comunidades con fuerte dependencia del uso de recursos naturales renovables, los cuales garantizan su subsistencia, demográficamente poco densas y con vinculaciones más o menos limitadas con el mercado. Esos arreglos están permeados por una extensa red de parentesco, de compadrazgo, de ayuda mutua, de normas y valores sociales que privilegian la solidaridad intragrupal (DIEGUES, 2005, p. 35).

Também é consenso entre muitos pesquisadores que estes arranjos têm pouco reconhecimento social e diminuta visibilidade política e econômica, por que se

situam em regiões relativamente isoladas e marginais aos fluxos intensos do capital, tratando-se frequentemente de comunidades tradicionais. “Essas formas geralmente subsistem em regiões com ecossistemas considerados ‘marginais’, com solos considerados inapropriados para uso agrícola o urbano-industrial intenso” (DIEGUES, 2001, p. 97). Outro aspecto é a existência de normas e regras acordadas entre os comunitários, cuja finalidade é a organização da dinâmica de exploração e gestão dos recursos envolvidos. Segundo Thé, “tais regras, apoiadas nos conhecimentos e práticas locais, refletem a organização social da comunidade no modo de relacionar-se com seu ambiente efetivo” (THÉ, 2003, p. 67).

Duas características são encontradas em regimes de propriedade comum: 1) Em função da natureza física e limitada dos recursos seria necessário definir quem tem e quem não tem acesso aos bens comunitários, mas é extremamente custoso desenvolver instituições que coloquem em prática este princípio; 2) A subtração: as unidades do recurso comum retiradas por um determinado usuário não estarão disponíveis para outros usuários.

É preciso reconhecer ainda a especificidade de cada arranjo comunitário existente. Este caráter de particularidade de cada instituição comunal se dá em decorrência do(s) tipo(s) de recurso(s) que está (estão) envolvidos no jogo, e da experiência histórica de cada grupo social em questão. Isto possibilita uma configuração original para cada arranjo de uso coletivo de recursos naturais.

Los bienes comunes están sometidos, en efecto, a regimenes muy diferentes de propiedad (acceso libre para todos, propiedad, privada, propiedad comunal, propiedad estatal), con diferentes fórmulas para excluir a otros posibles usuarios (por ejemplo, a los de otros municipios o ligas de municipios) y, sobre todo, con procedimientos muy diversos de regulación de uso entre los potenciales usuarios (CAPEL, 2003, p. 06).

Goldman desenvolve um raciocínio nesta mesma direção:

[...] nenhum padrão global é aplicável a todos os comuns do mundo. Quando vistos in loco, não há dois comuns semelhantes. É somente no campo, diariamente registrando práticas culturais e ciclos ecológicos, que se pode entender a real complexidade de terras historicamente desenvolvidas e socialmente esculpidas e de sistemas de posse de recursos (GOLDMAN, 2001, p. 50).

Por outro lado, esta característica permite aos críticos de plantão questionar a possibilidade de se construir um corpo teórico consistentemente

explicativo acerca dos sistemas de recursos de propriedade comum e suas respectivas instituições gestoras, dado o caráter individual de cada experiência.

No Brasil, existem registros e uma ampla diversidade de experiências dessa natureza, que têm se revelado historicamente dinâmicas e inovadoras face aos desafios trazidos pela expansão capitalista. Paul Little menciona formas muito ricas de regimes de propriedade coletiva, existentes em todo o território brasileiro, administrados por diferentes grupos populacionais, situados em ecossistemas variados. Assim, a diversidade de experiências de categorias de regimes comunais vai desde as terras de preto, os quilombos, as comunidades cafuzas, os povos indígenas, as populações extrativistas da Amazônia, os caiçaras do litoral brasileiro, os pescadores de lagos e rios, até as terras de solta de gado e coleta de frutos no cerrado da região Norte de Minas Gerais (LITTLE, 2004, p. 262; POZO, 2002, p. 62).

Em tais arranjos em que um grupo de indivíduos se organiza para estabelecer um sistema de gestão dos recursos naturais que seja eficiente, é essencialmente necessária a adoção de um comportamento orquestrado para produzir os resultados desejados. Parte-se do princípio de que ação grupal tem possibilidade de acontecer por que o sentido da existência das organizações é a promoção dos interesses e objetivos comuns. Ostrom investiga exatamente os mecanismos forjados pelos grupos para operacionalizar o funcionamento eficaz destes arranjos. Segundo esta autora:

La tragedia de los comunes, el dilema del prisionero y la lógica de la acción colectiva son conceptos estrechamente relacionados en los modelos que definen el modo en que la perspectiva de uso general enfoca muchos de los problemas que los individuos enfrentan cuando intentan lograr beneficios colectivos (OSTROM, 2000, p. 32).

O interesse de Ostrom é descobrir os fatores que podem aumentar ou diminuir a eficiência das instituições, partindo do pressuposto de que os indivíduos são capazes de estabelecer acordos entre si, comprometendo-se com uma estratégia de cooperação criada por eles mesmos, para a geração de bens coletivos locais. Destaque-se que mesmo defendendo a possibilidade de muitas instituições coletivas serem realmente exitosas, Ostrom não exclui a hipótese de essas experiências fracassarem. É um risco sempre presente. Por outro lado, o fato de

considerar algumas instituições exitosas na produção de bens comunitários, não significa dizer que

[...] las instituciones creadas em estas situaciones sean 'óptimas' en ningun sentido; de hecho, en virtude de la presencia de altos niveles de incertidumbre y de la dificultad para medir costo y beneficios, sería extremadamente difícil obtener una medida razonable de qué tan óptimas son (OSTROM, 2000, p. 49).

Resource users also face a challenge. They need to be creating association where they can share with one another information about their own successes and failures. They need to search for ways of increasing the benefit flow to be derived from a sustainable use of local resources. It is also important to find ways of decreasing monitoring and sanctioning costs by involving users in the choice of regulations so that these are perceived to be legitimate. And, to do both of these, it is essential to draw on cultural endowments and their knowledge of local resources to find innovative institutions that fit local conditions (OSTROM, 2002, p. 25).

Considerando os limites e potenciais destas experiências, pode ser esclarecedor conhecer melhor os mecanismos de cooperação que dinamizam e sustentam tais arranjos, como pistas e indicativos para o enfrentamento da problemática ambiental mais ampla. Bursztyn destaca que têm surgido muitas formas colegiadas e participativas de decisão e de gestão de políticas ambientais, principalmente quando se considera as dimensões da crise ambiental que o planeta vive no início do século XXI. “A expressão *empowerment* (empoderamento) se consagrou como fórmula indispensável em toda elaboração de estratégia de desenvolvimento sustentável” (BURSZTYN, 2001, p. 71).

A idéia de Drummond (2001), ao comparar os recursos naturais com bens públicos, corrobora a necessidade de participação e comportamentos comuns na busca de soluções para a problemática ambiental. Depois de listar uma série de razões que sugerem que alguns recursos naturais como água, fauna selvagem, florestas, fertilidade dos solos, atmosfera, etc., “são bens que se assemelham aos bens públicos”, o autor afirma:

[...] no mundo moderno os recursos naturais tendem a ser definidos, consumidos e gerenciados como bens públicos, o que exige várias formas de ação coletiva (leis, regras de acesso, políticas de racionalização, preços artificiais etc.). A ação coletiva relativa aos recursos naturais geralmente envolve órgãos de governo ou instituições comunitárias que ficam responsáveis pelo acesso a eles, pelo consumo e pela eventual reposição dos mesmos (DRUMMOND, 2001, p. 127).

Retornando ao pensamento de Ostrom, pode-se dizer que sua intenção é captar os elementos que favorecem ou dificultam o desempenho das instituições criadas por grupos comunitários para orquestrar o uso comum de determinados recursos naturais. Assim explicita a autora: “[...] trato de identificar los factores internos e externos que pueden impedir o aumentar las aptitudes de los individuos para usar y administrar los recursos de uso común” (OSTROM, 2000, p. 63).

### **3.1 Os elementos do neo-institucionalismo na teoria dos bens e recursos de uso comum de Elinor Ostrom**

Toda a discussão encadeada por Ostrom sobre os comuns tem como ponto de partida e sustentação a perspectiva teórica neo-institucionalista. A lente de análise e interpretação tem como referencial os postulados da fundamentação teórica que abrigam o neo-institucionalismo. Para os neo-institucionalistas o foco analítico são as instituições, suas regras e mecanismos para influenciar o comportamento dos indivíduos. Esta corrente surgiu da constatação de que as instituições são variáveis independentes que estimulam comportamentos, estruturam decisões coletivas e influenciam no alcance de resultados.

É possível, por exemplo, enfatizar as regras como características que definem os arranjos institucionais, em particular aquelas utilizadas por indivíduos para determinar quem e o quê está incluído em situações de decisão, como se estrutura a informação, que ações podem ser tomadas, em que sequência, e como ações individuais serão agregadas e transformadas em decisões coletivas. As instituições têm sido entendidas como regras formais, procedimentos de observância dessas regras e práticas regulares e operativas que estruturam o relacionamento entre indivíduos. [...] Uma instituição pode se caracterizar pela capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de tomada de decisões. As instituições reduzem certos custos de transação, isto é, os de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos. Elas diminuem o grau de incerteza proveniente de comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número possível de eventualidades. No entanto, as instituições podem aumentar os custos de uma transação ao elevar, por exemplo, o número de parceiros na barganha e interação. De qualquer maneira que sejam definidas, a ênfase estará nas regras que regulam comportamentos recorrentes (MONTEIRO; MONTEIRO; LIMA, 2001, p. 100).

No caso de Ostrom, sua argumentação está construída sobre a corrente institucionalista da escolha racional. Seus adeptos enfatizam o caráter de dependência que existe nas relações entre comportamento e instituição. Nesta perspectiva, podem ser identificadas quatro características que norteiam as análises dessa corrente. A primeira é que ela utiliza amplamente de pressupostos comportamentais, cujos princípios destacam as afinidades e a cooperação entre os indivíduos como substrato para construir as instituições. A segunda característica é que a vida social e política é analisada a partir dos dilemas da ação coletiva, sendo “a tragédia dos comuns” um desses dilemas. Outro aspecto é a consideração de que os atores agem baseados em cálculos estratégicos relativos ao comportamento que se espera dos outros atores e a maximização dos benefícios individuais. A última característica é que os defensores do institucionalismo da escolha racional tendem a analisar a origem das instituições como resultado de uma decisão coletiva para aumentar os resultados (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205/206).

Estas características são claramente evidenciadas no posicionamento assumido por Ostrom diante do seu objeto de investigação:

Como institucionalista que estudia fenómenos empíricos, supongo que los individuos tratan de resolver problemas de la manera más efectiva posible. Este supuesto me impone una disciplina: en lugar de creer que algunos individuos son incompetentes, malos o irracionales y otros omniscientes, supongo que tienen capacidades limitadas similares para razonar y entender la estructura de ambientes complejos. Como científica, mi responsabilidad es afirmar cuáles son los problemas que los individuos están tratando de resolver y qué factores ayudan o entorpecen sus esfuerzos (OSTROM, 2000, p. 57).

Como se pode observar a seguir, é Ostrom quem afirma a importância do desenho institucional, seu desempenho e a influência no comportamento dos participantes da instituição, mesmo em situações complexas e incertas. Ao estudar diversas situações concretas de uso e gestão coletiva de recursos, ela está interessada em compreender como os indivíduos elaboram uma provisão institucional, fazem cumprir os acordos e aplicam as sanções. E ainda pergunta-se a respeito das instituições e seus efeitos sobre os estímulos individuais e os comportamentos dos membros.

Una importante lección que se aprende al analizar el crecimiento de la cantidad de estudios sistemáticos de académicos asociados con “el nuevo institucionalismo” es que estos “detalles institucionales”

son importantes. Si son o no posibles ciertos equilibrios y si un equilibrio significaría o no una mejora para los participantes (o para otros que a su vez son afectados por estos individuos) dependerá de las estructuras particulares de las instituciones. En un sentido más general todos los arreglos institucionales pueden considerarse como juegos en forma extensiva. Como tales, las opciones particulares disponibles, la secuencia de esas opciones, la información proporcionada y las recompensas o castigos relativos asignados a diferentes secuencias de jugadas pueden cambiar el patrón de resultados alcanzado. Además, la estructura particular del medio físico afectado también tendrá un fuerte impacto en la estructura del juego y en sus resultados. Por lo tanto, un conjunto de reglas utilizado en un ambiente físico puede tener consecuencias considerablemente diferentes en si se utilizan en otro ambiente (OSTROM, 2000, p. 53/54).

Fica evidente que perspectiva assumida por Ostrom no estudo das experiências coletivas de gestão de recursos naturais privilegia a análise institucional. Para ela o formato institucional é o fator explicativo de maior relevância do sucesso ou fracasso dos arranjos comunitários. Os comportamentos, as reações e o cumprimento dos acordos pelos indivíduos são reflexos daquilo que eles mesmos constroem para coordená-los (o grupo social) na busca dos benefícios desejados. No entanto, é importante destacar, novamente, que Ostrom, mesmo fazendo uma análise institucionalista, sustenta enfaticamente a possibilidade de múltiplas soluções e desenhos institucionais diversos, conforme histórico e ambiente do grupo de usuários dos recursos de propriedade comunal.

Por outro lado, Oviedo e Bursztyn ponderam que o formato institucional, a funcionalidade e o desempenho estão associados às características de cada contexto, como a história do grupo social, o tipo de recurso e as expectativas de resultados.

Na opção comunitária, as coisas tornam-se mais difusas e complexas. Existem formas institucionais de gestão participativas nas quais, sem o apoio de um regulador externo ou de um mecanismo de livre oferta e demanda, não se consegue ordenar o uso de um recurso comum. Por outro lado, existem também exemplos de associações locais e cooperativas em que o interesse coletivo pode corrigir externalidades negativas geradas pelo interesse individual e, em muitos casos, elas fazem isso sem a ajuda de agentes externos ou de sistemas de incentivos ou multas. Caracterizam-se por estruturas organizacionais e de controle que se aproveitam da herança do conhecimento tradicional, e que consideram o interesse coletivo acima do interesse individual (OVIEDO; BURSZTYN, 2003, p. 179).

Concluindo, pode-se dizer que a instituição não é o único componente a ser analisado no estudo de arranjos comunitários, mas é uma chave de compreensão da estruturação e dinamismo desses mecanismos histórica e socialmente construídos.

### **3.2 A dádiva e a reciprocidade como aspectos de estímulo ao comportamento cooperativo**

Para efeito desta pesquisa, entendemos ser necessário e enriquecedor inserir uma discussão não muito usual em estudos de sistema de recursos de uso comum. Pelas características e configuração do contexto que é o objeto deste trabalho, as quais serão apresentadas e analisadas no próximo capítulo, no caso a exploração comunitária dos frutos nativos do cerrado no município de Japonvar, percebe-se a existência da 'dádiva' como elemento que estimula cooperação. Pelo fato de se tratar de um grupo que se aproxima em muitos aspectos das populações tradicionais a dádiva e a reciprocidade são práticas que permeiam o sistema social construído e vivido pelos indivíduos pertencentes a este grupo, como veremos adiante. Segundo Little (2004, p. 282), a idéia conceitual de povos tradicionais aplica-se a determinados grupos de indivíduos que têm um a identidade cultural distinta e historicamente construída, um "sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva". Neste sentido, os traços tradicionais dos grupos populacionais estudados neste trabalho poder ser assim expressados: intensa relação e dependência (dos) com os recursos naturais disponíveis; integração e respeito para com os ciclos naturais e adaptação ao ecossistema em que vivem; atividades produtivas baseadas em formas tradicionais de uso e apropriação da terra, com pouco uso de maquinários e insumos agrícolas; e relações sociais baseadas na cooperação.

Sabe-se que é a disciplina antropológica quem se dedica e considera profundamente a dimensão da dádiva em sua área de pesquisa. Portanto, aqui não se pretende desenvolver uma discussão rigorosa sobre esta temática senão apresentar alguns elementos definidores do assunto e buscar fazer uma associação com o arranjo comunitário em questão. Andrews, utilizando do referencial

habermasiano, faz uma crítica a Ostrom dizendo em seus estudos sobre as instituições coletivas se restringiu à perspectiva institucionalista da escolha racional e não foi capaz de considerar a importância da comunicação entre os indivíduos para o estabelecimento de acordos e regras (ANDREWS, 2005, p. 290). Da mesma forma pode-se dizer que perspectiva da dádiva pode ser melhor explorada em estudos de arranjos comunitários de cooperação e auto-gestão. Não que necessariamente Ostrom devesse se ocupar disso, mas talvez para aqueles que se interessam pelo tema possam considerar esta abordagem como apoio para uma compreensão mais ampla e profunda das instituições comunais.

Foi Marcel Mauss quem primeiramente se interessou por conhecer a questão da dádiva e sua influência no interior dos grupos sociais. As pesquisas que desenvolveu, expostas em *Essai Sur Le Don*, o levou a concluir que a dádiva é um elemento universal, portanto, implica todas as sociedades, desde as mais primitivas até as mais modernas civilizações ocidentais, predominantemente materialistas e individualistas. Mesmo na atualidade em que existem instituições fortes e dominantes como o mercado e o Estado com o seu poder institucionalizado e legitimado que operacionalizam lógicas distintas, a dádiva está em toda parte. Por isso, é ao mesmo tempo tão antiga e tão rica em expressões contemporâneas (GODBOUT, 1999, p. 24).

A dádiva se manifesta em práticas que cimentam as relações sociais e ultrapassam as relações meramente de interesse econômico ou de poder. A lógica do sistema da dádiva é que ela acontece num ciclo que se completa em três momentos: dar, receber e retribuir. Cada momento não é um ato isolado, mas é a parte que complementa um gesto anterior, no qual circula um bem ou serviço que se presta à manutenção dos vínculos sociais. Apesar dos três momentos serem partes integrantes e inseparáveis, cada vez que algum membro executa um dos três momentos existe a incerteza se o ciclo vai ser completado, ou seja, se o beneficiado vai agir conforme o comportamento que o grupo espera dele. Mas é fundamental destacar que uma característica essencial da dádiva é que a inserção num círculo de bens e serviços gera obrigação de dar continuidade com o momento seguinte ao que o indivíduo foi contemplado.

Estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem e dando uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e

fazem circular, os homens produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social no seio do qual se desenvolve a sua rivalidade (CAILLÉ, 1998, p. 10).

Ainda que sua marca seja a aposta e a espontaneidade, a dádiva não é uma categoria inteiramente oposta à lógica da racionalidade instrumental-utilitarista, paradigma usado por Ostrom para analisar as instituições coletivas. Utilizar a dádiva como apoio para interpretar uma situação social não implica em neutralizar ou ignorar a presença do Estado, ou do mercado, ou de ambos. O que Godbout discute e aprofunda em *O espírito da dádiva* é a convivência destas práticas de dar, receber e retribuir nas sociedades contemporâneas, interagindo com e contemplando as lógicas estatal e mercantil.

Nenhum desses princípios está ausente do registro da dádiva. Sua especificidade, comparando esses grandes maquinários modernos impessoais que são o mercado e o Estado, não é de modo algum o desprezo do interesse e da obrigação, da liberdade ou da reciprocidade, mas o fato de mesclar todos esses princípios, temperando um com o outro, quando a modernidade deixa cada ordem obedecer a seu próprio princípio, procurando torná-los compatíveis, mas apenas *a posteriori*. Não existe, portanto, um modelo da economia da dádiva que pudesse ser, enquanto tal, oposto ao do mercado ou da economia estatal (CAILLÉ, 1998, p. 19).

Godbout alerta que entre o sistema da dádiva e o paradigma neoliberal dominante existe um eixo comum: “[...] eles dizem respeito ao que circula, procuram explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade [...]” (GODBOUT, 1998, p. 01). Este autor destaca ainda que os esquemas de análises baseados na teoria da escolha racional considera as decisões somente como resultado do cálculo utilitarista, de tal forma que “não leva em conta o fato de que os meios e os fins influenciam uns aos outros permanentemente, sob o efeito das emoções, dos sentimentos, e dos resultados de uma ação prévia” (GODBOUT, 1998, p. 04).

A natureza da dádiva não elimina outras lógicas, sendo até mesmo de sua constituição a ambiguidade e o paradoxal: nela se manifestam o utilitário e o simbólico, o interesse e o desinteresse, a obrigação e a liberdade, o social e o individual. Assim, Caillé conclui que:

Marcel Mauss sugere, de modo pioneiro, que o único modo possível de responder ao dilema (do prisioneiro) é fazê-lo por meio de um paradoxo. A aposta da dádiva é, de fato, intrinsecamente paradoxal,

já que apenas a gratuidade demonstrada, a incondicionalidade, são capazes de selar a aliança que beneficiará a todos e, finalmente, àquele que tomou a iniciativa do desinteresse (CAILLÉ, 1998, p. 13).

A natureza dos arranjos de cooperação e auto-gestão sobre recursos naturais demonstra que os vínculos sociais é uma variável com alto grau de relevância para alcançar os resultados desejados, o que pode reduzir a riqueza destas experiências de trocas se investigadas exclusivamente sob a ótica da lógica utilitário-mercantilista (APGAUA, 2004, p. 03). Para Capel os arranjos comunitários estão fortemente associados aos princípios da economia da reciprocidade: “Estructura comunitária y reciprocidad se condicionan mutuamente y implican, a la vez, diversas modalidades de autogobierno y de gestión por sí mismos de la producción y servicios de la comunidad, sin intermediários: autogetión” (VIADDEL, 2002, p. 16).

É possível entrever, assim, que as instituições coletivas construídas sob a lógica do cálculo racional para administrar o manejo comunitário de recursos naturais e maximizar os benefícios para todos, são fortalecidos pelas teias de reciprocidade, pelas regras e valores consuetudinários e pela “lei do respeito”. Cordell chama a atenção para o fato de que é necessário “[...] levar em consideração as correntes poderosas de reciprocidade e cooperação que limitam a competição potencialmente destruidora e sua capacidade de manter sistemas de manejo de recursos naturais” (CORDELL, 2001, p. 144). Neste sentido, a dívida se constitui em um componente de grande poder explicativo para compreender o funcionamento dos sistemas comunitários de auto-gestão.

#### **4 Recursos naturais e desenvolvimento**

Observando a história da humanidade em geral, e das sociedades particulares, é fácil constatar que os grupos sociais sempre buscaram aperfeiçoar as práticas, mecanismos e técnicas de reprodução social, bem como melhorar a qualidade de vida dos seus indivíduos.

No século XX a idéia de desenvolvimento foi tão difundida que adquiriu status proeminente nos discursos e práticas dos mais diversos atores sociais. foi docilmente assimilada no imaginário social, de tal modo que ao termo

‘desenvolvimento’ foram acrescentando-se paulatinamente, concomitante às transformações do mundo que se tornava cada vez mais global e mais local, adjetivos como ‘econômico’, ‘social’, ‘sustentável’, ‘regional’, ‘inclusivo’, para indicar noções e enfoques distintos sobre a questão, conforme visão de quem se apropria das respectivas expressões e lhes atribui significado. Nesta perspectiva, diversos atores participam e enriquecem o debate, mas também o tornam multifacetado.

No entanto, a despeito das concepções hegemônicas, a antropologia alerta que o desenvolvimento acontece em todas as culturas, porque elas não são estáticas e os grupos sociais estão permanentemente se reproduzindo.

Frente aos desafios e problemáticas do atual contexto, as recentes contribuições sobre o desenvolvimento têm procurado incorporar vários aspectos da vida social. Sen (2000) analisa o desenvolvimento numa perspectiva ampliada, e introduz outras dimensões importantes para se pensar e planejar o desenvolvimento. Para o autor indiano, fundamentalmente, o desenvolvimento deve ter como principal objetivo a promoção das liberdades humanas, das opções, das oportunidades, enfim, da possibilidade de as pessoas, grupos e populações alcançarem a “condição de agentes”, para citar a expressão do autor, na condução da vida e da história.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade de participar de escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p. 19).

O desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Nessa nova conjuntura, o desenvolvimento pode ser entendido como incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano e distribuído equitativamente entre as pessoas e produzindo bens coletivos, tais como: trabalho, educação, saúde, lazer, habitação, alimentação, entre outras. Enfim, o desenvolvimento supõe hoje determinar a melhoria de qualidade de vida das pessoas sobre o planeta.

Diante da crise do pensamento econômico convencional para explicar e promover o desenvolvimento, exclusivamente por meio da riqueza e crescimento

econômico (PIB), Kliksberg aponta a necessidade da valorização da cultura e do capital social.

As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001, p. 115).

Um dos grandes desafios enfrentados por governantes, instituições multilaterais e atores sociais coletivos para implementar planos de desenvolvimento e medir seus efeitos, é a construção de estratégias distintas para regiões, territórios, grupos e culturas diversas. Neste sentido, Sachs ressalta a necessidade de dupla disposição para construir alternativas ao desenvolvimento local: 1) oferecer tratamento desigual aos desiguais; e 2) valorizar as iniciativas que emergem nos espaços e grupos locais. Nesta ótica é extremamente pertinente valorizar:

a diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, e das dotações de recursos: o processo de desenvolvimento deve evitar estratégias uniformes, buscar respostas às aspirações de cada comunidade e garantir a participação de todos os atores envolvidos (SACHS, 2004, p. 61).

Modos de vida podem ser mantidos se a sociedade assim o decidir, e isso é uma questão de ponderar os custos dessa preservação relativamente ao valor que a sociedade atribui aos objetos e estilos de vida preservados. É claro que não existe uma fórmula pronta para essa análise de custo-benefício, mas o crucial para uma avaliação racional dessas escolhas é o potencial das pessoas para participar de discussões públicas sobre o assunto (SEN, 2000, p. 277).

Veiga (2005) insiste na idéia de que o desenvolvimento deve ser visto como uma mudança qualitativa na vida das pessoas. Deste modo, permanece a dúvida se é possível estabelecer e tornar comparáveis padrões uniformes de desenvolvimento para grupos de contextos culturais, políticos, territoriais e econômicos distintos.

Já é consenso entre diversas áreas do conhecimento (sociologia, economia, biologia e outras) a relação indissociável entre o ritmo do desenvolvimento e a exploração dos recursos naturais disponíveis, tanto os renováveis quanto os não renováveis. Estes dois dilemas das sociedades

contemporâneas parecem avançar em direção proporcionalmente inversa: quanto maior o nível de desenvolvimento menor é a qualidade ambiental e a disponibilidade quantitativa dos recursos naturais.

Vários diagnósticos apresentados no final do século XX e início do XXI expressam claramente que os padrões de desenvolvimento implementados no último século, especialmente acelerados com a revolução tecnológica, estão assentados no uso indiscriminado dos recursos naturais. Mesmo diante de dados e fatos incontestáveis sobre a degradação ambiental planetária, não se conseguiu estabelecer parâmetros satisfatórios e nem mesmo um compromisso coerente de todos os países com documentos e instrumentos regulatórios, criados em âmbito internacional, que propõem a adoção de orientações comuns, nos que diz respeito aos níveis de apropriação dos recursos naturais<sup>1</sup>.

Mesmo buscando incorporar, paulatinamente, critérios ambientais, as políticas de desenvolvimento ainda estão amplamente assentadas na transformação dos recursos naturais para aumentar a riqueza e incrementar os níveis de bem-estar humano. Diante desse modelo hegemônico de desenvolvimento, a constatação mais evidente é a de que os níveis de exploração dos recursos naturais ocorrem num nível comprovadamente mais acelerado do que a capacidade de carga e renovação dos ciclos naturais.

Além disso, as ações antrópicas sobre o meio ambiente são duplamente prejudiciais para a biodiversidade: ao mesmo tempo em que a exploração dos recursos naturais diminui os estoques disponíveis, os processos de transformação destes recursos e os seus resultados produzem efeitos adversos sobre os ecossistemas. O paradigma tecnológico da ciência moderna não conseguiu assumir a lógica de que as estratégias do desenvolvimento devem ser correspondentes aos limites físicos de disponibilidade e renovação dos recursos naturais. Aliás, existe uma corrente de pensamento que defende o caminho das soluções tecnológicas para a problemática ambiental, dispensando mudanças drásticas (qualitativas e quantitativas) nos padrões vigentes de uso dos recursos naturais.

Na visão desenvolvimentista tradicional, a natureza se percebe como uma cornucópia fornecedora inexaurível de recursos e, ao mesmo

---

<sup>1</sup> Alguns dos principais documentos internacionais sobre o meio ambiente são: Nosso Futuro Comum (1987), Convenção de Viena (1985), Cúpula da Terra (1992), Protocolo de Kyoto (1997), Convenção de Estocolmo (2001), Relatório IPCC (2007).

tempo, como um esgoto de infinita capacidade de absorção de dejetos. Tal visão de um fluxo entre dois infinitos, o que implica que sua vazão possa crescer ilimitadamente (Ltzemberge, 1984) é incomparável com o modelo dos ciclos de materiais do ecossistema, regidos pela bússola da homeostase e por predicados frugais. A moderna sociedade industrial se caracteriza, por sua vez, por fluxos de sentido único, em que matéria e energia de baixa entropia se convertem continuamente em matéria e energia de alta entropia, não integrados nos ciclos materiais da natureza (CAVALCANTI, 1994, p. 17).

Como já foi apontado anteriormente, em regimes de propriedade comum dos recursos naturais existem relações capitalistas, dependência e exploração de bens ecológicos e o desejo de melhorar a qualidade de vida. No entanto, o que distingue a operacionalização destes aspectos, nestes contextos, é a tentativa de integrar estas variáveis de se promover o equilíbrio social, ambiental e econômico.

Desarrollo implica la movilización de las potencialidades productivas de un espacio socioeconómico, que tiene consecuencias transformadoras pero que tiene consecuencias también medioambientales, educativas, culturales, sobre vivienda y relaciones sociales em general (VIADEL, 2002, p. 44).

Um exercício que pode ser bastante fértil do ponto de vista teórico é buscar problematizar o que significa o desenvolvimento em contexto de uso e gestão comunitários de recursos naturais. É evidente que o discurso dominante em várias esferas sociais sobre o desenvolvimento é homogeneizador e são geralmente inseridos nos contextos locais por agentes externos. Em situações de bens e recursos de uso comum existe uma tendência por parte de instituições e agentes externos de classificá-los como lugares atrasados e que necessitam de projetos de desenvolvimento, segundo sua visão. As experiências têm mostrado que as ações implementadas pelos planos de desenvolvimento são desestruturadoras das lógicas locais. Goldman sustentam que a viabilidade dos projetos de desenvolvimento passa pela “atuação através das comunidades existentes na reconstrução dos sistemas institucionais e locais”, quando necessários (GOLDMAN, 2001, p. 54).

A noção de desenvolvimento que parece permear estes arranjos é a manutenção de certo padrão de vida, que permita aos seus membros uma dignidade entendida pelo grupo como suficiente para sobrevivência, aliada a um manejo integrado dos recursos naturais, equacionando exploração e conservação ambiental. Normalmente os usos são baseados em conhecimentos e respeito aos ciclos da

natureza e na utilização mínima de inovações tecnológicas, o que diminuiu consideravelmente os impactos.

#### **4.1 O extrativismo no desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais**

Examinando a história do desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais, considerando como tal os processos de constituição e configuração sócio-espacial do povo da região e as transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais que secularmente vêm acontecendo, chegando até o cenário atual e suas repercussões, encontra-se ininterruptamente, em todo o período, o uso das riquezas naturais do cerrado.

O sertão nordestino foi incorporado ao imaginário social como uma região atrasada, um lugar inóspito e isolado, de gente não-civilizada. Segundo Costa (1997, p. 113) “No imaginário social brasileiro, como legado da visão de mundo européia, o sertão é o lugar do vazio civilizacional”. A conformação histórica da região Norte de Minas Gerais foi fortemente associada à situação geográfico-ecológica, do ponto de vista da localização distante do litoral e das condições ambientais do sertão semi-árido. Esta situação de certo isolamento levou a região a buscar descobrir os potenciais internos, de modo que passou a explorar mais os próprios recursos animais, vegetais e minerais (POZO, 2002, p. 109). Por isso “A região teve que forjar suas próprias condições de auto-sustentabilidade” (GONÇALVES, 2000, p. 26).

Práticas extrativas são recorrentes na história da região, sendo uma atividade de importância social, política, econômica, alimentar e cultural para muitas populações rurais. Inicialmente, o extrativismo era prática estritamente vinculada ao uso doméstico. Posteriormente, foi se descobrindo possibilidades de comercializar, em pequena escala, alguns produtos florestais não maderáveis (PFNM) para aumentar a renda familiar.

A partir de meados da década de 1990 a atividade extrativa vem ganhando visibilidade na região, principalmente por causa do aumento da exploração comercial dos frutos do cerrado, feita por meio do agroextrativismo. As atividades se tornaram agroextrativistas em decorrência da aplicação de técnicas de

beneficiamento os produtos, implementadas por instituições que surgiram na região. Verifica-se que está se constituindo e operacionalizando uma cadeia de produção em torno dos frutos do cerrado, e ela está gerando externalidades positivas e um círculo virtuoso de trabalho, renda, permanência dos trabalhadores em seus espaços originários e agregação de valor aos produtos. Significa desenvolvimento para centenas de comunidades rurais e aumento na qualidade de vida da população. Por outro lado, é prudente manter uma atitude cautelosa em relação a esses processos para identificar também possíveis efeitos perversos, como por exemplo, um estímulo à sobreexploração dos recursos naturais.

A realidade de Japonvar, que ora buscamos analisar, insere-se neste contexto. Compreender os processos de desenvolvimentos dessas populações exige buscar uma inserção no universo do paradigma comunitário, assentado em relações predominantemente de cooperação, que por sua vez opera mesclados à lógica capitalista. É óbvio que tais grupos sociais procuram elevar a sua qualidade de vida, via crescimento econômico, mas o faz respeitando o ritmo de outros processos que ocorrem simultaneamente no ambiente em que estão inseridos, como a esfera cultural, a resiliência ecológica, os acontecimentos geracionais, etc.

O dinamismo social dessas populações é impulsionado por outras racionalidades, que não é aquela que preconiza a produção e acumulação de bens, indefinidamente. São orientadas por noções de mutualidade e cooperação, construindo sistemas de manejo integrado dos recursos a que têm acesso. Neste sentido, a compreensão do desenvolvimento que estes grupos sociais buscam operacionalizar, envolve tanto o manejo sustentável dos recursos naturais como a geração de modos de vida socialmente mais equitativos.

No caso de Japonvar, existe também a atuação do mecanismo de mercado no aproveitamento dos frutos nativos, pois as populações necessitam comercializar os seus produtos. Isso assegura a liberdade defendida por Sen (2000), de que mesmo estes grupos tradicionais devem ter a possibilidade de escolher utilizar o mercado, ou não, como fator de ampliação das liberdades e auxiliar na garantia da equidade distributiva. No entanto, o estudo mostra que as populações tradicionais, mesmo estabelecendo alguma relação com o mercado, não permitem que a natureza das relações mercadológicas seja um fator primordial e decisivo no seu ordenamento social.

A breve abordagem sobre o arranjo sócio-ambiental apresentada, deixa como indicação aos gestores públicos e formuladores de políticas públicas a necessidade de conferir maior legitimidade a sistemas cooperativos e uso e manejo dos recursos naturais.

#### **4.2 Uso sustentável dos recursos naturais em regime propriedade comum**

Tratar de sistemas de recursos de uso comum supõe fazer algumas considerações acerca do uso sustentável dos recursos naturais. Os acordos de uso coletivo de recursos naturais implicam o estabelecimento de sistemas de gestão que equacionem a exploração e a preservação do meio ambiente. Nestes contextos a dependência dos proventos naturais é muito elevada e a sobrevivência dos indivíduos, especialmente do grupo social enquanto tal, está fortemente associada à disponibilidade de recursos naturais. Se o nível de apropriação dos recursos for superior à capacidade de renovação do meio natural e este comportamento for uma constante, em algum momento os recursos se esgotarão, confirmando o argumento de Hardin. Neste sentido, Mckean e Ostrom apresentam a natureza dos arranjos comunitários.

Se a humanidade depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos, torna-se essencial um mútuo, cuidadoso e bem sintonizado uso dos mesmos. Regimes de propriedade comum são, essencialmente, maneiras de institucionalizar e orquestrar esse tipo de sintonia fina no uso de sistemas de recursos, quando estes são pressionados em direção aos seus limites (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 86).

Pode-se dizer que ao construir arranjos institucionais dessa natureza está implícita certa racionalidade que tente estabelecer, através de regras e sanções, um uso eficiente dos recursos naturais. Isso não significa dizer antecipadamente que, em função dessa característica, todos os empreendimentos terão sucesso. Pelo contrário, existe a possibilidade real de fracasso, e por isso mesmo, segundo Ostrom (2000), deve ser garantida a liberdade dos indivíduos mudarem as regras a partir do momento em que se constata que as normas vigentes não estão conseguindo fazer com que a instituição alcance seus propósitos. Por isso, tornam-se aspectos centrais para a institucionalidade seja eficiente, considerar os conhecimentos tradicionais

acumulados por gerações sucessivas ocupando determinado território, as práticas de manejo dos recursos naturais e os elementos culturais que expressam a identidade do grupo. “Cuando se habla de la importancia de las poblaciones tradicionales e la conservación de la naturaleza, está implícito el papel preponderante de la cultura y de las relaciones hombre/naturaleza” (DIEGUES, 2005, p. 40). Ostrom faz a seguinte ponderação sobre uma possível combinação da sustentabilidade social e ambiental no uso de recursos comuns:

La distinción entre el recursos como acervo y la explotación de unidades de uso como un flujo resulta especialmente útil en relación con los recursos renovables, donde es posible definir un ritmo de reabastecimiento. Mientras el ritmo promedio de sustracción no exceda el ritmo promedio de reabastecimiento, un recurso renovable se conserva a través del tiempo (OSTROM, 2000, p. 66).

Aqui insere-se a discussão eminentemente complexa da questão da sustentabilidade, especialmente no início do século XXI. Contrapondo-se ao modelo analítico e determinista de Hardin, Feeny et al fazem a seguinte consideração: “Uma nova e mais compreensiva teoria sobre recursos de propriedade comum deve ser capaz de considerar o manejo sustentável de recursos sob regimes de propriedade comunal” (FEENY et al, 2001, p. 34). Segundo estes autores é preciso considerar a capacidade de auto-organização dos grupos sociais que constroem estes arranjos e se, e em quais condições, ocorrerá o manejo sustentável dos recursos. “Sustentabilidade é um índice aproximado de sucesso de manejo; não implicando necessariamente que a utilização dos recursos seja ótima do ponto de vista ecológico ou econômico” (FEENY et al, 2001, p. 22).

Ostrom não evita em ser normativa quando trata de como deve ser um sistema de manejo que ofereça certa previsibilidade na conservação dos recursos naturais.

As regras de uso devem corresponder ao que o sistema pode tolerar e devem ser ambientalmente conservadoras para possibilitar margens de erro. Grupos de usuários bem sucedidos aparentemente preferem usos ambientalmente conservadores, possivelmente para providenciar margens de manobra, em caso de emergências (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 89).

Nas últimas duas décadas, muitos pesquisadores têm encontrado evidências que permitem afirmar que os sistemas de gestão comunal são capazes de proporcionar níveis satisfatórios de sustentabilidade no uso dos recursos

naturais, desenvolvendo fórmulas eficientes de exploração racional dos bens comunais.

[...] la propiedad común, con la regulación institucional que conlleva, es capaz de obtener resultados satisfactorios en la gestión de recursos naturales como el pastoreo y la silvicultura, en una economía de mercado, y puede ser aplicado también a otros recursos de propiedad común como las pesquerías y las aguas subterráneas (CAPEL, 2003, p. 06).

As práticas de uso e exploração dos recursos naturais desenvolvidas nestes sistemas se aproximam daquilo que Leff defende sobre o uso integrados dos recursos, considerando as dimensões social, econômica e ambiental e da operacionalização de uma racionalidade ambiental.

[...] essas experiências sociais são consideradas como exemplos potenciais de 'desenvolvimento sustentado'. Muitas dessas experiências são realizadas partindo da constatação que o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos fundamentais para a conservação da biodiversidade, demonstrando também uma sócio-diversidade ou diversidade cultural relevante. Trata-se, portanto, de situações em que 'os comunitários', sentindo-se ameaçados em seu modo de vida e apropriação dos recursos naturais, têm conseguido reagir, criando e recriando suas modalidades de reprodução material, social e simbólica (DIEGUES, 2001, p. 99).

Muitos argumentos e estudos empíricos apresentam a possibilidade de os sistemas de gestão comunitárias serem eficazes na regulação de um nível aproximado de uso sustentável dos recursos naturais. Porém isso não oculta o caminho inverso, ou seja, de ocorrer degradação ambiental nestes arranjos. Por outro lado, a complexa crise ambiental na qual o planeta se encontra é uma prova irrevogável de que a propriedade privada individual não é necessariamente o modo mais eficiente na manutenção do equilíbrio ambiental. De qualquer modo, Oviedo e Burzstyn (2003, p. 178) destacam que a "solução de base comunitária tem sido subestimada", ao invés de maximizar o potencial da conservação ambiental e da riqueza social contidos nessas experiências. Diegues também confirma que "essas formas tradicionais se revelaram adequadas para o uso sustentado dos recursos naturais durante longo período de tempo" (DIEGUES, 2001, p. 120). Em outro texto este autor destaca os vários elementos que compõem a convivência sustentável destas populações com o meio ambiente.

Un aspecto relevante en la definición de culturas tradicionales es la existencia de sistemas de manejo de los recursos naturales marcados por el respeto a los ciclos naturales, a su explotación dentro de la capacidad de recuperación de las especies animales y plantas utilizadas. Esos sistemas tradicionales de manejo no son solamente formas de exploración económica de los Recursos Naturales sino que revelan la existencia de un complejo de conocimientos adquiridos por la tradición heredada de los mayores, de mitos y símbolos que llevan al mantenimiento y uso sustentado de los ecosistemas naturales (DIEGUES, 2005, p. 46).

Ao confrontar a profunda crise ambiental que o mundo atravessa, e as repostas ainda obscuras e imprecisas, com a questão da sustentabilidade operacionalizada nestes arranjos não é difícil ceder à tentação de tentar transportar a lógica destes últimos para a escala global. No entanto, é preciso considerar dois aspectos: 1) o funcionamento destes mecanismos é eficiente no âmbito local, ou seja, em pequena escala; e 2) as práticas estão assentadas em um amplo e longo conhecimento, respeito e interação dos (com os) ciclos da natureza. De qualquer modo, constata-se que arranjos comunitários de manejo do meio ambiente têm desenvolvido métodos e técnicas eficientes para a sustentabilidade social e ambiental de apropriação dos recursos naturais.

## CAPÍTULO 3

### O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES DE PEQUI

#### 1 Introdução

Em contextos sociais onde se imbricam elementos da modernidade capitalista com traços tradicionais da cultura e das relações sociais, a população forja estilos e sistemas de vida adaptados às condições locais. Por não se tratar de um ou outro modo de vida, exclusivamente, talvez se possa dizer que são configurações híbridas, pois, ao mesmo tempo em que não se consegue ficar alheio ao poder avassalador e atraente do capitalismo, também não se renuncia à herança histórica construída por sucessivas gerações. Por isso, ao estudar algum fenômeno de contextos com tais características, é importante conhecer alguns aspectos dessa realidade social, para compreender os arranjos sociais, especialmente as relações estabelecidas com o meio ambiente, onde os modos de vida necessitam de formas racionais de uso e cuidado com os recursos naturais.

Nesta linha de raciocínio julgamos pertinente apresentar e analisar alguns dados e informações sobre o contexto social que envolve os catadores de pequi, e que acreditamos influenciar na busca de soluções para conviver com tal realidade.

#### 2 Localização, características gerais e aspectos geográficos de Japonvar

A unidade político-administrativa do município de Japonvar<sup>2</sup> foi constituída em 1996, situada no contexto das dezenas de emancipações que ocorreram no Estado de Minas Gerais naquele ano. A área de 377,7 Km<sup>2</sup> foi desmembrada do

---

<sup>2</sup> Antigamente o local era conhecido como Barreiro Grande, sendo que posteriormente passou a ser conhecido popularmente como Cacete Armado, devido a grande incidência de brigas e confusões entre os moradores. O nome atual, Japonvar, foi criado por um sacerdote católico, o Padre Antônio José, por volta de 1975, aproveitando parte dos nomes dos municípios de Januária, São João da Ponte e Varzelândia, em razão da confluência do acesso rodoviário que liga as três localidades.

município de Brasília de Minas, como qual faz limite, além das outras municipalidades limítrofes, que são: Pedras de Maria da Cruz, Lontra, São Francisco, São João da Ponde e Patis.

A cidade está situada a margem da BR 135, além de se encontrar próxima ao entroncamento que dá acesso à rodovia MG 026. Japonvar situa-se na porção central da região Norte de Minas Gerais, conforme mostra a figura abaixo (Figura 1), na qual estão identificados os 89 municípios que formam a região e a configuração geográfica entre eles.

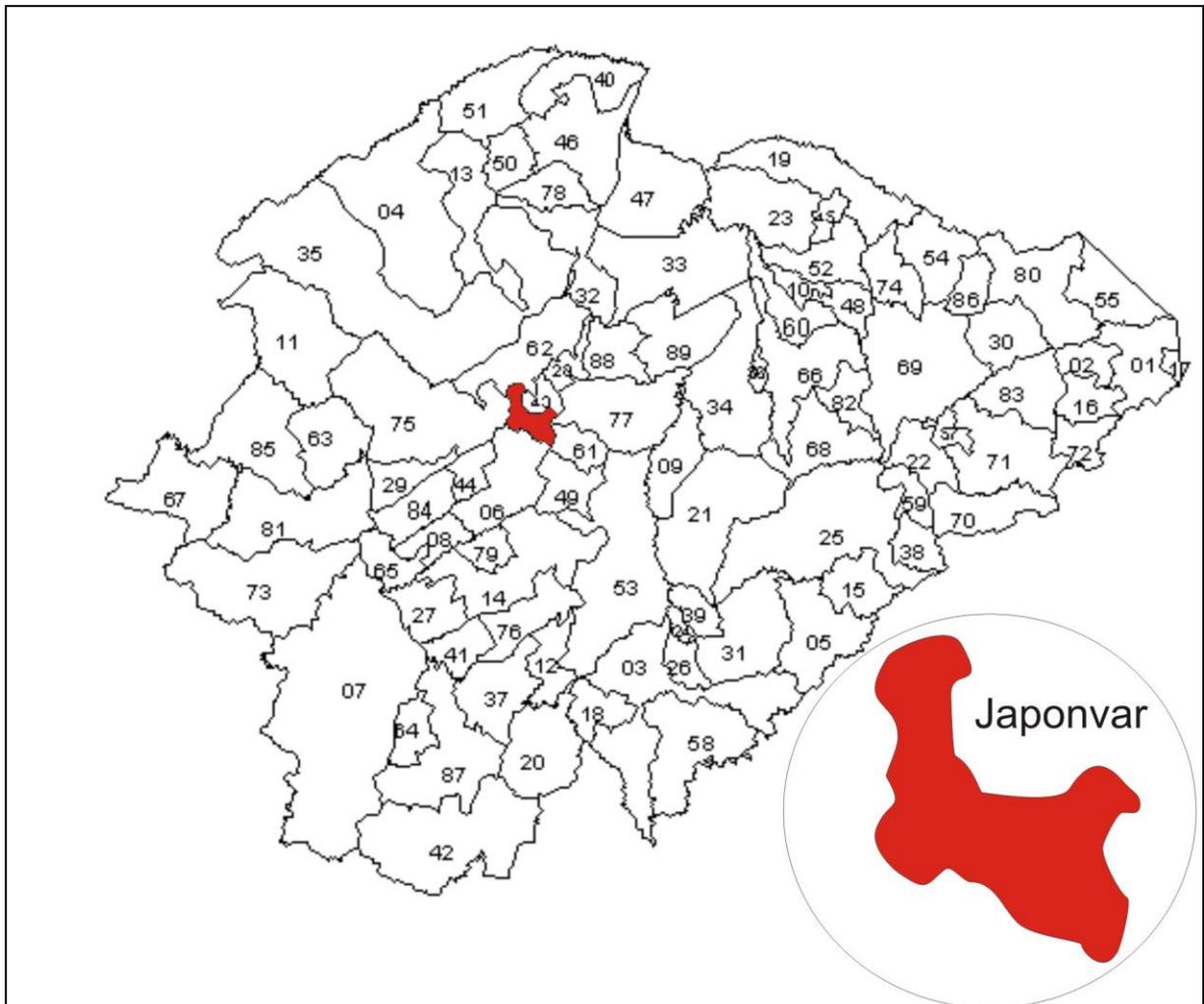


Figura 1 – Região Norte de Minas Gerais destacando a localização do município de Japonvar.

Fonte: Adaptado de Rodrigues, Nascimento e Chagas, 2005.

Não existem registros detalhados contendo informações de pessoas e datas que possam compor as origens históricas do município de Japonvar. A partir de depoimentos orais, de antigos moradores, é possível identificar que a localidade começou a se formar a partir da década de 1960. Segundo estes moradores, a origem aconteceu a partir de um pequeno estabelecimento comercial, localizado no trevo rodoviário entre a BR 135 e a MG 026. No decorrer do tempo, o proprietário desse estabelecimento começou a “distribuir” lotes ao redor e foi-se formando um aglomerado de pessoas e casas, fortemente dependentes da especificidade principal do lugar, naquela época: a de entreposto comercial, devido ao entroncamento de estradas que liga vários municípios.

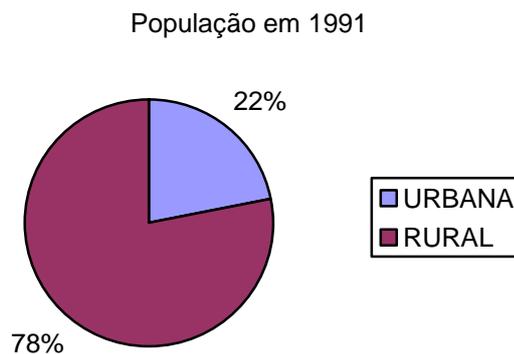
Em meados dos anos 80, as atividades em torno da plantação de eucaliptos, organizadas por uma empresa de reflorestamento, em alguns municípios próximos, impulsionaram a consolidação daquele núcleo urbano, em decorrência do grande número de empregos gerados. Isso provocou a atração de pessoas de outras regiões, e do conseqüente encadeamento de necessidades coletivas, que influenciaram o surgimento dos setores primário e terciário, bem como do crescimento da renda regional (SEBRAE, 2000).

A topografia de Japonvar varia de levemente ondulada a ondulada. Os solos são tipicamente de cerrado, com fertilidade média-baixa. Encontra-se no município latossolo vermelho, amarelo distrófico, textura arenosa, areias quartizosas álicas distróficas e, em menor proporção, onde é praticada a agricultura de subsistência, solos aluviais eutróficos. Cálculos elaborados pela Emater, indicam que os solos do município poder ser divididos nas seguintes proporções: 70% dos solos típicos de cerrado e 30% de baixadas férteis, aproximadamente (EMATER, 2004).

Existe a predominância da vegetação típica de cerrado e suas variações, apresentando grande concentração de pequi. Estimativas realizadas pela Emater e pelo SEBRAE apontam que, no território do município de Japonvar, existe uma média de 4,5 árvores de pequi por hectare, havendo áreas com maior densidade da espécie que chegam a ter 18 pequi por hectare. Entre outras

tantas plantas frutíferas, nativas do cerrado, o buriti é uma espécie que se encontra com abundância em Japonvar<sup>3</sup>.

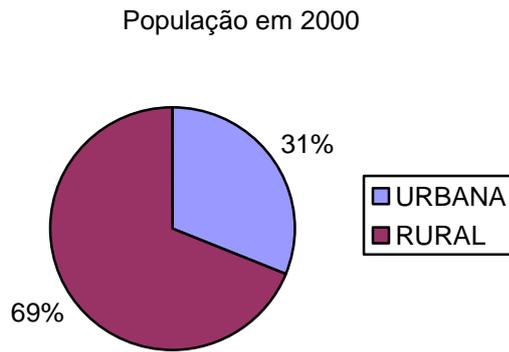
A distribuição populacional no território de Japonvar é constituída por um núcleo urbano, que é a sede municipal, somada às trinta comunidades rurais que se encontram distribuídas no interior do município<sup>4</sup>. Na verdade, o município é eminentemente rural, tanto pelas atividades econômico-produtivas, quanto pela distribuição da população. Algo muito comum no Brasil é a realidade desses pequenos municípios em que a formação territorial está baseada numa intensa relação entre campo e cidade, e, portanto, são caracteristicamente rurais (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002; VEIGA, 2002). A Figura 2, Figura 3 e Figura 4 mostram a divisão da população urbana e rural do município nos anos de 1991, 2000 e 2007. Os dados mostram um crescimento de 8% da urbanização de 1991 para 2000, mas é interessante observar que de 2000 para 2007 aumentou o percentual da população rural.



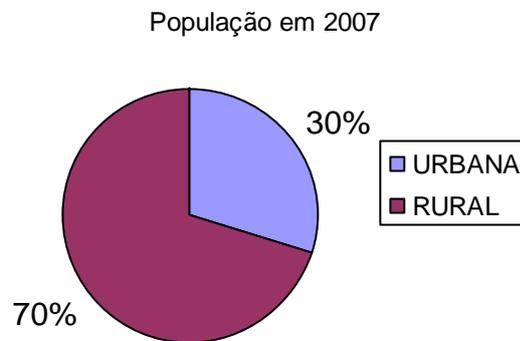
**Figura 2 – População de Japonvar em 1991, por situação do domicílio**

<sup>3</sup> As espécies de plantas frutíferas mais encontradas no município de Japonvar são: Pequi (*Caryocar brasiliense*), Buriti (*Mauritia vinifera* ou *Mauritina flexuosa*), Macaúba (*Acromia aculeata*), Murici (*Byrsonima pachypilla*), Umbu (*Spondia tuberosa*), Jatobá (*Hymeneae stigonocarpa*), Articum ou araticum ou pana (*Annona crassiflora*), Favela (*Cnidoscylus phyllacanthus*), Guariroba (*Syagrus oleracea*), Babaçu (*Orbignya speciosa* ou *Orbignya martiana*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*).

<sup>4</sup> As comunidades rurais de Japonvar são as seguintes: São Bernardo, São Bernardo I, Rancharia, Ponte do Mangaí, Santa Rita, Porteiras, Dois Barreiros, Vila de Andu, Nova Minda, Quatis, Beco, Santa Rosa, Nova Londrina, Pinhão, Melancias, Capivara, Gentil, Prata, Jatobazinho, Pé de Serra, Cabeceira de Imburana, Vila São Cristóvão, Cabeceira do Mangaí, Lagoinha, Barra da Lagoinha, Passagem Funda, Passagem Funda I, Pau Preto, Lagoinha I, Cabeceira da Garapa.



**Figura 3 – População de Japonvar em 2000, por situação do domicílio**



**Figura 4 – População de Japonvar em 2007, por situação do domicílio**

### 3 Atividades econômicas

A economia local é caracterizada por baixo dinamismo e pouca diversificação das atividades. Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), no ranking dos municípios do Estado de Minas Gerais, em 2005, Japonvar estava entre os dez menores municípios em relação ao PIB per capita e a participação relativa da população. Na série de 2002 a 2005 o município caiu da 845<sup>a</sup> para a 849<sup>a</sup> posição no PIB per capita, e mantinha a participação relativa de 0,05% da população estadual. De acordo ainda com FJP, categorizando este grupo de municípios no qual Japonvar se encontra, a atividade econômica está centrada em serviços, com predominância da administração pública, aspecto que não é diferente em Japonvar.

(FJP, 2007). O Quadro 1, abaixo, apresenta os dados do PIB do município no ano de 2005, com as atividades que o compõem e a respectiva participação de cada uma.

**Quadro 1 – Valor adicionado ao PIB por setor da economia em 2005**

Setor	Valor absoluto (R\$)	Valor relativo (%)	PIB per capita (R\$)
Agropecuária	2.539.701,00	14,11	2.041,00
Serviços	2.318.025,00	12,87	
Indústria	13.104.153,00	72,77	
Impostos	46.398,00	0,25	
PIB TOTAL	118.008.277,00	100	

Fonte: IBGE, 2007.

Os dados do censo agropecuário de 2006 (Quadro 2), realizado pelo IBGE, também ajudam compreender um pouco sobre a economia local. Os números evidenciam que a agropecuária praticada no município é volta predominantemente para o consumo próprio. As atividades relacionadas a este setor produtivo são desenvolvidas com a utilização de métodos tradicionais, com baixíssimo índice de uso de implementos agrícolas, maquinários e técnicas modernas de produção. Por exemplo, o número de tratores, a área irrigada e a área destinada à lavoura mostram porque a agropecuária participa com apenas 14,11% da formação do PIB do município, mesmo sendo o segundo setor mais importante na composição do PIB.

**Quadro 2 – Dados do Censo Agropecuário: 2006**

Descrição	Valor	Unidade
Nº de estabelecimentos agropecuários com tratores	4	Un
Lavouras	1.9081	ha
Pastagens Naturais	8.499	ha
Matas e florestas	5.247	ha
Áreas irrigadas	239	ha
Bovinos	9.946	Cabeças
Suínos	2.317	Cabeças

Fonte: IBGE, 2007

Em relação às plantações de lavouras, as informações confirmam a pouca quantidade de solos férteis propícios a tais cultivos, e, ao mesmo tempo, demonstram que os plantios, em sua maioria, são feitos para a manutenção familiar. As lavouras permanentes são insignificantes, tanto em área plantada, quanto em diversidade de plantações. Já as lavouras temporárias são mais expressivas e diversificadas, especialmente por se tratar de gêneros alimentícios de uso contínuo para a subsistência familiar. Exatamente por esta razão a soma total de áreas plantadas é bem mais extensa, considerando que um grande número de agricultores planta pequenas quantidades de lavouras temporárias. Isso pode ser observado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Lavouras permanentes e temporárias no município de Japonvar em 2005**

PRODUTO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)
<b>PERMANENTES</b>		
Banana	2	46
Laranja	8	50
<b>TEMPORÁRIAS</b>		
Arroz	150	90
Cana-de-açúcar	120	4.200
Fava	30	12
Feijão	240	84
Mandioca	100	800
Milho	650	325

Fonte: IBGE, 2007.

O extrativismo também é uma atividade que, localmente, gera ocupação e rendimentos econômicos. Neste aspecto é válido observar que o aproveitamento das espécies frutíferas nativas não se restringe ao pequi, mas abrange uma ampla cadeia de frutos do cerrado. Mas devido à informalidade dos trabalhos, e os métodos tradicionais de exploração e comercialização, é difícil registrar os fluxos das atividades extrativas. Até mesmo sobre o pequi, que é espécie mais abundante e explorada, há dificuldades para mensurar sua produtividade. No Quadro 4 pode-se observar os dados da extração vegetal em Japonvar no ano de 2005.

**Quadro 4 – Extração vegetal em 2005**

DESCRIÇÃO	PRODUÇÃO	UNIDADE
Madeira – carvão vegetal	855	t
Madeira – lenha	19.250	m <sup>3</sup>
Madeira em tora	26	m <sup>3</sup>
Pequi	85	t

Fonte: IBGE, 2007.

Diante dessas características da estrutura econômica municipal, uma consequência imediata é a baixa rentabilidade financeira média da população. Ou seja, isso significa que um contingente grande da população tem renda per capita extremamente baixa. No entanto, o mais notório, de acordo com os dados do IBGE, é o percentual de pessoas com renda de até um salário mínimo (19,56%), e, sobretudo, o contingente populacional que declara não ter renda (45,64%), como mostra o Quadro 5 – Renda média nominal mensal de residentes com 10 anos ou mais de idade. Isso configura uma situação de muita pobreza e miséria, confirmada pelo índice de Gini de 0,60, que mede a desigualdade na distribuição das riquezas geradas no município (AMAMS, 2007).

**Quadro 5 – Renda média nominal mensal de residentes com 10 anos ou mais de idade**

RENDA	Nº DE HABITANTES	% DA POPULAÇÃO TOTAL
Até 1 salário mínimo	1.687	19,56
De 1 a 2 salários mínimos	521	6,3
De 2 a 3 salários mínimos	91	1,1
De 3 a 5 salários mínimos	78	0,94
Mais de 5 salários mínimos	43	0,52
<b>TOTAL COM RENDA</b>	<b>2.350</b>	<b>28,43</b>
<b>Sem renda</b>	<b>3.769</b>	<b>45,6</b>

Fonte: IBGE, 2007.

### 3.1 Educação, saúde e infraestrutura

A educação é outro indicador importante que auxilia a compreensão e uma realidade social. No caso de Japonvar, como é possível observar no quadro 7, é

expressivo o percentual de analfabetos (16,6%), e ainda o pouco tempo de estudo da maioria da população que foi a escola. O Quadro 6 e o Quadro 7 trazem os dados da situação educacional de Japonvar em 2006.

**Quadro 6 – Frequência à escola da população residente com 10 anos ou mais de idade**

TEMPO DE ESTUDO	Nº DE HABITANTES	% DA POPULAÇÃO TOTAL
Sem instrução e até 1 ano de estudo	1.372	16,6
De 1 a 3 anos de estudo	1.855	22,44
De 4 a 7 anos de estudo	2.053	24,84
De 8 a 10 anos de estudo	507	6,3
Mais de 10 anos de estudo	212	2,56

Fonte: IBGE, 2007.

**Quadro 7 – Dados sobre a rede escolar em 2006**

PRÉ-ESCOLAR		ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	
Item	Nº	Item	Nº	Item	Nº
Matrículas	172	Matrículas	2.309	Matrículas	575
Docentes	08	Docentes	168	Docentes	31
Escolas	02	Escolas	8 <sup>5</sup>	Escolas	01

Fonte: IBGE, 2007.

A estrutura de saúde do município disponibiliza para a população um total de 06 estabelecimentos, os quais oferecem atendimento ambulatorial e serviços médicos básicos. Os estabelecimentos de saúde estão assim distribuídos: três centros funcionam na sede municipal, e os outros três postos de saúde estão distribuídos entre o Distrito de Nova Minda, a comunidade de Melancias e a comunidade Ponte do Mangaí, sendo um em cada localidade. Em dois dos estabelecimentos da sede existe atendimento odontológico com dentista. A limitação da “rede” de saúde do município é tal que não dispõe de nenhum leito para internação, nem mesmo algum equipamento de raios X, de tal forma que todo tipo de tratamento é buscado nas cidades vizinhas, especialmente em Montes Claros, que é a cidade-pólo da região (IBGE, 2007).

<sup>5</sup> Este número é subdividido em 5 escolas municipais e 3 estaduais.

A população não encontra no município tratamento para nenhuma especialidade no setor de saúde. As enfermidades mais frequentes são parasitoses, infecções respiratórias, hipertensão arterial, desnutrição, anemias, gastrites, diarreias e lombalgias. A área geográfica em que se encontra o município de Japonvar é considerada endêmica quanto à incidência de esquistossomose. A doença de Chagas, cuja presença já foi alarmante em épocas anteriores, não tem apresentado novos casos. Mesmo assim, continua-se trabalhando para evitar o risco do barbeiro transmissor. O índice de verminose é considerado alto, atingindo principalmente as crianças, e juntamente com a uma alimentação insuficiente em nutrientes necessários à saúde humana, tem contribuído para a desnutrição infantil (Prefeitura Municipal de Japonvar – Secretaria de Saúde).

Todos esses dados contribuem para a medição do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que se tornou referência mundial a partir da década de 1990, sendo utilizado para verificar a qualidade de vida dos grupos populacionais em diversos níveis (local, regional, nacional). O IDH-M de Japonvar, em 2000, encontra-se no nível médio, sendo 0,618. No entanto estava bastante abaixo do mesmo índice para Minas Gerais e Brasil, que apresentavam 0,773 e 0,766, respectivamente. No item renda, em 2000, o município ainda se encontrava com baixo nível de desenvolvimento, com índice de 0,459. A seguir, no Quadro 8, alguns dados comparativos do IDH entre Japonvar, Minas Gerais e Brasil, para os anos de 1991 e 2000.

**Quadro 8 – Índice de Desenvolvimento Humano: Japonvar, Minas Gerais e Brasil (1991 e 2000)**

MUNICÍPIO	IDH-M		IDHM-L		IDHM-E		IDHM-R	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Japonvar	0,512	0,618	0,645	0,697	0,484	0,698	0,408	0,459
Minas Gerais	0,697	0,773	0,689	0,759	0,751	0,850	0,652	0,711
Brasil	0,696	0,766	0,662	0,757	0,745	0,849	0,681	0,723

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Quanto a infraestrutura, a situação é similar aos outros aspectos apresentados. Somente parte das ruas da sede municipal conta pavimentação asfáltica ou calçamento, sendo que todo o interior do município é dotado de estradas

vicinais, sem nenhum tipo de pavimento. Deve-se realçar que Japonvar possui cerca de 7 km<sup>2</sup> de ruas asfaltadas e 45 km<sup>2</sup> de calçamento, números que equivalem a 45% da superfície de suas vias urbanas. (Prefeitura Municipal de Japonvar –Secretaria de Obras)

Para os serviços de comunicação, pode-se mencionar a existência de duas rádios comunitárias, que são utilizadas para todo tipo de comunicação entre a população. O município ainda não dispõe de telefonia móvel, e nem agência bancária.

Para o acesso à cidade, dada a sua posição geográfica cortada pela BR 135 e a confluência das estradas que levam aos municípios vizinhos,, a população utiliza os ônibus que se destinam para outros locais como Januária, São João da Ponte e Itacarambi. Não possui um terminal rodoviário para embarque e desembarque. Como a afluência de pessoas para o município é pequena, as empresas que fazem o transporte intermunicipal de passageiros na região não disponibilizam linhas de ônibus exclusivas para a cidade, pois certamente julgam que não seria lucrativo.

### **3.2 Associativismo**

No aspecto associativista, podem ser identificadas no município de Japonvar quatro tipos de iniciativas distintas de associativismo, organizadas entre a população: as Associações Comunitárias, o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os Conselhos Comunitários e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar – Cooperjap.

1 – Associações Comunitárias: existem no município 27 associações comunitárias. Somente uma delas está localizada na sede municipal, sendo que as demais estão distribuídas nas comunidades rurais. Em cada comunidade rural existe uma associação. A função precípua delas é buscar a implementação de bens coletivos locais, tais como construção de alambiques para produção de aguardente de cana, pequenas fábricas de farinha, incentivo à fabricação de queijo e instalações para captação e distribuição de água para uso doméstico. No entanto, o funcionamento

eficaz dessas associações depende, em muito, do empenho das lideranças e da participação dos moradores, o que pode apresentar variação de uma comunidade para outra, conforme histórico e pessoas envolvidas. Segundo avaliação feita por um técnico da Emater, cerca de 70% das associações existentes no município pode ser consideradas participativas e atuantes.

Atualmente, as associações comunitárias têm sido convocadas a passar por processos de revitalização, especialmente as que se encontravam inativas e/ou com dificuldades de funcionamento, com intuito de pleitearem recursos do Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR. Este programa é financiado com fundos dos governos estadual e federal, com a finalidade de custear projetos que promovam o desenvolvimento dos espaços rurais e a fixação das famílias no campo. Entretanto, diversas lideranças apontaram que muitas associações estão com sérias dificuldades financeiras, encontrando-se atualmente endividadas, a maioria delas com a Receita Federal. Algumas delas precisaram vender o imóvel que era utilizado como local das atividades da entidade para pagar dívidas, como no caso da Comunidade São Bernardo. Algumas enfrentam também problemas com relação à disponibilidade de lideranças capacitadas para dinamizar os trabalhos que os associados demandam.

Outra dificuldade encontrada por grande parte dessas associações refere-se a atualização dos requisitos legais para o seu funcionamento. Ocorreu em muitos casos que a associação foi constituída, compondo-se uma equipe diretora e fazendo-se os trâmites legais para o seu reconhecimento. No entanto, posteriormente foram mudando as pessoas de acordo com os sucessivos mandatos, mas não foram atualizados os procedimentos legais, configurando *status* jurídico de irregularidade.

2 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais: o surgimento deste sindicato aconteceu concomitante a criação do município, mas a despeito de uma década de existência, tem encontrado grande dificuldades para solidificar o seu trabalho. Possui uma sede própria com infraestrutura razoável, que dispõe de salas para atendimentos e para realização dos serviços burocráticos, local para reuniões, além de contar com dois funcionários. No entanto, este empreendimento associativo não tem grande penetração na vida dos trabalhadores rurais, e ainda não se constituiu em referência

para os mesmos. O próprio sindicato reconhece que o único serviço desenvolvido sistematicamente junto aos trabalhadores rurais é o auxílio e orientação para a organização da documentação para entrar com o processo de solicitação da aposentadoria. Uma das principais dificuldades é financeira, no sentido de manter a regularidade da contribuição anual dos filiados, já que estes são bastante instáveis quanto a filiação à entidade.

3 – Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar: a Cooperjap é uma instituição constituída pela iniciativa dos catadores de pequi e trabalhadores rurais, com o objetivo de oferecer assistência no âmbito do plantio, conservação, manejo, coleta, beneficiamento e comercialização de produtos típicos do cerrado. Sobre esta instituição, neste momento, é suficiente esta caracterização geral, já que mais a frente serão apresentados a trajetória, o funcionamento e os trabalhos desenvolvidos pela Cooperjap.

4 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário: esta experiência de representatividade existe em três comunidades rurais do município, mas as funções e trabalho desenvolvidos são os mesmos realizados pelas associações comunitárias, tendo diferença somente na nomenclatura. Portanto, esta semelhança dispensa uma descrição pormenorizada desses conselhos comunitários.

Diante das descrições feitas, fica a observação de que o associativismo é algo evidente entre a população de Japonvar, e suas expressões são fortemente caracterizadas pelos aspectos territoriais, econômicos e culturais da realidade social do município.

## CAPÍTULO 4

### OS MECANISMOS DE GESTÃO DO USO COMUNITÁRIO DO PEQUI EM JAPONVAR

#### 1 Introdução

Neste capítulo trataremos das formas de apropriação e gestão do pequi em Japonvar, a partir dos dados coletados nas localidades pesquisadas. Serão abordadas as práticas costumeiras de uso e conservação dos recursos naturais, as soluções coletivas para potencializar a exploração dos frutos nativos, aliada à preservação ambiental, permeadas por relações sociais de cooperação.

#### 2 Pequi: “O ouro do cerrado”

A importância do cerrado, no Brasil, reúne sua riqueza e diversidade da fauna e da flora, estendendo-se à abrangência geográfica e populacional. Acompanhando a extensão territorial do bioma cerrado, o pequi pode ser encontrado em abundância nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Piauí, Tocantins e Bahia. É chamado pela ciência de *Caryocar brasiliense*. No entanto, popularmente é conhecido por diversos nomes, tais como: pequi, pequiá, piqui e pequi-do-cerrado, variando de uma região para outra (MMA, 2004).

O processo histórico da ocupação da região Norte de Minas Gerais testemunha que o extrativismo sempre foi uma atividade importante na vida do povo que aqui foi se instalando e se reproduzindo. Essa importância não é constatada somente no campo econômico, mas também na construção das sociabilidades, na demarcação das territorialidades e na afirmação da identidade cultural. Até os dias

atuais pode-se ainda verificar esta multiplicidade de funções desempenhadas pelo agroextrativismo.

Também não é novidade que estas características desenvolvidas pelas populações da região Norte de Minas Gerais estão estreitamente relacionadas com o esforço adaptativo às condições ambientais predominantes na região. Isto nos remete diretamente às características do cerrado nortemineiro. O cerrado tem sido constantemente redescoberto em sua biodiversidade, destacando-se as funções ambiental e social. Por outro lado, é um dos biomas do território brasileiro que se encontra mais ameaçado pelos efeitos que a ação humana vem causando nas últimas décadas.

A riqueza e diversidade do cerrado também são atestadas por apresentar aspectos distintos nas diferentes regiões em que este bioma está presente. Na região Norte de Minas Gerais é expressiva a abundância de frutos nativos que estão disponíveis para uso humano, podendo ser aproveitada as propriedades medicinais, o potencial nutritivo e as substâncias cosméticas.

Pozo (2002) destaca enfaticamente que o extrativismo praticado na região resulta em efeitos que extrapolam os resultados econômicos alcançados pelas pessoas que têm nesta atividade a principal fonte de sobrevivência.

A exploração extrativa, além de gerar benefícios ambientais, gera também uma série de aspectos sociais, políticos e culturais. Sociais porque grupos de mulheres, anciãos e crianças participam da coleta e processamento de muitos produtos extrativos que geram ingressos e pode contribuir para o fortalecimento das relações sociais com bases mais equitativas. Políticas porque, além de beneficiar diretamente as comunidades pobres e marginalizadas, pode favorecer a sua permanência no campo, criando assim uma situação alternativa à tradicional migração para as cidades ou para novas fronteiras agrícolas. Culturais porque tais práticas estão dotadas de um sentido interno que vai além dos aspectos meramente econômicos (POZO, 2002, p. 182).

A região Norte de Minas Gerais tem uma história marcada por aspectos políticos e geográficos que estimularam o surgimento de resistências e configurações originais no âmbito sócio-ambiental-espacial. Neste sentido, Gonçalves argumenta que a “região teve que forjar suas próprias condições de auto-sustentabilidade”. E segundo este mesmo autor, a expressão mais eloqüente desta construção histórica das populações regionais/locais é o regime alimentar:

A riqueza do regime alimentar da região é, ao mesmo tempo a expressão maior do cruzamento da questão social com a questão ecológica [...] O regime alimentar, tecido ao longo dos séculos pelos Geraizeiros, pelos Caatingueiros, pelos Vazanteiros é o resultado do modo como essas populações se apropriaram das diferentes condições naturais que a região oferecia, seus brejos/várzeas, suas encostas chapadas, seus cerrados, suas matas secas, suas caatingas ensejando seus sistemas agrícolas (GONÇALVES, 2000, p. 23).

Estas populações, identificadas predominantemente pelos aspectos sócio-espaciais, em torno dos quais organizam a vida familiar e coletiva, conformam também matrizes de racionalidade adaptadas às condições ambientais/territoriais. É com esta fundamentação que se insere a perspectiva de que os frutos nativos desempenharam historicamente uma função alimentar, social e ambiental destacada, especialmente na vida das populações rurais marginalizadas da região.

Durante muitas décadas, as práticas de aproveitamento das frutas nativas do cerrado, na região, estiveram exclusivamente associadas ao consumo doméstico. As famílias coletavam as espécies medicinais, as que eram utilizadas na fabricação de artesanato e as que faziam parte do regime alimentar, recolhendo somente as quantidades que atendiam as necessidades imediatas. Certamente durante todo este tempo havia uma abundância muito grande destas espécies frutíferas, mas também de outras que não faziam parte do costume do consumo familiar, em decorrência de um ambiente natural menos agredido e da menor pressão populacional. Entre os frutos aproveitados na dieta alimentar, o destaque é para o pequi, que é consumido em maiores quantidades, e também sua disponibilidade no meio natural é mais elevada em relação a outros frutos nativos do cerrado nortemineiro.

Nos processos de exploração destas riquezas naturais, uma modalidade importante de acesso e manejo de tais recursos que foi bastante comum na região, e ainda hoje são encontradas diversas experiências desta natureza no contexto regional. Trata-se de arranjos comunitários que estabelecem as regras e as possibilidades de uso a um determinado grupo de pessoas de certos recursos naturais. Muitos destes arranjos coletivos têm sido experiências eficientes na administração e distribuição equitativa dos recursos naturais.

O pequi é um desses recursos, bastante explorados para diversos usos na região. Além do mais, tem-se procurado conhecer e explorar melhor suas

propriedades, o que está gerando diversificação de seus derivados e aumentando o consumo e a visibilidade do fruto.

Nota-se, nos últimos anos, um aumento no consumo interno, tanto de seus produtos industrializados, quanto dos frutos in natura, que são largamente empregados na culinária para o preparo de arroz com pequi, leite com pequi, frango com pequi, na fabricação de doces e licores e na fabricação de sabão caseiro (MACEDO, 2005, p. 13/14).

É um fruto nativo que contém alto valor energético e protéico. Possui grande concentração de nutrientes, proteínas, poliglicérides e carboidratos necessários ao organismo, além do alto teor de provitamina “A” contido na polpa. A casca é altamente rica em carboidratos, lipídios, proteínas e fibra alimentar (MACEO, 2005, p. 33).

Possui uma árvore frondosa, esgalhada e tortuosa, que pode chegar até dez metros de altura, e a copa pode atingir até treze metros de diâmetro. Os frutos são de coloração verde na parte externa, e de tamanhos variados, podendo ultrapassar 100 gramas de peso, e conter de 1 a 4 caroços no seu interior. A parte não comestível do pequi representa cerca de 80% do fruto, e a parte mais aproveitada, na alimentação e na agroindústria, é a polpa amarelo-laranjada que envolve o caroço. Cada planta, na fase adulta, pode produzir até seis mil frutos por ano (MACEDO, 2005).

Segundo os catadores de pequi de Japonvar o cultivo do pequi é muito difícil. Apesar das tentativas, ainda não se obteve muito sucesso em produzir e transplantar mudas de pequizeiros. Além do mais, as sementes demoram em torno de um ano para germinar, se respeito o processo natural. Em geral, as plantas levam, aproximadamente, oito anos para começar a produzir frutos. O

O pequi, mesmo com um grande potencial já explorado para diversos usos, descobertos e confirmados, em sua maioria, por meio de manejo artesanal e doméstico por populações tradicionais, ainda existe espaço para desenvolver pesquisas acerca deste fruto tão rico, chamados por muitos de “ouro do cerrado”.

**Quadro 9** apresenta os principais eventos do ciclo produtivo do pequizeiro.

O pequi, mesmo com um grande potencial já explorado para diversos usos, descobertos e confirmados, em sua maioria, por meio de manejo artesanal e doméstico por populações tradicionais, ainda existe espaço para desenvolver pesquisas acerca deste fruto tão rico, chamados por muitos de “ouro do cerrado”.

**Quadro 9 – Ciclo produtivo (anual) do pequizeiro**

Evento	MESES											
	Ago.	Set	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr	Mai	Jun.	Jul.
Floração	X	X	X									
Frutificação			X	X	X							
Maturação					X	X	X					
Estágio vegetativo	X							X	X	X	X	X

Fonte: Adaptado de MACEDO, 2005.

### **3 Cotidiano e lugar das interações sociais, da construção identitária e das práticas individuais e coletivas dos catadores de pequi**

#### **3.1 A Comunidade São Bernardo**

O relevo da comunidade São Bernardo é semelhante a característica geral do relevo do município de Japonvar que é, na sua maioria, levemente ondulado. As partes mais extensas das terras são de partes planas mais altas, compostas do que a população local chama de “gerais” ou “tabuleiros”, onde a maioria dos frutos nativos é coletado. Estas terras se dividem em floresta nativa, típica de cerrado, ou pastagens naturais, com vegetação bastante esparsa. As partes mais baixas são aproveitadas para o cultivo de algumas plantações como milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Entre as espécies nativas mais encontradas estão o pequi, que é a mais abundante, e outras plantas frutíferas tais

como o buriti, articum (ou araticum), guariroba, murici, favela, umbu, macaúba e jatobá.

A comunidade faz limite com outras quatro comunidades rurais, sendo elas: São Bernardo I, Ponte do Mangaí, Pau Preto e Rancharia. Sobre os recursos hídricos, passam pela comunidade o Rio Mangaí e o Córrego Passagem Funda a distância entre a comunidade e a sede do município é de 6 km, cujo acesso deve ser feito pela única estrada vicinal que ligas as duas localidades. No entanto, há várias estradas menores que cortam a comunidade em vários sentidos e ligam a outras comunidades, e que dão acesso também ao núcleo urbano, porém tendo que percorrer uma distância maior.

A origem da comunidade remonta a um antigo morador, cujo nome foi adotado pela comunidade e que, segundo os atuais moradores, foi um dos primeiros habitantes daquela localidade, que adquiriu certa liderança no território. A comunidade é constituída por 32 famílias, sendo que o sobrenome comum é “Ribeiro”, de moco que todos são parentes entre si. Atualmente, a população está na quinta geração de pessoas que constroem tal localidade.

As pessoas vão com freqüência à cidade de Japonvar, já que todos os serviços, tais como saúde, comércio e outros tipos de necessidades básicas são aí encontrados. Para se deslocarem até a cidade, a maioria dos moradores utiliza a carroça, puxada normalmente por um burro, ou então vão a cavalo. Frequentemente também vão a pé. É interessante observar que estes são também os instrumentos mais utilizados para o trabalho. Na comunidade nenhum morador ou família possui veículo automotor.

No território da comunidade existe um núcleo geográfico, que se constitui na referência para os moradores da localidade, e onde as pessoas se encontram para qualquer atividade que envolva a coletividade. Ali existe uma construção pequena de alvenaria que pertencia até recentemente a Associação Comunitária, e atualmente pertence a uma particular. É utilizado também para outros eventos sociais, tais como festas, confraternizações, reuniões com representantes políticos, encontros de capacitação para os trabalhadores rurais etc., além das reuniões da associação comunitária. Existe ainda uma pequena construção que abriga o posto telefônico, instalado no ano de 2007.

Neste centro de convergência da vida comunitária estão localizados ainda dois pequenos estabelecimentos comerciais que vendem bebidas diversas e os gêneros alimentícios mais elementares. Estes locais também são utilizados como espaço de encontro e lazer, já que as pessoas, majoritariamente os homens, se encontram para jogar cartas e/ou bilhar. Em relação ao lazer, existe também, neste epicentro da vida coletiva, um campo de futebol onde as crianças e jovens se reúnem quase diariamente para jogar bola e soltar/empinar pipas.

Não existe, em funcionamento, nenhum tipo de templo especificamente destinado a abrigar práticas religiosas. Muitos moradores se dirigem para a comunidade Ponte do Mangaí, onde existe tanto Igreja Evangélica quanto Católica, ou então para a comunidade São Bernardo I, onde existe um grupo de pessoas católicas que se encontram sistematicamente para realizar os seus ritos religiosos. Na comunidade São Bernardo está em fase de construção um pequeno templo da uma igreja evangélica.

Nas proximidades deste núcleo comunitário estão localizadas as casas de algumas famílias, sendo que a grande maioria das residências dos habitantes locais se encontra espalhada ao longo do território da comunidade São Bernardo, especialmente sobre a terra que cada família ocupa ou é proprietária. Além disso, há também uma escola desativada, cujo prédio não tem, atualmente, nenhuma utilização.

No aspecto educacional, todas as crianças, adolescentes e jovens estudantes são levados, pelo transporte escolar municipal, para o núcleo urbano de Japonvar, a fim de realizarem os estudos.

A Associação Comunitária se encontra com um funcionamento precário, sendo que recentemente foi necessário vender a própria sede para quitar dívidas de vários anos junto a Receita Federal. Mas os moradores manifestam o desejo de reativá-la, pois é tida como um instrumento importante para a vida da comunidade.

Os laços comunitários são cultivados e reforçados por negociações, trocas, compra e venda de animais, objetos diversos e dias de trabalho. Outra expressão forte das relações sociais baseadas na solidariedade é também o sistema de abastecimento de água. A água encanada, retirada do Córrego Passagem Funda, chega a todas as casas por meio de um sistema comunitário de bombeamento e distribuição, feito por meio de energia elétrica. A única despesa é

com a eletricidade, que é dividida igualmente entre os moradores ao final de cada mês. Existem duas pessoas, escolhidas pela comunidade, que são responsáveis pelo funcionamento e manutenção deste sistema, e têm funções definidas.

- a) Um homem, o qual é chamado de 'bombeiro', que é responsável por ligar e desligar, diariamente, a bomba que faz o abastecimento de água em todas as casas, num período de tempo simultâneo, em horário fixo acordado entre os comunitários.
- b) Uma mulher que ao final de cada mês tem a tarefa de receber a conta da luz elétrica, dividir e recolher o dinheiro de cada família e efetuar o pagamento da mesma.

Além disso, os próprios moradores julgam a comunidade como um grupo de sólidas relações sociais, como afirma um membro da comunidade: "O povo aqui é unido; todos aqui se ajudam". A resposta de outro morador, proprietário de um dos pequenos estabelecimentos comerciais, quando perguntado sobre a possibilidade de manutenção de dois estabelecimentos em tão pequena localidade, também confirma essa constatação: "Nós não somos concorrentes; nós somos companheiros, e um ajuda o outro, quando precisa".

### **3.2 A Comunidade São Bernardo I**

A Comunidade São Bernardo I é contígua a área geográfica da comunidade São Bernardo, sendo continuidade territorial em direção sul desta localidade, até a divisa com o município de Brasília de Minas. Este núcleo habitacional rural constituiu as referências geográficas e populacionais próprias a partir do ano 2000, em decorrência de divergências políticas entre dois grupos de moradores, na época todos pertencentes à Comunidade São Bernardo, em torno da localização de benefícios comunitários que a associação comunitária estava buscando implementar para a comunidade local.

Até este ano existia uma única comunidade, constituída por dois grupos de moradores, que se aglomeravam a certa distância entre si. O grupo que atualmente forma a comunidade São Bernardo I, localizado fora da centralidade da antiga comunidade, sentiu-se prejudicado em relação a certos benefícios coletivos e

decidiu construir uma nova associação comunitária, um sistema independente de abastecimento de água. E assim foi criada uma delimitação geográfica com nome próprio para este grupo de moradores.

Interessante notar que as pessoas deste grupo não têm forte parentesco entre si, e nem com as pessoas do outro grupo de moradores que formam a comunidade São Bernardo, que, ao contrário daquela, está toda entrelaçada por laços de parentesco.

É uma comunidade menor, geográfica e populacionalmente, sendo formada por 15 famílias, de modo que em todas elas existem pessoas que catam pequi e outros frutos do cerrado.

Um aspecto distintivo da comunidade São Bernardo I é que a religião exerce forte influência na unidade do grupo, que mantém encontros e reuniões regulares para a realização de práticas religiosas, seja na casa das famílias ou na sede da associação comunitária.

### **3.3 Os catadores de pequi que comercializam os frutos à margem da rodovia**

Este grupo de trabalhadores que explora as potencialidades do pequi, e comercializa os frutos à beira da rodovia que corte a cidade, são todos moradores da área urbana de Japonvar. São pessoas que residem na cidade, cujas atividades laborais estão ligadas ao mundo da agropecuária. Em geral, eles se deslocam diariamente para a zona rural para o trabalho. Mas há também aqueles que não têm trabalho fixo durante o ano, e que durante a safra do pequi se dedicam inteiramente a esta atividade extrativa.

Em termos de ambiente cotidiano e social desses catadores, pode-se dizer que é aquele apresentado anteriormente em relação às características gerais da sede municipal, o que dispensa uma nova descrição. Além do mais, apesar de serem numerosos, não é possível caracterizar os catadores de pequi do núcleo urbano como uma comunidade homogênea, à semelhança dos pequenos aglomerados rurais, pois estão inseridos na vida de uma população que os ultrapassa. Ainda assim, cabe observar que durante a safra do pequi estes

trabalhadores adquirem certa visibilidade em função da movimentação que decorre da circulação deste produto.

Na Figura 5 é possível visualizar as três localidades mencionadas, onde desenvolvemos a pesquisa e ainda ter uma noção do recorte e da composição geográfica do município.

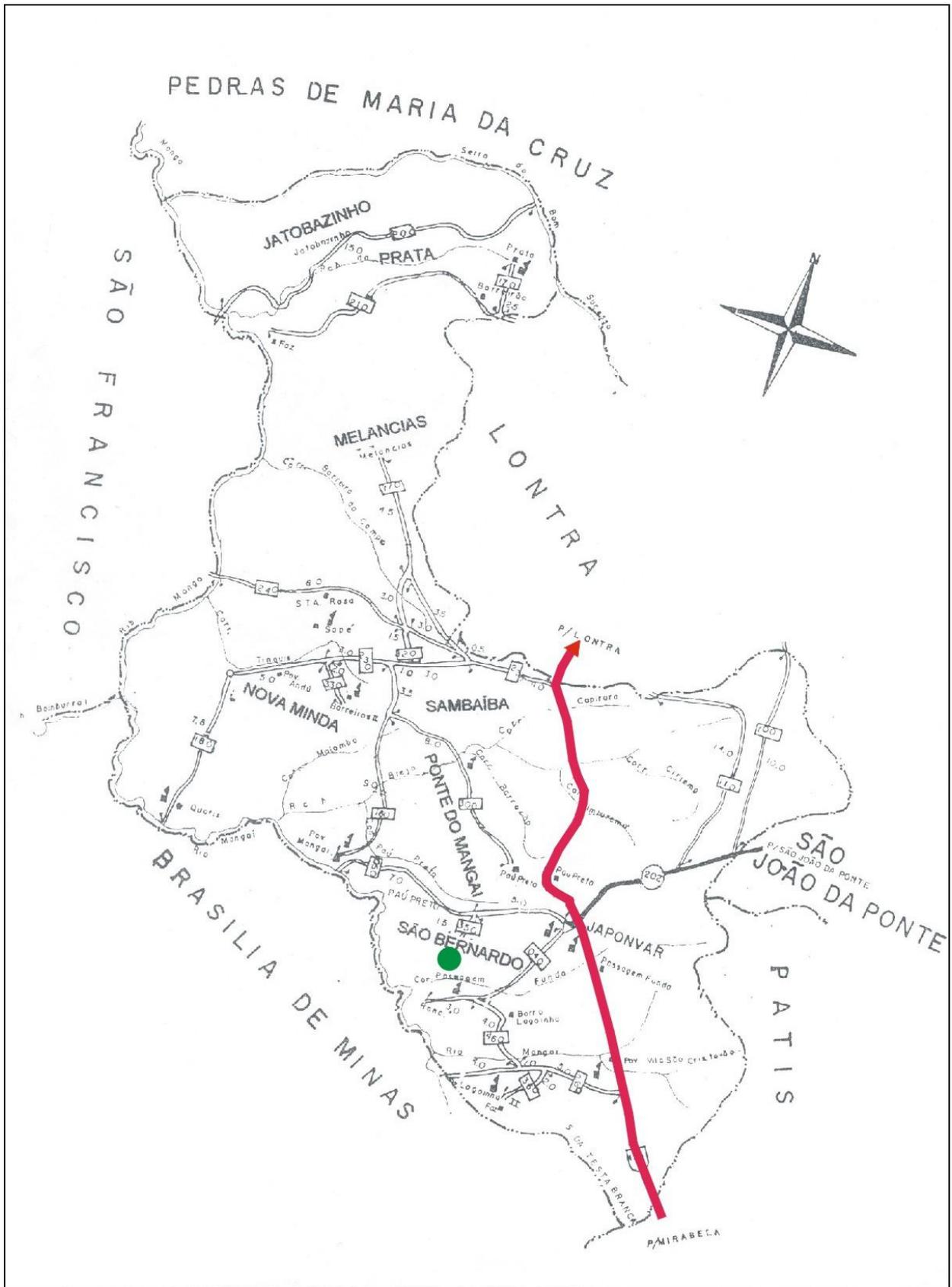


Figura 5 – Área do município de Japonvar indicando as principais comunidades rurais e os municípios vizinhos

#### 4 “A época em que todo mundo tem um dinheirinho”

Esta frase é a expressão mais utilizada pela população local, sejam eles catadores de pequi, jovens, crianças ou pais e mães de família, quando perguntados sobre a importância do pequi, e toda a cadeia de atividades decorrentes da época da coleta deste fruto nativo, na vida das pessoas.

No entanto, as pessoas que trabalham com o pequi e outros frutos do cerrado, manifestam também, por trás desta expressão, experiências e significados que vão muito além da possibilidade de conseguir algum recurso financeiro, além de outros aspectos desencadeados por tais atividades na vida social da população. Isso torna possível esboçar e visualizar uma complexa trama sócio-cultural, em torno do uso comunitário dos frutos nativos do cerrado, no município de Japonvar.

Atualmente, tanto a cadeia de espécies frutíferas exploradas é bastante ampla, quanto há grande diversidade de produtos derivados de pequi que estão sendo aproveitados para comercialização e uso doméstico, o que em ambos os casos gera um leque considerável de atividades e pessoas envolvidas, em todas as etapas dos trabalhos.

Por que dá muita renda. Quando o povo aumenta, aumenta muito a renda. Então agora melhorou muito, bastante mesmo, por que o pequi tem bastante saída. É, você vende pra fora, você vende... agora não, por que agora mesmo to tirando aqui mesmo para a firma, para a cooperativa. Aí, depois, até a gente mesmo volta lá, e compra de novo. Então é um giro que o pequi faz. Um manejo que a gente faz com ele. Você compra ele, você dá dinheiro para as pessoas, e depois você paga para despolpar. Então entrega na cooperativa, e depois na cooperativa... depois você volta e compra de nova. E aí, aquele lucro que a cooperativa tem, torna a repassar pra gente. (Sr. Jovino)

As estimativas feitas pela Cooperjap indicam que em torno de 65% da população se envolve com a coleta do pequi. Para muitos trabalhadores que dedicam à coleta do pequi, esta se torna a principal atividade de trabalho nesta época. Outros conciliam a catação do pequi e os trabalhos com o cultivo de outras plantas, reservando parte do tempo para cada atividade. “[...] como ele dá só uma vez por ano, então a gente toca lavoura. A gente mexe com farinha. Faz farinha também. Então a gente planta roça, planta cana também. A gente ‘mói’ também, e

faz rapadura. É faz cachaça também. Então uma coisa ajuda a tocar a outra” (Sr. Jovino).

Para catar o pequi, normalmente as pessoas se dirigem, diversas vezes durante o dia, para as localidades em que existem os pequizeiros. Vão principalmente para os ‘tabuleiros’, e aí passam várias horas seguidas, percorrendo longos trechos para coletar os frutos que se encontram no chão. Para a primeira coleta do dia, muitas pessoas saem de casa bem cedo, quando ainda está escuro, para recolher maior quantidade dos frutos que caíram durante a noite, antes que outros passem no mesmo local. Interessante observar que, por se tratar de um recurso natural de uso comum, ocorre comumente de as pessoas estarem catando os frutos ao mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico. Pessoas de famílias diferentes recolhem frutos de uma mesma árvore e ao mesmo tempo, sem com isso, entrarem em conflito ou disputa.

A expressão ‘a época em que todo mundo tem um dinheirinho’ encontra explicação no fato de que, geralmente, todas as pessoas da família vão catar pequi, envolvendo assim pai, mãe, filhos e filhas, mesmo estes últimos sendo crianças. E o interessante é que, em todas as famílias, o valor em dinheiro que cada membro consegue com a quantidade de pequi que cata e vende pertence a ele próprio. Mesmo estando juntas no momento da coleta, cada pessoa recolhe e vende a sua parte separadamente. Mas ocorre também de a família juntar o que cada membro catou e comercializar em um único volume. Neste caso, o montante de dinheiro que se consegue com a venda é destinado para as despesas da casa. “Porque é assim, vai a família inteira catar pequi, né?! Eu mesmo vou com a família inteira. Lá em casa minha mulher sai cinco horas da manhã. Ela trabalha na escola, né. Mas ela sai cinco horas da manhã e seis e pouco ela chega com a vasilha cheia.”

Diferentemente das plantações que são feitas pela família, onde o que se colhe é da “casa”, aqui, trabalhando juntos ou separados, o que cada um ganha é seu. Isso reforça a noção de gratuidade dos recursos naturais Expressa por estes grupos sociais, onde cada indivíduo tem sua parte naquilo que a natureza disponibiliza, bastando para isso executar o trabalho de coletar. Observa-se que este mecanismo possibilita a cada indivíduo da comunidade de inserir no circuito da dádiva, aqui entendido como a coleta do pequi em terras alheias.

O trabalho de catar os frutos é uma atividade muito simples, feita de modo tradicional. A coleta é feita quando os frutos atingem seu ponto de maturação completamente e se soltam sozinhos da árvore. Normalmente os catadores utilizam apenas um saco plástico, desses usado para armazenar e transportar verduras e legumes, para colocar os frutos que vão sendo recolhidos do chão. Para transportar até o local de venda ou despolpa, utiliza-se a carroça movimentada por tração animal.

No que tange à produção do setor agrícola, o pequi é um dos produtos mais significativo no município, do ponto de vista econômico. As condições favoráveis da região, co clima e solo adequados, permitem a existência de expressiva quantidade de pequizeiros, o que se soma à simplicidade da colheita – que não requer técnicas avançadas – e à facilidade de escoamento da produção, principalmente em virtude da proximidade da rodovia. Essa facilidade para escoar a produção refere-se à mobilidade, não ao preço do transporte. Na opinião de algumas lideranças rurais locais, esse conjunto de fatores favoráveis garante um bom desempenho da atividade extrativa da espécie, fazendo com que Japonvar tenha uma das maiores safras anuais de pequi da região.

O fruto é a única fonte de renda de grande número de famílias locais. Sua comercialização é feita à beira da estrada ou com a participação de atravessadores, em sua maioria de outros municípios. Muitas vezes, o pequi passa por três ou até quatro compradores, ainda antes de deixar a localidade, sendo levado para outros mercados, sobretudo Montes Claros, Belo Horizonte e Goiânia. A época de sua coleta e comercialização é curta, durando no máximo três meses, e a variação de preço entre o período da safra e entressafra é elevada.

Percebe-se nitidamente que o extrativismo do pequi impacta, em vários aspectos, a vida da população, e ela reconhece essa importância do fruto na vida familiar e comunitária. Neste sentido, nota-se também, que as pessoas evidenciam, com mais frequência e entusiasmo, os benefícios econômicos, a melhor qualidade de vida e desenvolvimento que as atividades em torno do pequi proporcionam para a localidade, conforme os relatos abaixo.

Antes, em Montes Claros, tinha bastante saída com o pequi. A gente sempre levava lá e vendia. Só que o transporte era muito difícil, era bastante caro também na época. Tinha pouco caminhoneiro. Quase não tinha caminhoneiro. Era mais o carro pequeno, então o frete era

mais caro. Levava menos quantidade. E depois o tempo foi melhorando, aí o pessoal começou pegar o pequi aqui na casa da gente. A gente já fazia os contratos com os caminhoneiros. E depois, como a gente sempre toda vidinha tem mais costume de mexer, então a gente sempre compra o pequi da mão do pessoal. E aí a gente mesmo já fazia as cargas dos caminhoneiros aqui, e foi uma coisa que era boa, por que quando era no final da safra a gente supria a casa da gente de despesa. E chegou um momento que a gente comprava até gado. Teve uma época comprei uma parrelha de garrote. Ouro ano eu comprei uns arreios, por que tinha necessidade demais de comprar uns arreios. Então uma coisa que melhorou muito o lugar da gente aqui foi o pequi. Então por isso a gente mexe até hoje. Igual, no caso aqui da comunidade, é sempre a gente é que mexe, é que cuida, é que compra do pessoal. (Sr. Jovino)

Todo mundo gosta de um dinheirinho, moço! Esse trem é bom demais. É um dinheirinho livre. Você não tem trabalho nenhum pra você pegar. Você não paga imposto, não plantou ele, não fez nada. É fruto natural. Se você panhar, você não está tendo despesa nenhuma com ele. Só de carregar. É só você pegar no pé, amontoar, o carro chegar e panhar. Você já está ganhando dinheiro. Agora, uma coisa, se ele tivesse doze meses no ano que era bom. Serve para um pai de família comprar um quilo de carne para dar pro filho comer. Consegue comprar uma roupa, consegue comprar um sapato, consegue comprar uma coisinha que ele tem vontade. Que a maior parte das pessoas junta para comprar uma televisão, comprar um rádio, comprar um som, comprar uma geladeira. Tem até gente que consegue comprar uma geladeira com o pequi. Eu mesmo no ano passado consegui comprar uma antena parabólica e uma televisão. (Sr. Anísio)

Antes de usar o dinheiro, conseguido durante a safra do pequi, para adquirir alguns bens de consumo duráveis, os informantes dizem que a maior parte dos catadores de pequi utiliza a renda para comprar os gêneros alimentícios que não são produzidos pelas próprias famílias. Segundo eles, em geral, a renda do pequi é suficiente para sustentar a família do início da safra (dezembro) até meados do ano seguinte (julho), que é a época em que começam a fazer a farinha e colher outras plantações temporárias.

No entanto, os vários usos do pequi são tão arraigados e disseminados na vida e cultura da população, que a atividade adquire um caráter extremamente espontâneo. Mesmo com uma importância econômica de destaque na vida das pessoas de Japonvar, nenhum órgão (Prefeitura, Emater, etc.) tem dados completos sobre a quantidade catada e comercializada anualmente, e o impacto econômico do pequi no município. Algumas lideranças estimam que o pequi seja a segunda maior

fonte de renda no município, mas não se existem dados disponíveis que comprovem tal afirmação.

O sistema de exploração comunitário dos frutos do cerrado no município de Japonvar representa não somente oportunidade de trabalho e rendimento econômico, mas também uma trama construída socialmente que envolve preocupação ambiental, costumes e práticas culturais.

#### **4.1 A coleta dos frutos**

O pequi é um fruto abundante, que produz uma vez por ano, cuja safra compreende os meses de dezembro a fevereiro. Eventualmente algumas árvores produzem pequenas quantidades de frutos, chamado de 'pequi temporão', razão pela qual o preço do produto se torna extremamente elevado quando isso ocorre.

O pequi que circula nas três localidades pesquisadas é proveniente de coletas que os catadores realizam tanto em suas terras, no casa daqueles que a possuem, quanto em terras alheias, podendo ser ou não de vizinhos. Baseados na lógica costumeira, os moradores de Japonvar estabeleceram acesso coletivo aos frutos nativos do cerrado, mesmo em se tratando de propriedades particulares.

A explicação mais comum, utilizada pela população para fundamentar a propriedade comunitária de tais recursos, é que sendo nativos, ninguém temo trabalho de plantar e cuidar para que produza os frutos. A compreensão que prevalece é do reconhecimento de que "foi a natureza quem deu, e por isso todos têm o direito de usufruir desta riqueza". Aqui vale ressaltar que esta explicação está fortemente associada a uma noção de 'graça', doação ou benevolência divina. Como existem práticas e tradições religiosas muito arraigadas na vida destas pessoas, e até algumas práticas religiosas que ajudam a cimentar a vida social, com muita frequência compreendem estes recursos naturais como um "presente de Deus".

E como é um fruto recebido gratuitamente da mãe natureza, as pessoas não se sentem no direito de reservar para si, exclusivamente, o direito catar tais frutos, mesmo nas suas propriedades.

Você pode catar em qualquer cerrado de qualquer pessoa. Qualquer pessoa tem direito de entrar no que é do outro e pegar. Ninguém tem ciúme. Sendo da região. Ninguém! Aqui o pequi é livre. O pequi é

uma coisa que foi Deus quem deu. É uma coisa que você não plantou, você não limpou. Você cuida mesmo porque às vezes é um lugar que você tem um pasto, você fez uma lavoura, uma roça. Então, onde tem o pequi é livre, qualquer pessoa pode vir de Japonvar. (Sr. Jovino)

De um modo geral, a qualidade da maior parte das terras situadas em áreas de cerrado não apresenta potencial produtivo para gêneros de primeira necessidade, uso imediato e nos moldes da agricultura tradicional, se não houver grande incremento de insumos agrícolas. No caso de Japonvar, constituído em sua maioria por pequenos proprietários, os produtores fazem uso das partes mais férteis, que ocupam pequena das propriedades, como as proximidades dos córregos, para plantar milho, feijão, cana-de-açúcar e mandioca. As maiores partes das propriedades são ocupadas por vegetação nativa típica de cerrado ou pastagens naturais, denominadas pelas populações locais de 'gerais', onde são encontradas as várias espécies de frutos do cerrado.

É nestas grandes áreas onde se encontra o cerrado é que as pessoas podem coletar livremente o pequi e outros frutos nativos. Mesmo tratando-se de propriedades particulares, exceto nas áreas em que o proprietário cultiva seus produtos, as pessoas podem entrar, transitar e catar os frutos para tanto para comercialização quanto para consumo próprio. Entretanto, no caso do pequi, só podem ser catados os frutos que estiverem no chão. Segundo os habitantes locais, essa regra serve tanto para garantir melhor qualidade de consumo ao produto, quanto para proteger os pequizeiros. Eles consideram uma agressão à árvore quando se retira um fruto que ainda está fixo nela. Além do mais, têm a firme convicção de que o fruto deve cair naturalmente, pois argumentam que ao tentar derrubar os frutos corre-se o risco de quebrar os galhos e reduzir o tempo de vida da árvore. Estes elementos revelam um compromisso explícito e ativo com a sustentabilidade dos recursos naturais dos quais usufruem.

Segundo os moradores, quando alguém é surpreendido violando esta regra, a pessoa que flagrou o evento tem o direito de repreender o transgressor, sendo na sua propriedade ou na de terceiro. E para regular legalmente a exploração adequada do pequi, foi sancionada uma lei municipal que orienta como deve se proceder à coleta dos frutos dessa espécie. Na verdade, o texto da lei ratificou na

esfera jurídica o que as populações já praticavam por sabedoria acumulada historicamente.

A partir da entrada em vigor desta lei, aumentaram os riscos de sanção para qualquer transgressão dessa natureza, pois as pessoas que se deparam com algum transgressor passaram a fazer denúncias na delegacia da polícia local. Estas práticas que conformam certo código de cuidado para com o ambiente é a tradução das responsabilidades que os grupos de usuários dividem sobre os recursos (OSTROM, 2000, p. 80).

A maioria dos frutos manejados neste território são pouco propícios ao cultivo humano, e a partir deste fato as populações desenvolveram uma noção muito clara de que aquilo que elas utilizam recebem gratuitamente da natureza. Por isso, construíram a lógica de partilhar comunitariamente estes recursos, de forma responsável e dadivosa, assim como os recebem da natureza. A realidade mostra que há uma simbiose entre o ritmo da vida dessas pessoas com os ciclos da natureza, resultando num sistema social que permite a sobrevivência e reprodução dessas comunidades e a continuidade dos recursos naturais.

As atividades das pessoas são desencadeadas sem agredir o meio ambiente a ponto de alterar a dinâmica do ecossistema do qual fazem parte. Elas reconhecem que a vida delas depende, em grande medida, da disponibilidade destes recursos, como afirma o Sr. Anísio: “Onde o pequi é uma fonte de renda para a pessoa, igual principalmente para mim que é uma fonte de renda, aonde que eu trabalho, eu passo a proteger o pequi, desde criança. Quando ele nasce, que eu sei que tem a mudinha dele, eu vou lá e capricho ele, e trato dele”. Neste sentido Pozo chega a seguinte conclusão:

O interesse das comunidades [...] em preservar as áreas comuns e os recursos nelas existentes explica-se porque compreendem que estas áreas forma parte do ecossistema no qual estão inseridas e consideram que qualquer alteração no equilíbrio destas afeta diretamente a sua sobrevivência e qualidade de vida (POZO, 2002, p. 213).

Em relação ao pequi, existe ainda, entre as populações locais, o costume de que quando se encontra uma árvore morte, ou prestes a morrer, por um eventual doença ou velhice, a pessoa que encontrou é recomendada a plantar outra árvore da mesma espécie, para substituir a anterior.

## 4.2 A lógica costumeira que rege o acesso comunitário ao pequi

A partir das entrevistas e observações, realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que a única norma que regula o acesso comum ao pequi em Japonvar é não derrubar os frutos das árvores. Nota-se que é uma norma construída socialmente por muitas gerações anteriores, e é aceita e conhecida por todas as pessoas que catam o pequi. Estes, quando atingem o ponto de maturação completo, devem cair naturalmente. Para os catadores de pequi a norma é clara e muito simples: todos os comunitários podem catar o pequi, desde que esteja no chão.

Essa lei, acho que toda a vida, desde que eu me entendo por gente, que eu me lembro eu trabalhava com o pequi, sempre nós não aceitamos tirar mesmo. Sempre o pessoal, o dono do terreno, ele não vai aceitar você tirar o pequi. Tem que deixar aquele pequi amadurecer naturalmente, porque você aproveita, e as outras coisas também aproveitam. Pequi maduro não tem problema (Sr. Jovino).

Segundo as informações dos catadores de pequi, o nível de cumprimento desta regra, pelos usuários locais, é satisfatório. Em caso de algum morador local ser surpreendido transgredindo a regra, os comunitários preferem acionar polícia para não criar indisposição com as pessoas conhecidas. No entanto, de acordo com as informações, às vezes, ocorre de atravessadores de outras localidades serem vistos derrubando o pequi da árvore. No caso destas situações, antes de denunciá-los para a polícia, como são estranhos, faz-se alguma advertência verbal à pessoa. Neste sentido, os depoimentos indicam que para ser um comportamento comum recorrer à polícia para ajudar a garantir o cumprimento da norma. Estas observações podem ser verificadas no comportamento descrito abaixo:

Você não pode proibir ninguém. Já que deu no que é seu terreno, e já começa a quebrar galho, ou tirar o pequi, aí você pode ir na justiça, que a justiça dá uma providência. Então você não precisa por a mão sobre o pequi, pra ninguém ficar com raiva da gente. Então você já pode colocar na justiça, que a justiça. Toda reunião que a gente vai, que a gente participa sobre o pequi, eles falam que a gente tem o direito de recorrer a justiça para essa finalidade (Sr. Jovino).

O próprio caminhoneiro de fora, vem e manda tirar o pequi. Se mandar tirar, eu não tiro. E não aceito tirar. E se eu ver alguém tirando, eu entrego pra justiça. [...] Eu não aceito ninguém tirar. Se não, onde que eu ver, eu chego e denuncio na polícia. Denuncio por que o pequi tem que ser respeitado. Por que o pequi mesmo que

“você tira ele, ele dá outro. Onde você quebra galho, ela não vai produzir bom. Tem que tirar maduro! Pequi durante toda a colheita tem que cair maduro. Se não, você pega e perde. Você passa e vê eles tirando com vara, e você vai e denuncia. Chega neles e fala bem assim: “oh, gente, se vocês não parar com esse tipo de serviço aí, agora, eu vou mandar autuar vocês em flagrante. Aí eles ficam com medo e sai fora. Agora, se continuar, a gente vai na polícia e fala (Sr. Anísio).”

Por outro lado, além do compromisso dessa regra ser a condição que permite o acesso ao pequi, ela também é tida como uma prática que garante o cuidado com os pequizeiros. De acordo com esta análise, pode-se afirmar que se trata de uma única prática, que resulta em duas conseqüências benéficas, dando proteção aos frutos e às árvores.

Para manter a árvore, não pode tirar o pequi. Se for tirar pequi, às vezes você dá uma sacudida, às vezes está carregado, você puxa um galho, o galho quebra, aí já é prejuízo. Por que aquele ali você já perdeu de produzir no ano que vem. E também quando você vai tirar, muitas a pessoa usa a vara, derruba folha, quebra um galho, já é prejuízo. E para conservação da árvore, é quanto mais é pasto, lugar de pastagem, mais o pequi produz bem. Quanto mais o terreno é limpo, é cultivado, mais o pequi produz bastante (Sr. Anísio).

Mesmo o pequi tendo sido estabelecido como um recurso de uso coletivo, onde os frutos são propriedade de “todos”, existem também práticas que revelam o respeito e o limite até onde se pode catar o pequi. Como, por exemplo, a que sugere que a cerca de “cinquenta metro da porta da casa da pessoa, que é onde ela mora, não pode pegar nada. Você não pega, você respeita”.

Entretanto, mesmo com toda a disposição que os catadores de pequi manifestam para fazer cumprir a regra existente, eles reconhecem que somente a população não é suficiente para regular a exploração adequada do fruto, e desejariam que o poder público fosse mais atuante e competente nesse sentido.

### **4.3 A Lei Municipal nº 96 de janeiro de 2004**

Esta lei que existe no município desde o ano de 2004 foi uma iniciativa para regulamentar legalmente a coleta do pequi no território de Japonvar. Para que se chegasse a tal proposta houve empenho de vários setores e lideranças da sociedade japovarense, tais como as associações comunitárias, a Cooperjap e a

Câmara Municipal. Este esforço deveu-se, principalmente, ao envolvimento da maioria das pessoas destes segmentos com as atividades relacionadas à exploração do pequi.

A intenção e o teor do texto da lei, dividido em cinco artigos, são muito interessantes e objetivos, do ponto de vista daquilo que se pretende alcançar. No entanto, deixa lacunas no que diz respeito a efetivação daquilo que ele prevê, ou seja, não explicita com clareza os instrumentos que poderão ser utilizados para alcançar êxito no seu cumprimento. Seu propósito é coibir “a colheita/retirada antecipada de frutos do pequizeiro que ainda não tenha atingido seu ponto de maturação completo, definido pela deiscência do fruto no chão, ou seja, a queda do mesmo, sem utilização de varas, escadas e outros meios que forcem a sua derrubada” (Câmara Municipal de Japonvar, Lei nº 96 de 2004). Na verdade, esta regra já era uma prática de muitas gerações da população local, sendo que os atuais habitantes afirmam que para eles “sempre foi assim”.

No artigo segundo declara-se o pequizeiro como de “preservação permanente e de interesse comum”, e ainda proíbe o corte da árvore na jurisdição municipal. É importante destacar o registro contido na lei de que se trata de uma espécie frutífera nativa que deve ser preservada por causa do interesse coletivo.

No artigo terceiro o texto define a quem se deve recorrer em caso de transgressão desta lei: “A retirada/colheita de frutos verdes e/ou qualquer outro tipo de manejo prejudicial ao desenvolvimento e reprodução da árvore, deverá ser devidamente comunicada à Polícia Floresta [...]”. A grande limitação para efetuar qualquer denúncia que se enquadre no teor desta lei é que não existe um destacamento de Polícia Florestal no município. Para apresentar alguma situação de descumprimento da lei, as pessoas teriam que se deslocar para algum município vizinho, o que representa um potencial fato desmotivador, considerando as dificuldades de locomoção e a inexistência de transporte coletivo no interior do município, para a maioria de uma população que tem como principal meio de transporte o cavalo ou então anda a pé.

Diante dessa situação, quando as pessoas têm alguma denúncia relacionada ao manejo indevido do pequi, frequentemente buscam auxílio no Posto da Polícia Militar local. No entanto, como este serviço não é de responsabilidade e competência dessa instituição, as ocorrências não são sequer registradas.

Por fim, no artigo quarto, a lei 96/2004 convoca o poder público municipal e as instituições representativas e associativas a “denunciar e prestar suporte para que haja uma fiscalização efetiva na preservação do Pequizeiro e não coleta de seus frutos”. E ainda assegura a possibilidade efetiva de o poder público municipal fazer contratação de fiscal específico para cumprimento da proteção legal ao pequi.

Um aspecto colocado na lei, e que pode ser facilmente identificado nas práticas e nas expressões dos catadores de pequi, é que a conservação do pequizeiro está fortemente associada aos métodos de coleta do fruto. Existe uma relação de dependência entre as formas de como se faz a colheita dos frutos e a preservação, ou não, das árvores.

No entanto, as informações que foram coletadas nas comunidades pesquisadas, indicam que a maioria da população não tem conhecimento desta lei, ou quando sabe da sua existência, ignora o conteúdo. Isso permite inferir que o cumprimento das regras para efetuar um manejo equilibrado do pequi, onde estão integrados os sistemas de coleta e conservação, é feito segundo a lógica costumeira. É a tradição e os conhecimentos adquiridos na prática de várias gerações, e a intensa convivência com tais recursos naturais, que são os referenciais apropriados pela população para o uso e cuidado das espécies nativas.

#### **4.4 Atores e atividades que dinamizam o circuito do pequi em Japonvar**

Atualmente, a exploração do pequi no município de Japonvar, se constitui numa extensa cadeia de trabalhos e de pessoas envolvidas, especialmente em função da diversificação dos produtos derivados deste fruto e do surgimento de instituições que fazem o beneficiamento. Para chegar ao consumidor final, este fruto nativo passa por vários percursos, que podem ser diferentes em cada comunidade.

Pode-se dizer que o circuito do pequi inicia com a coleta, que, normalmente, envolve vários membros da família, podendo ser ou não no meso espaço e período. Em seguida, depois de catada, os frutos são levados para algum local da comunidade. Em geral, em cada comunidade existe uma pessoa ou instituição que é uma espécie de receptor de todo o pequi catado naquele território, e que se repete anualmente, por que adquire experiência e se constitui em

referência para os catadores de pequi. Quando os catadores não têm meios próprios para transportar o pequi até a localidade onde se encontra os frutos daquela comunidade, o próprio comprador local se encarrega de recolher nas casas das pessoas ou beira da estrada. Neste caso, ele passa duas vezes ao dia, no final da manhã e no final da tarde, para recolher os frutos que foram coletados. “Eu cato o pequi. Eu cato de manhã, até oito horas. Compro e vendo. Tendo a folga, cato também no correr do dia. Sempre eu tô comprando, vendendo e re-catando”. Nas comunidades pesquisadas, existem os dois tipos de esquemas em funcionamento.

Na Comunidade São Bernardo, todo o pequi é comprado por um líder local, que atualmente é o presidente da associação comunitária, e trabalha com essa intermediação do pequi há muito tempo. Durante a colheita do pequi, ele se dedica exclusivamente a esta atividade. Os frutos recolhidos diariamente dos catadores, são vendidos, a cada dois dias, para outro atravessador. Este, normalmente tem um veículo próprio com o qual faz o transporte. Ele, por sua vez, ou leva direto para Montes Claros, ou então vende, em Japonvar, para compradores de outras cidades e/ou estados que busca um carregamento maior.

Em outras comunidades, como o caso de São Bernardo I, o pequi é comercializado para as instituições locais que beneficiam o produto e fazem diversos derivados. Nesta comunidade, todo o pequi é comprado pela cooperativa (Cooperjap) e levado para a sede da associação comunitária. Aí monta-se, anualmente, durante a safra do pequi, uma unidade de despolpa, de onde a polpa do fruto sai pronta para ser envasada na fábrica da cooperativa. Neste caso, além do trabalho dos catadores, cria-se vários postos de trabalho durante todo o período de coleta do pequi, com o apoio da cooperativa e da associação de moradores.

Esta experiência de montar unidades de despolpamento nas comunidades, que vem sendo feita pelo cooperativa a uns quatro anos, é para descentralizar e aumentar a produção. Além do mais, o limitado espaço físico da fábrica não tem capacidade para um volume de matéria-prima grande e um fluxo de pessoas que atenda a disponibilidade de frutos e a demanda de produção. Com isso, tem gerado trabalho e ocupação para um significativo número de trabalhadores e trabalhadoras, conforme informações da safra 2006/2007.

**Quadro 10 – Dados da safra de pequi operacionalizada pela Cooperjap - 2006/2007**

EMPREGOS GERADOS		DIAS TRABALHADOS	UNIDADES DE DESPOLPA
Diretos	Indiretos		
205	810	40	8

Fonte: Cooperjap, 2007.

Para o funcionamento de uma unidade de despolpa, a cooperativa fornece todos os equipamentos necessários. Os trabalhos não apresentem nenhum grau de dificuldade ou especialização, sendo necessária atenção constante com higiene e limpeza, por se tratar de manuseio de produtos alimentícios. Os instrumentos e materiais utilizados são: facas, máscaras, toucas, balança, panelas, água, sal e recipientes grandes para armazenar a polpa misturada à salmoura<sup>6</sup>. Além dos catadores e entregadores de pequi, para realizar todo o trabalho de beneficiamento nas unidades de despulpamento, são necessárias pessoas para desempenhar as seguintes funções:

- Roletador: pessoa que tira a casca externa que envolve o caroço do pequi;
- Despoldadeira: é aquela pessoa que retira a polpa propriamente dita (a que será consumida) do caroço do fruto. Geralmente é uma atividade realizada por mulheres, pois considera-se que em função da experiência nos trabalhos domésticos tem maior facilidade de executá-lo;
- Cozinheira: tem a tarefa de fazer o pré-cozimento da polpa, preparando-se para ser misturada na salmoura; este processo é para garantir maior durabilidade do produto final;
- Gerente: responsável por organizar as pessoas e coordenar todo o processo de produção; acompanha e controla os fluxos da matéria-prima em cada etapa de trabalho;

O processo de roletar e de gerenciar os trabalhos gerais da unidade de despolpa são funções assumidas por homens, pelo fato de necessitar do uso da força física. Já o trabalho de despolar e cozinhar são as mulheres que assumem.

<sup>6</sup> Mistura de água e sal, em proporções adequadas, que serve como conservante para a polpa do pequi.

E hoje a gente despolpa. Isso aí é uma coisa que ajudou muito. Por que você compra o pequi de uma pessoa, e você paga a pessoa para cortar, e paga outra para despolpar. Então quer dizer que é uma melhoria, né. É uma coisa que ajuda a comunidade, ajuda todo mundo. Na época todo mundo tem um dinheirinho do pequi. Por que a região é fraca, mas na época do pequi corre bastante dinheiro. Todo mundo tem um dinheirinho. Tem um pouco, mas cada um pega um pouco. Envolve muita gente. (Sr. Jovino)

O quadro abaixo mostra a remuneração paga aos trabalhadores envolvidos das unidades de despolpa, conforme as funções descritas anteriormente.

**Quadro 11 – Valores pagos aos trabalhadores dos processos de beneficiamento do pequi durante a safra 2007/2008**

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO (R\$)	UNIDADE
Despolpadeira	1,50	Kg
Cozinheira	15,00	Dia
Roletador	15,00	Dia
Gerente	6.000,00	Mil quilos

Fonte: Cooperjap, 2008.

Depois deste trabalho feito nas unidades de despolpa das comunidades rurais, o pequi é levado para a fábrica da cooperativa para ser submetida ao último processo de preparação para o envasamento e comercialização. A partir dessa polpa são produzidos também o creme, a farofa de pequi e outros derivados.

Os principais produtos comercializados em Japonvar, e seus respectivos preços praticados na safra 2007/2008, a partir do aproveitamento do pequi catado no município, são mostrados no Quadro 12.

Desses produtos, somente o óleo passa por todo o processo de produção na própria zona rural, na casa das famílias catadoras de pequi. Ele é fabricado por meio de mecanismos artesanais, e já sai inteiramente pronto para comercializar. Algumas famílias destinam uma parte do pequi catada para vender in natura, e a outra parte utilizam para a fabricação de óleo. Já alguns catadores de pequi preferem reservar todos os frutos que catam para fazer o óleo, pois este possui maior valor agregado. Mesmo assim, não é muito grande o número de catadores que se envolvem com a fabricação do óleo para comercialização, em função do longo processo que é necessário e, portanto, exige maior quantidade de tempo e

mais trabalho. No entanto, a maioria das famílias faz pequenas quantidades para uso na alimentação e para a composição de remédios caseiros.

**Quadro 12 – Preços praticados para o pequi e seus derivados na safra 2007/2008**

PRODUTO	VALOR (R\$)	UNIDADE
Pequi (in natura)	8,00	Cx c/ 20 Kg
Polpa	25,00	Kg
Óleo	13,00	l
Creme	20,00	Kg
Farofa	20,00	Kg
Castanha	26,00	Kg
Licor	15,00	l
Pequi em caroço (conserva)	10,00	Kg
Bombom de pequi	0,50	Un

Fonte: Cooperjap, 2008.

Contudo, ante da expressiva circulação comercial que o pequi tem adquirido em Japonvar, existem muitos usos do fruto desenvolvidos no âmbito doméstico.

A gente mexe mais mesmo com o pequi, porque [...] é uma coisa que todo mundo gosta, é uma coisa que todo mundo não tem receio. É uma coisa que todo mundo pode comer. E a minha esposa também quando seca a castanha do pequi, então ela parte aquele caroço, e tem vez que ela tira óleo. Mas quando ela não está podendo tirar óleo, ela vende também. Então o povo compra para comer. É muito gostoso. Faz paçoca também. É uma coisa muito boa. O pequi tem muito proveito. Tem outros que já faz tempero do pequi, faz farinha do pequi. Aqui mesmo nós aproveita o que e o óleo (Sr. Jovino).

Entretanto, nas unidades de despolpa, existem ainda dois outros processos que incrementam o aproveitamento do pequi, a serem feitos posteriormente a todos os trabalhos de despolpa. Depois de alguns dias para secagem, algumas pessoas voltam para retirar a castanha do pequi, que fica no interior do caroço de onde foi tirada a polpa principal. É uma pequena castanha de sabor agradável que fica envolvida por um endocarpo espinhoso. Durante o trabalho de despolpa os caroços são reservados num ambiente apropriado, para depois serem utilizados. Retira-se a castanha, que é levada para a fábrica da cooperativa, e

lá é torrada e acrescida de um pouco de sal para realçar o sabor e embalada para ser comercializada.

Abaixo seguem os dados do relatório das atividades realizadas na unidade de despolpa do pequi na Comunidade São Bernardo I, durante a safra 2007/2008.

- 685 caixas de pequi: R\$ 4.795,00
- Serviços gerais: R\$ 1.504,00
- Despoldadeiras: R\$ 2.151,00
- Total de polpa: 1.434 kg
- Movimentação financeira total: R\$ 8.450,00
- Total de pessoas envolvidas: 20

A última etapa de exploração do pequi é a produção do adubo orgânico a partir da casca (externa) que envolve o caroço do fruto. A casca é misturada a pequenas quantidades de substâncias que ajudam na decomposição e na harmonização dos elementos necessários para ser usada como adubo, ficando depositada em local adequado, até estar pronta para ser usada na adubação das plantações diversas. Quando o adubo fica pronto, os catadores de pequi dividem entre si a quantidade produzida. É importante destacar que este trabalho da cooperativa é desenvolvido com apoio e parceria das associações comunitárias de moradores.

Esta casca exterior do pequi também é muito rica em vitaminas, que pode ser transformada numa espécie de farinha. Isso levou a cooperativa dos catadores de pequi a buscar algumas instituições de pesquisa para desenvolver estudos sobre a possibilidade de usar essa farinha, tanto para alimentação humana, quanto no enriquecimento da ração animal. Entretanto, ainda não existem resultados concluídos sobre as possibilidades de tais usos da casca do pequi. Mas há indícios de que pode ser mais um item potencialmente explorável para outras finalidades.

Outra forma de comercialização do pequi é a venda do produto *in natura*, na margem da BR 135. Este comércio é feito majoritariamente por catadores de pequi e pequenos atravessadores que residem na cidade. Este grupo de pessoas cata ou compra o pequi nas localidades próximas à cidade, depois vão para a

margem da rodovia realizar as vendas. É comum encontrar crianças e adolescentes neste trabalho. Alguns vendem quantidades avulsas para os viajantes que trafegam pelo BR 135, e outros juntam maior volume e combinam um carregamento completo para caminhoneiros que vêm de outras cidades comprar o pequi<sup>7</sup>. Até uma década atrás, quando ainda não existia a Cooperjap, e a empresa Frutos do Cerrado, a maior parte do pequi catado em Japonvar era comercializado dessa forma.

Neste sentido, a atividade das duas instituições tem gerado benefícios significativos para a população e a economia local, na medida em que o beneficiamento e diversificação dos produtos derivados do pequi agregam valor ao fruto, gera trabalho, aproveitamento do fruto, pesquisa e tecnologia.

#### **4.5 Outros usos e potencialidades de pequi**

Entre o aproveitamento do pequi para o uso alimentar e a comercialização, é possível identificar diversos outros usos que a população faz deste fruto. Pode-se dizer que são práticas que envolvem aspectos de natureza ambiental, social e cultural. Uma prática comum que se pode observar, é que ao fazer as pastagens, as pessoas deixam os pequizeiros. Segundo os moradores, preservar os pequizeiros na formação de pastagens serve tanto para fornecer sombra para o gado, quanto para abrigar pássaros que atuam no controle de insetos, além do aproveitamento do fruto. Por outro lado, várias espécies de animais, insetos e roedores utilizam o pequi como alimentação. Desse modo, a relação que a população estabelece com este recurso natural específico inclui e integra a diversidade das riquezas ambientais locais. Este comportamento aproxima-se daquilo que Leff (2006) chama de uso integrado dos recursos naturais.

Pequi também tem uma coisa: aquele que racha, que caiu no chão, aquele é o alimento da formiga, é o alimento do passarinho, é o alimento da lagarta. Todos nós, tudo quanto é sobrevivente tem que viver, tem que ter alimento. Então todos eles alimentam daquilo. Então você deixa aquele lá, que é onde nasce a castanha. Deixa lá para os bichinhos alimentar. Então tem a lagartixa, tem a formiga que alimenta do pequi, tem o passarinho que vem e alimenta do pequi. Então você sempre deixa aquele lá. E a folha também uma fonte de

---

<sup>7</sup> Segundo informações dos catadores e vendedores de pequi, as principais cidades de onde vêm compradores são: Montes Claros, Goiânia, Uberlândia e Belo Horizonte.

adubo muito boa. Onde tem pequizeiro pode plantar qualquer coisa que dá. Não atrapalha em nada. Você pode plantar roça debaixo do pé de pequi que dá (Sr. Anísio).

As árvores mais velhas dos pequizeiros costumem se transformar em referências geográficas para a população. São utilizados também para marcar as divisas de terras entre proprietários diferentes, e para estabelecer os limites dos tipos de plantações numa mesma propriedade. Também nas estradas, encruzilhadas e pequenas trilhas que existem no meio da vegetação nativa, os pequizeiro se tornam orientação para a locomoção das pessoas.

Os trabalhadores rurais dizem utilizar a floração dos pequizeiros como referência para fazer alguma suposição sobre a distribuição das chuvas, durante a estação chuvosa, e assim planejar as plantações e cultivos. Segundo eles, o regime de chuvas acompanha a distribuição das flores e da safra do pequi.

De acordo você vê o pequi, assim é a chuva. De acordo como o pequi vai aumentando, vem a chuva. Se ele cair todo de uma vez, a chuva pára rápido. Se ele continuar dando pequi, caindo pequi aqui e acolá, a chuva continua. Até março, abril a chuva continua. Você tem uma esperança. Quando o pequi dá salteado você tem esperança. Quando você que ele deu muito, e caiu de uma vez, aquela chuva é pouca. Chove, assim, muito encarreirado e pára. Serve de indicação para as outras plantações. É a meta que o pessoal mais velho sempre ensinou a gente a mexer com as coisas. As pessoas de idade, os pais, os avós, foi ensinando como é que funcionam as coisas. Então você vai vendo, e por isso aí vai tirando uma base de tudo, de chuva e sol. Tipo de plantação, em que terreno que pode plantar, se vai evoluir, se vai dar, se não vai dar (Sr. Anísio).

Outra funcionalidade observada no período da safra é o uso do pequi como moeda de troca na aquisição de gêneros alimentícios e/ou ainda no pagamento de pequenas dívidas entre vizinhos.

O fruto, principalmente o óleo da castanha, é ainda usado pela medicina popular, no tratamento de diversas doenças. Segundo Macedo (2005) é popularmente utilizado em forma de emulsão, no tratamento de doença do aparelho respiratório e de definhamento do organismo, tônico restaurador de energias e bronquite.

Diante dos aspectos apresentados, podemos notar a relevância social e ambiental deste fruto nativo no contexto estudado.

## **5 A participação da Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Trabalhadores Rurais de Japonvar no arranjo de uso coletivo do pequi**

A Cooperjap tem sido um importante instrumento de para a dinamização das atividades de uso e aproveitamento do pequi. A partir das análises deste estudo podemos inferir que este empreendimento foi idealizado, projetado e construído pelos catadores de pequi para assumir algumas funções de ajustes e coordenação no manejo comunitário do pequi. Apresentaremos um pouco da trajetória da cooperativa e alguns resultados trabalhos que ela tem desenvolvido.

A cooperativa foi criada em 1998, a partir de um processo construído os catadores de pequi e trabalhadores rurais. Posteriormente foi assumido e liderado pela máquina pública local, principalmente por causa das dificuldades financeiras e falta de pessoas com experiências em cooperativismo. “A iniciativa para criar a cooperativa nasceu dos trabalhadores. Foi uma necessidade de valorizar o pequi. Porque era um descaso. Nos anos atrás não tinha muito valor. Então a gente teve essa idéia junto com um grupo de agricultores, e aí começou” (Sr. José Antônio – Presidente da Cooperativa).

Desde o seu surgimento, houve incrementos significativos na exploração dos frutos nativos. Portanto, o surgimento, a trajetória e os propósitos desta instituição estão associados às características socioambientais e econômicas do município de Japonvar. O pequi sempre teve uma participação expressiva na vida econômica, na geração de trabalho e renda e na alimentação da população deste território.

Em seguida à criação da cooperativa, o então prefeito, que estava em seu primeiro mandato, porque Japonvar havia emancipado dois anos antes, buscando gerar alternativas de trabalho e renda, resolveu apoiar fortemente o empreendimento, para potencializar a exploração do pequi e comercializar também outros frutos nativos do cerrado. A prefeitura, personalizada na figura do prefeito, assumiu tentativas de envolver os catadores e vendedores de pequi, os pequenos proprietários rurais e pessoas em geral que trabalhavam na base da agricultura familiar, para organizar a comercialização dos frutos, implementar novas tecnologias e agregar valor aos produtos. Os propósitos giravam em torno de “aumentar a renda e a qualidade de vida dos catadores de pequi, preservar o meio ambiente, os

pequizeiros e o cerrado, agregar valor aos produtos derivados dos frutos nativos de modo que fossem gerados renda e postos de trabalho para a comunidade” (SEBRAE, 2004, p. 5).

A partir dessa aproximação entre a cooperativa e o poder público municipal, os quadros administrativos/gerenciais da cooperativa eram formados por cooperados, que na sua maioria eram funcionários da prefeitura. Os laços com a prefeitura eram mantidos pelo compromisso que esta assumiu de efetuar o pagamento do aluguel do local onde funcionava a sede da cooperativa, e o salário de uma funcionária que exercia a função de secretária. De 1998 a 2004, período que corresponde aos três primeiros mandatos da diretoria da cooperativa, a presença de funcionários da prefeitura nos cargos eletivos da instituição foi preponderante.

Ela era assim: o tesoureiro, o presidente, esse pessoal era todo mundo da prefeitura. Era todo mundo funcionário da prefeitura, e faziam parte dos cargos da cooperativa. E hoje não. A partir do último mandato, o presidente que era o Adilson, era funcionário da prefeitura, mas afastou. E hoje tem o Jaime que é o Tesoureiro, que é funcionário da prefeitura (Sr. José Antônio – Presidente da Cooperjap).

Além da preocupação com a geração de renda para a população, pensava-se na preservação da espécie e no investimento em pesquisas de técnicas de manejo do pequi.

Até o ano 2000, os trabalhos da cooperativa tiveram muitas dificuldades para serem implementados e a proposta cooperativista não avançou consistentemente. Os resultados esperados não corresponderam às projeções do entusiasmo inicial, fazendo com que a instituição perdesse a confiabilidade, conseqüentemente diminuindo o número de associado. A partir deste ano, a cooperativa acompanhada pela prefeitura, solicitou a parceria e assessoria de outras instituições, para desenvolver planos de ampliação dos seus trabalhos e projetos de desenvolvimento local, utilizando a inserção da cooperativa entre a população do município, especialmente rural. A partir de então o SEBRAE e a Emater começaram a acompanhar os trabalhos da Cooperjap. Estes órgãos passaram então a oferecer assessoria técnica sistemática à cooperativa, e também participar efetivamente dos rumos da instituição. Ou seja, o papel dos membros dessas duas instituições, que deveria se restringir a assessoria técnica, acabou sendo direcionado para um envolvimento ativo nos processos decisórios da cooperativa. Especialmente no caso

do SEBRAE, porque esta instituição fez grandes investimentos financeiros nos trabalhos da cooperativa.

É claro que durante todos estes anos de existência, a cooperativa tem beneficiado e comercializado uma quantidade crescente de frutos do cerrado. buscou parcerias com universidades para implementar pesquisas tanto na área de manejo com as plantas, quanto na tentativa de criar tecnologias para melhorar a qualidade dos produtos. A partir de 2003 começou a realizar o Seminário Regional do Pequi com o intuito principal de avaliar os resultados da atuação da cooperativa e refletir sobre a conservação e manejo do cerrado. Em 2006, no lugar do seminário, aconteceu o 1º Encontro dos Cooperados, Catadores de Pequi e Frutos do Cerrado. Em 2007 inovou nas atividades de capacitação, e organizou junto aos catadores de pequi “Oficinas para o desenvolvimento sustentável de frutíferas nativas e exóticas”. Este evento foi realizado em parceria com o Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais. Outra atividade realizada foi o “Dia de campo”, em que os catadores fizeram, in loco, um trabalho de aperfeiçoamento dos conhecimentos e técnicas de manejo do pequi, onde foram confrontados com diversas situações-problema das atividades de aproveitamento dos frutos.

Como resultados da atuação da Cooperjap pode-se mencionar a potencialização da exploração do pequi, a valorização do produto e aumento da renda dos catadores de pequi, a descoberta de novas possibilidades de comércio na cadeia de frutos do cerrado e um maior reconhecimento da responsabilidade no manejo com o cerrado. existe também um trabalho de envolvimento e organização da produção e uso dos frutos nativos junto com as Associações Comunitárias das comunidades rurais, o que aumenta a efetividade e inserção da cooperativa entre os fornecedores de frutos. Na época da catação do pequi, as associações acompanham os trabalhos e prestam serviços de logística e infra-estrutura, mediando as relações entre trabalhadores e cooperativa, no fluxo de beneficiamento e escoamento da produção.

Deste modo, pode-se afirmar que a Cooperjap criou ao redor de si uma rede de pessoas, famílias, trabalhadores e produtores que vivem dos frutos do cerrado. Esta rede de atores tem aumentado consideravelmente sua rentabilidade financeira, gerado ocupação para os trabalhadores e disseminado práticas e conhecimentos para o manejo sustentável do cerrado. Por outro lado, a cooperativa

está inserida em uma rede maior de organizações e instituições que trabalham pela conservação do cerrado e geração de alternativas de convivência com o semi-árido. Em todos os trabalhos existem duas preocupações constantes, que é buscar maior equidade social e a sustentabilidade ambiental, como evidencia o lema de um dos seminários realizados entre os catadores de pequi: “o cerrado em pé é que tem valor”.

A Cooperjap comercializa a maior parte dos seus produtos no chamado mercado institucional, por meio de contratos com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), fornecendo os produtos principalmente para escolas do município utilizarem na merenda escolar. E eventualmente vende também para outras grandes empresas alimentícias. No caso da favela, a cooperativa tem um contrato anual com um laboratório farmacêutico, já que esta planta é utilizada na fabricação de antibióticos. Além disso, participa em eventos e feiras por todo o país, principalmente destinadas a produtos que sejam originados do agroextrativismo, da agricultura familiar e da economia solidária, onde também comercializa parte daquilo que produz.

Tem buscado ampliar o seu mercado por meio de representantes comerciais em algumas grandes cidades, e já até pequenas experiências de exportação para o mercado internacional. No entanto, a exigência de manter um padrão quantitativo (e qualitativo) regular de fornecimento impossibilita investir neste último mercado.

Em 2006, foram processados na cooperativa uma quantidade de alimentos que gerou contrato com a Conab equivalente a R\$ 270.000,00 distribuídos entre diversos frutos nativos e alguns cultivados, como mostra o quadro a seguir.

**Quadro 13 – Produtos processados e comercializados pelo Cooperjap durante a safra 2005/2006**

<b>PRODUTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>UNIDADE</b>
Polpa de pequi	4.000	kg
Polpa de fruta	20.000	kg
Doces	150.000	un
Favela	36.000	kg
Óleo de pequi	1.000	ℓ

Frango	5.000	kg
Farinha	6.000	kg

Fonte: Relatório da Cooperjap de 2006.

No final de 2007 a cooperativa contava com, aproximadamente, 200 associados, e tinha na sua organização administrativa uma diretoria que era toda composta por cooperados e catadores dos frutos do cerrado. Ao entanto, a Cooperjap ainda depende fortemente dos financiamentos de agências externas (nacionais e internacionais) e/ou governamentais para fazer investimentos em infraestrutura e custear a sua produção. Devido a algumas administrações pouco comprometidas e reduzida transparência dos seus processos, a cooperativa chegou ao final do ano de 2004 com muitas dívidas, as quase exigiram redobrados esforços para serem quitadas nos dois nos seguintes.

Tecnicamente a cooperativa ainda está bastante dependente de assessoria da Emater e do SEBRAE. A primeira é uma instituição que auxilia no melhoramento de técnicas de uso e manejo das plantas e frutos. Já a segunda entidade assessora a cooperativa nas formas de gestão e ampliação de sua atuação. Ainda assim, a trajetória da Cooperjap mostra provas cabais de avanços no fomento ao desenvolvimento local, conjugando a melhora efetiva da qualidade de vida da população e a sustentabilidade do meio ambiente.

Mas a leitura que fazemos é a de que os percalços que a instituição tem enfrentado e a lentidão no aperfeiçoamento da sua atuação é devida, principalmente, à interferência, às vezes até instrumentalização política, por parte das sucessivas administrações locais e de órgãos que oferecem assessoria técnica. Isso pode ser exemplificado com dois relatos. Um primeiro fato é que em 2003 o então prefeito ganhou o prêmio de prefeito empreendedor do Estado de Minas Gerais, concedido pelo SEBRAE, por causa dos trabalhos da Cooperjap, empreendimento que genuinamente deve ser construção e gestão autônoma dos membros legalmente associados à instituição. Outro acontecimento é que em 2004 a cooperativa ficou inativa, não tendo registro de nenhuma produção. Essa situação é atribuída ao fato de que a diretoria era toda composta por funcionários da prefeitura, e como se tratava de ano de eleições municipais, todos os membros da diretoria se lançaram candidatos a vereador e abandonaram a cooperativa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste percurso investigativo podemos concordar com a seguinte afirmação de Dupas: “Observar o real é uma tarefa cada vez mais complexa, na medida em que ele é continuamente povoado de mensagens e significados que nos querem impor” (DUPAS, 2006, p. 266).

Retomamos, inicialmente, a hipótese deste estudo, que é demonstrar empiricamente que a população de Japonvar encontrou uma solução particular para colocar em funcionamento o uso comunitário do pequi, adaptada às suas especificidade, cuja configuração mescla os costumes com uma estrutura institucional, conforme considerações que se seguem.

Depois de tantas informações lapidadas e analisadas, acerca do manejo comunitário do pequi em Japonvar, podem dizer razoável grau de segurança que tal arranjo se constitui numa experiência genuína de uso e gestão coletiva de recursos naturais. São traços inequívocos de originalidade que, ao mesmo tempo em que sugerem animadoras perspectivas de investigação, também impõem certos limites de análise por não se enquadrar perfeitamente nos esquemas teóricos disponíveis. Entretanto, tais experiências, que na vida dos seus membros parece algo tão espontâneo e fluído, só revelam sua profundidade e riqueza quando se faz um mergulho nas suas práticas cotidianas. Este caráter “natural” como o acordo é vivido pelo grupo, transparece as disposições e a crença no funcionamento eficaz deste mecanismo social.

Verifica-se que o uso comunitário do pequi está assentado numa lógica costumeira, rememorando a várias gerações anteriores. Mas também existe a dimensão institucional, personalizada na cooperativa dos catadores de pequi. Neste caso, como a cooperativa foi criada no interior deste arranjo, ela representa a busca para melhorar o funcionamento e desempenho do acordo comunitário, evidenciando ainda o dinamismo e aperfeiçoamento de tal experiência. Por outro lado, confirma-se também a idéia do neo-institucionalismo, conforme salientam Ostrom (2000) e Hall; Taylor (1996), de que as instituições são resultado de decisão coletiva com a finalidade de aumentar os resultados.

Mas depois que entrou a cooperativa, foi muito bom, por que aí já não vamos perder mais o pequi. Você tá despolpando, você tá tirando óleo também. E aqui mesmo assim, a gente despolpa o pequi mais graúdo, que tem melhor qualidade. E aquele que não tem muita qualidade vai pra o trecho lá, para poder tirar o óleo (Sr. Jovino).

Recorrendo aos argumentos de Diegues (2001), pode-se perceber que a cooperativa assinala ainda a capacidade destes grupos de utilizar seu potencial criativo para recriar e renovar seus modos de vida e as sociabilidades intra-grupal, especialmente quando há um contexto hostil.

A necessidade de regras para caracterizar como tal um arranjo de acesso comunitário a determinados recursos naturais é consenso nos estudos sobre bens e recursos de uso coletivo. Em Japonvar, o que existe é uma lógica costumeira que estabelecer o manejo do pequi. Não existe uma multiplicidade de regras, mas a população descobriu que é suficiente, para preservar os pequizeiros e garantir a disponibilidades dos frutos, catar somente o pequi do chão. Aqui se visualiza a intuição de Ostrom, quando reconhece a influência que o meio físico exerce na configuração dos mecanismos que são construídos para alcançar os resultados desejados pelo grupo. E um conjunto de regras utilizado num ambiente físico pode gerar resultados diferentes se usados em outra ambiente. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à importância dos aspectos culturais de cada grupo e erije um arranjo dessa natureza, conforme defende Diegues.

De acordo com o que foi exposto, entre os comunitários, o nível de cumprimento desta norma é satisfatório. O que a população indica como extremamente difícil é o controle de usuários externos, e mais precisamente a desobediência do costume vigente por parte destes últimos. Neste sentido, novamente Ostrom argumenta que é extremamente custoso desenvolver instituições que coloquem em prática este princípio.

É importante observar e ressaltar que a dádiva é um componente que tem uma atuação efetiva na conformação do uso comunitário do pequi em Japonvar. Em virtude da compreensão que a população desenvolveu sobre este fruto nativo, especialmente sua abundância e multiplicidade de uso, estabeleceu-se também um compromisso com a circulação desta espécie frutífera. A incondicionalidade e gratuidade que possibilita a um membro catar o pequi na propriedade alheia, o faz se comprometer com a permissão de deixar que outros catem no seu espaço.e

assim se constitui o dar, receber e retribuir, colocando em circulação coisas e serviços no interior do grupo (GODBOUT, 1998).

Por outro lado, os frutos que são catados reciprocamente em propriedades alheias, e por isso são trocados gratuitamente, servem tanto para uso doméstico quanto para comercialização. A partir dessa leitura, percebe-se a convivência entre o registro da dádiva e o princípio mercantilista, conforme sugerido por Caillé (1998). Não são lógicas que se excluem intrinsecamente, mas são potencialmente capazes de se enriquecerem mutuamente e gerar comportamentos de cooperação e reciprocidade.

O mecanismo de mercado é também um componente fortemente presente neste arranjo, pois a população necessita comercializar o produto. Na verdade, para muitas famílias o pequi é a principal fonte de renda, já que chegam a suprir suas despesas por até seis meses com o dinheiro que ganham com o pequi. No entanto, não é aquela lógica capitalista e acúmulo e enriquecimento que prevalece. Entre as motivações do uso comunitário, o lucro não ocupa lugar proeminente.

Neste ponto podemos voltar novamente às considerações para a cooperativa, enquanto um mecanismo forjado para ser uma nova peça na engrenagem do acordo coletivo em questão. Uma das funções que a cooperativa assumiu foi de ser uma possibilidade institucionalizada para a comercialização do pequi. Ela representa o canal de diálogo com o mercado. E quanto a este aspecto a avaliação é muito positiva. O trabalho da cooperativa tem conseguido agregar valor ao pequi, criar um leque maior de derivados dos frutos nativos e colocar em circulação uma quantidade significativamente maior de produtos. Isso tem dado uma visibilidade muito interessante para os catadores de pequi, em proporções antes desconhecidas.

A cooperativa assumiu intensamente o papel de referência na construção de conhecimentos e práticas de manejo dos estoques de recursos naturais disponíveis, que possibilitem o melhor aproveitamento do pequi e a garantia de uma exploração sustentável.

No entanto, como é percebido pelos próprios catadores de pequi, a cooperativa não é eficaz na fiscalização e acompanhamento do cumprimento do acordo de uso comunitário. Os membros explicitam que têm mais expectativas em

relação a este aspecto, mas reconhecem que a cooperativa não incorporou esta dimensão e, portanto, não representa uma solução para o problema de fazer cumprir as regras.

Por fim, uma possibilidade colocada por Oviedo e Burzryn (2003) é que em determinados sistemas de uso comunitário dos recursos naturais pode ser viável a presença de agentes externos para auxiliar no desenvolvimento de tal experiência. No contexto da Cooperjap, a participação dos agentes externos tem sido ambígua. Existem elementos que estão contribuindo para a consolidação da cooperativa, mas há aspectos que são passíveis de reestruturação.

Diante do estudo realizado confirma-se a possibilidade de experiências exitosas em manejo de recursos naturais de uso coletivo, nas quais os indivíduos mesmos “pueden establecer un contrato vinculante para comprometerse con una estrategia de cooperación que ellos forjarán”, assim como Ostrom (2000, p. 43) argumenta enfaticamente. Não se descarta, a priori, a tragédia dos comuns profetizada por Hardin, mas o caso de Japonvar mostra que tendo ainda disponibilidade de recursos, sob um regime que já está em funcionamento durante várias gerações, é porque existem aí mecanismos eficientes que regulam os níveis de uso e renovação.

Existem diversas modalidades de sistemas de recursos naturais regulados por acordos comunitários de acesso e preservação. Em Japonvar são os recursos nativos disponíveis no cerrado, distribuídos nas propriedades particulares, que podem ser usados coletivamente. Não sendo as terras de propriedade comum, os donos dispõem de ampla autonomia para fazer com ela o que desejarem. Trata-se de um controle comunitário parcial sobre o território que as populações rurais ocupam. No entanto, concluímos que o regime de acesso comunitário aos recursos da vegetação nativa exerce forte influência na qualidade da preservação ambiental mantida no território do município e na elevação da qualidade de vida. As práticas de cooperação e apoio mútuo têm gerado obrigações recíprocas e estruturam compromissos societários.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, Christina W. Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: Uma Abordagem Habermasiana. **DADOS – revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 2, 2005, PP. 271-299.

APGUA, Renata. O Linux e a perspectiva da dádiva. **Horizonte Antropológico**. Porto Alegre, v. 10, nº 21, 2004, PP. 221-240.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Programa Cerrado Sustentável**. Brasília (DF), 2004.

BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; PESSUTO, Janete; DELL'AQUA, Magda Cristina Queiroz. Modelo operacional de estudo de caso como estratégia de ensino na disciplina de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação dos alunos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, 1996.

BURSZTYN, Marcel. Políticas Públicas para o desenvolvimento (sustentável). In: BURSZTYN, Marcel (org). **A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, pp. 59-76.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998, pp. 5-38.

CAPEL, Horacio. El drama de los bienes comunes. La necesidad de un programa de investigación. **Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. v. VIII, n. 458, ago/2003.

CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Governo Federal. Recife, 1994, 262p.

CORDELL, Jhon. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Napaub-USP, 2001, pp-139-162.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77-98.

DIAS, Cláudia. **Estudo de Caso: idéias importantes e referência**. 2000. Disponível em [www.reocities.com/claudiaad/case\\_study.pdf](http://www.reocities.com/claudiaad/case_study.pdf). Acesso em 03 de dezembro de 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais: in: DIEGUES, Antonio Carlos,

MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. pp. 97-124.

DIEGUES, Antonio Carlos. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo: NAPAUB-USP, 2005, 104p.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. Conceitos básicos para a análise de conflito em torno de recursos naturais. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, pp.123-147.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, n. 62. São Paulo: ANPOCS, out./2006, pp. 05-25.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006, 309p.

EMATER. **Relato de realização exitosa: exploração sustentada do pequi**. Japonvar, 2004.

FEENY, David et. al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio Carlos, MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. pp. 17-42.

FUNDAÇÃO JÃO PINHEIRO. PIB de Minas Gerais: Municípios e Regiões – 2002 a 2005. Belo Horizonte: **INFORMATIVOCEI**, dez. 2007. Disponível em: <http://www.fjp.gov.mg.br>. acesso em 04 de janeiro de 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 13, n. 38, 1998.

GODBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, Antonio Carlos, MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. pp. 43-78.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais. Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000, pp. 19-47.

GORDON, H. Scott. The economic theory of a common property resource: The fishery. **The Journal of Political Economy**, LXII, fev-dic, 1954, pp. 124-142.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Petter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**. São Paulo, 2003, n. 58, pp. 193-223.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, n. 162, 1968, pp. 1.243-1.248.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Florianópolis: Argos, 2005.

IPEA; IBGE; UNICAMP. Caracterização da Rede Urbana do Brasil. In: **A configuração atual e tendências da rede urbana**. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2002, Cap. III, pp. 53-110.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 12ª Ed. Porto Alegre: Vozes, 1988.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique. **A complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 15-64.

LIMA, Ricardo Barbosa; RUA, Maria das Graças. Cotidiano, Racionalidade e Sereias: o “dilema do prisioneiro” como metáfora da questão ambiental. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, pp. 67-88. Jan./dez. 2003.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico. 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, pp. 251-290.

LUNA, Marisa Barbosa. **Uso comum: sistemas de direitos combinados e territorialidade**. CERES-IFCH (PPGAS)/UNICAMP, 2003. Disponível em: [http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/Gr/2/Marisa\\_Barbosa\\_Araujo\\_Luna.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/Gr/2/Marisa_Barbosa_Araujo_Luna.pdf). Acesso em 25 de junho de 2007.

MACEDO, João Faria. **Pequi: do plantio à mesa**. Belo Horizonte: EPAMIG, Boletim Técnico, 2005, 44p.

MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em Florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos,

MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB-USP, 2001. pp. 79-96.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado**. Brasília: MMA – Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado, 2004.

MONTEIRO, J. Cauby S.; MONTEIRO, M. C. Mira Cavaleiro; LIMA, Tatiana Lobato. O neo-insitucionalismo e o viés antipartidário nos estudos legislativos. **Revista Adcontar**. Belém, v. 2, n. 1, pp. 7-10, maio de 2001.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, n. 10, jan/jun 2002, pp. 05-25.

OVIEDO, Antonio; BURSZTYN, Marcel. A quem confiamos os recursos comuns – Estado, comunidade ou mercado? – lições aprendidas com o manejo da pesca na Amazônia. **Sociedade e Estado**. v. 18, n. 1/2, jan/dez 2003, pp. 177-198.

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As Origens sociais da nossa época**. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POZO, Osmar Vicente Chévez. **O pequi (caryocar brasiliense): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no Norte de Minas Gerais**. 1997. 86p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Lavras, Lavras – MG.

POZO, Osmar Vicente Chevez. **Regimes de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas Gerais**. 2002. 248p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Luciene; NASCIMENTO, Joselyce R.; CHAGAS, Ivo das. **A nova fronteira da agroexportação e a questão agrária no Norte de Minas**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária; II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira: Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SACHS, Ingacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCOTT, A. The fishery: the objectives of role ownership. **The Journal of Political Economy**, n. 63, pp. 116-124, 1955.

SEBRAE. **Diagnóstico Municipal: Japonvar**. Sebrae-MG / Regional Montes Claros, 2000, 41p.

SEBRAE. **Pequi: o ouro do cerrado mineiro. Histórias de sucesso – Experiências empreendedoras**. Renata Barbosa de Araújo Duarte (Org.). Brasília: Sebrae, 2004.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THÉ, Ana Paula G. **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do alto-médio São Francisco, MG**. 2003. 197p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável. O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIADÉL, Antonio Colomer. **Autogestión, democracia y cooperación para o el desarrollo**. Madrid Acción Cultural Cristiana, n. 400, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

#### DEPOIMENTOS ORAIS:

AQUINO, Jovino Soares. Entrevista concedida a Aldemir Inácio de Azevedo (pesquisador). Fita Magnética n. 01, lado A. Japonvar, 19 de dezembro de 2006. O entrevistado é catador de pequi.

CARLOS, Antonio. Entrevista concedida a Aldemir Inácio de Azevedo (pesquisador). Fita Magnética n. 05, lado A e B. Montes Claros, 19 de setembro de 2007. O entrevistado é Técnico do SEBRAE (Regional Montes Claros) e presta assessoria para a Cooperjap.

LIMA, Fernando. Entrevista concedida a Aldemir Inácio de Azevedo (pesquisador). Fita Magnética n. 04, lado A. Japonvar, 10 de maio de 2007. O entrevistado é catador de pequi e sócio-proprietário da Empresa Frutos do Cerrado.

SANTOS, José Antonio dos. Entrevista concedida a Aldemir Inácio de Azevedo (pesquisador). Fita Magnética n. 03, lado A e B. Japonvar, 19 de dezembro de 2006. O entrevistado é catador de pequi e Presidente da Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Produtores Rurais de Janpovar (Cooperjap).

SILVA, Anísio Ribeiro da. Entrevista concedida a Aldemir Inácio de Azevedo (pesquisador). Fita Magnética n. 02, lado A. Japonvar, 19 de dezembro de 2006. O entrevistado é catador de pequi.

## SITIOS CONSULTADOS

<http://www.amams.org.br>

<http://www.fjp.mg.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

## FONTES

Prefeitura Municipal de Japonvar

Camara Municipal de Japonvar

Cooperativa dos Catadores de Pequi e Pequenos Produtores Rurais de Japonvar (Cooperjap)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japonvar

Polícia Militar de Japonvar

Secretaria Municipal de Obras do Município de Japonvar

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Japonvar

Associação de Moradores da Comunidade São Bernardo

Associação de Moradores da Comunidade São Bernardo I

# **ANEXOS**

## ANEXO I

TEXTO DA LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A COLETA E PRESERVAÇÃO  
DO PEQUIPREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR  
MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL Nº 96 DE JANEIRO DE 2004

DISPÕES SOBRE PROIBIÇÃO DE COLHEITA ANTECIPADA  
FRUTOS VERDES DO PEQUIZEIRO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Japonvar/MG, DECRETA, e, eu Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibida, na área de jurisdição do Município de Japonvar, a colheita/retirada antecipada de frutos do pequi que ainda não tenha atingido seu ponto de maturação completo, definida deiscência do fruto no chão, ou queda do mesmo, sem utilização de varas, escadas e outros meios que forcem a sua derrubada.

Art. 2º - Fica declarado como de preservação permanente e de interesse comum e imune de corte no Município de Japonvar o Pequi ( *Caryocar Brasiliense* ).

Art. 3º - A retirada/colheita de frutos verdes e/ou qualquer outro tipo de manejo prejudicial ao desenvolvimento e reprodução da árvore, deverá ser devidamente comunicada a Política Florestal a quem por competência cabe a fiscalização, apreensão, multa e prisão dos infratores.

Art. 4º - Ao Poder Público Municipal, conjuntamente com as Associações Comunitárias e de Produtores rurais, cabe denunciar e prestar suporte para que haja uma fiscalização efetiva na preservação do Pequizeiro e na coleta de seus frutos.

Parágrafo Único – O Poder Público Municipal pode contratar fiscal para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, em 12 de novembro de 2.003.

---

ERALDINO SOARES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

FOTOS DAS ATIVIDADES EM TODA A CADEIA DE PRODUÇÃO DO PEQUI



Diretoria e associados da Cooperjap em frente à sede da instituição



Derivados do pequi processados pela cooperativa



Exposição dos produtos da Cooperjap durante feira de economia solidária

Fotos: Cooperjap



Processamento do pequi feito por funcionários da cooperativa



Transporte do pequi feito por catadores depois de juntar grande quantidade de frutos no campo



Reunião de sócios da cooperativa e catadores de pequi

### ANEXO III

## MATÉRIAS DE JORNAL E REVISTA SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO PEQUI, SEUS DERIVADOS E OUTROS FRUTOS DO CERRADO EM JAPONVAR

Destaque para as inovações nos trabalhos desenvolvidos pela Cooperjap (Gazeta Norte Mineira – 09/12/2005)

**Gazeta**  
Norte Mineira

Norte de Minas  
Sexta-feira, 09 de dezembro de 2005

### Projeto pretende ampliar tecnologia de produção de frutos do cerrado de Japonvar

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Amater) e a Prefeitura Municipal de Japonvar elaboraram o projeto "Frutos do Cerrado de Japonvar e Região" cuja finalidade é gerar ocupação, renda sustentabilidade, social, ambiental e cultural para os agricultores familiares associados à Cooperativa de Catadores de Pequi de Japonvar (Cooperjap).

O projeto já vinha sendo criado desde 1997, mas só no início de 2005 é que foi apurado e colocado em prática.

O foco estratégico do projeto é implantar novo modelo de gestão do negócio; resgatar a credibilidade da

cooperativa perante os seus associados, parceiros e sociedade; implantar programa de melhoria tecnológica da produção; estabelecer ações de inserção dos produtos no mercado compatíveis com as necessidades dos clientes às exigências legais e a capacidade produtiva do negócio; fortalecer a cultura da cooperação entre os envolvidos na cadeia produtiva dos frutos do cerrado, visando a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

Confiante, o técnico do Sebrae, Antônio Carlos diz que "o projeto pretende elevar o número de cooperadores capacitados nas práticas da cultura empreendedora, cooperação gestão e produção, até 2007 chegar cerca de 100

cooperadores".

Ainda acontecerão ações importantes este ano, que são: adequação da unidade de beneficiamento a outros frutos do cerrado, definição das linhas de produção e processo produtivo, elaboração de material de promoção e marketing com página na internet e treinamento de lideranças rurais e da diretoria.

O Projeto de Frutos do Cerrado de Japonvar e Região, futuramente tem expectativas de crescimento se espalhando em todo norte de Minas e principalmente nas regiões onde haja plantações de pequi.

O público alvo a ser atingido são Associações Comunitárias Rurais e Agricultores Familiares de Japonvar ligados à Cooperjap. (G.C.)

Destaque para a importância econômica do pequi no município de Japonvar

(Jornal de Notícias – 07/03/2006)

10

**Monte de Minas**

Montes Claros • 07 de março de 2006

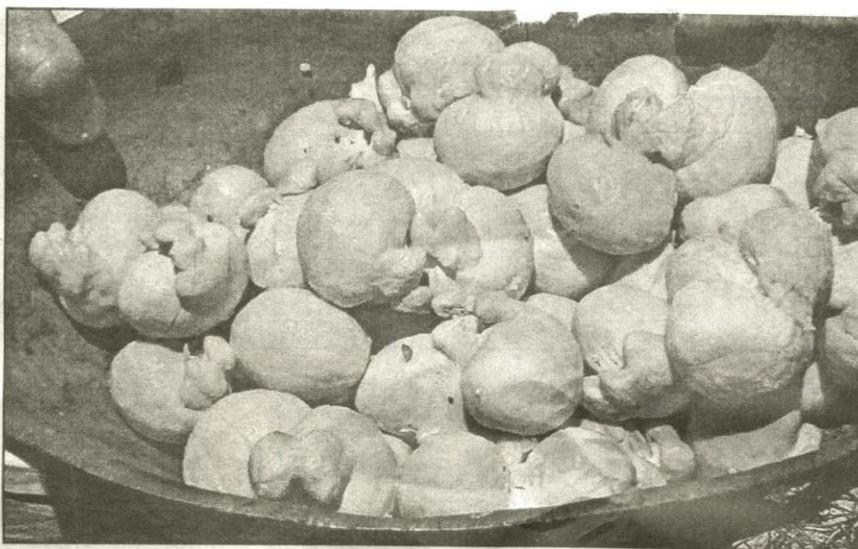
acesse nosso site: [www.jornaldenoticias.com](http://www.jornaldenoticias.com)

Jornal de Notí

# Pequi gira economia de Japonvar

O pequi, uma fruta típica do cerrado, de sabor e aroma bastante característicos, se tornou uma alternativa de renda para diversas famílias carentes. Um exemplo vem de Japonvar, maior produtor estadual de pequi. O município, formado há pouco mais de nove anos, tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado e apresenta poucas oportunidades de trabalho para os moradores. Por causa desta dificuldade, a população resolveu investir na fruta, cuja produção é abundante na região e, durante anos, foi colhida pelos moradores do município para ser vendida aos atravessadores. Em 2003, os catadores de pequi se organizaram e formaram a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Japonvar (Cooperjap). O trabalho contou com o apoio de diversas instituições, entre elas a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Emater-MG, Sebrae, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec). Após a organização dos agricultores, os esforços se voltaram para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o processamento da fruta e, conseqüentemente, para o melhoramento da renda das famílias da região.

De acordo com a coordenadora do Programa Pró-Pequi da Secretaria de Estado



GEORGE NANDE

**O PEQUI vem se constituindo numa das maiores riquezas do município de Japonvar**

de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Igenes Botelho, a publicação da Lei Estadual 10.883, de 1992, favoreceu o desenvolvimento da atividade. 'A Lei declarou o pequizeiro como árvore de preservação permanente e imune ao corte', informa. Com a matéria-prima garantida, o próximo passo foi criar, com recursos do Sebrae, a primeira unidade de beneficiamento de frutas do cerrado do país.

Hoje, a microrregião, formada por Japonvar, Brasília de Minas, Lontra e Mirabela, produz 25 mil toneladas da fruta no período da safra, entre novembro e fevereiro. A unidade de beneficiamento produziu 150 toneladas de polpa neste ano, superando as 110 toneladas do ano passado.

Um contrato firmado entre a Cooperjap e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá comprar a produção de polpa deste ano, que será usada no enriquecimento da merenda escolar das crianças da região. Por ser uma fonte rica em carboidratos, o pequi também funciona como importante complemento alimentar da população do cerrado mineiro. Dos 8,8 mil habitantes do município de Japonvar, cerca de 5,5 mil estão envolvidos com a coleta do pequi. 'O faturamento com a cultura, apesar de não ultrapassar R\$ 250 por pessoa, é fundamental para a sobrevivência dessa população', analisa o consultor técnico do Sebrae, Antonio Carlos Pereira.

Além do pequi, a Cooperjap processa polpa de mais

15 frutas. A cooperativa tem, ainda, um contrato com uma indústria farmacêutica para a extração de rutina do fruto conhecido como fava danta, também típica do cerrado. A substância é usada para a fabricação de medicamentos contra doenças cardiovasculares, problemas circulatórios e cicatrizações. A cooperativa prefere não divulgar os valores, mas afirma que a empresa é a maior compradora da região.

## CURIOSIDADE

O nome do município Japonvar tem sua origem na junção das iniciais dos nomes de três outras cidades - Janaúria, São João da Ponte e Varzelândia - por estar situada no entroncamento desses três municípios.

Notícia sobre seminário do pequi que a Cooperativa organiza anualmente em Japonvar (Gazeta Norte Mineira – 30/11/2005)

Ano VI - Edição 1828\*

**REGIONAL**

Norte de Minas  
Quinta-feira, 08 de dezembro de 2005

**Gazeta**  
Norte Mineira

# Japonvar realiza III Seminário do Pequi e Frutos do Cerrado

*Wesley Gonçalves*

A cidade de Japonvar, distante 104 km de Montes Claros, realizou o III Seminário Regional do Pequi e Frutos do Cerrado. O evento superou as expectativas dos organizadores, bem como dos participantes. Ao todo, 1200 pessoas estiveram presentes no evento, segundo dados da Polícia Militar daquela cidade.

O evento foi voltado para extrativistas e agricultores familiares de mais de 15 municípios, dentre eles: Ubai, Campo Azul, Brasília de Minas, Luislândia, Varzelândia, São João da Ponte, Lontra, Mirabela, Januária, Itacarambi, Cônego Marinho, Bonito de Minas, Coração de Jesus, Montes Claros, entre outras cidades.

A realização do seminário teve, ainda, a participação de técnicos extensionistas e gerentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Sebrae/MG, Prefeitura Municipal de Japonvar, Cooperativa de Extrativistas e Pequenos Produtores de Japonvar (Cooperjap), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Compa-

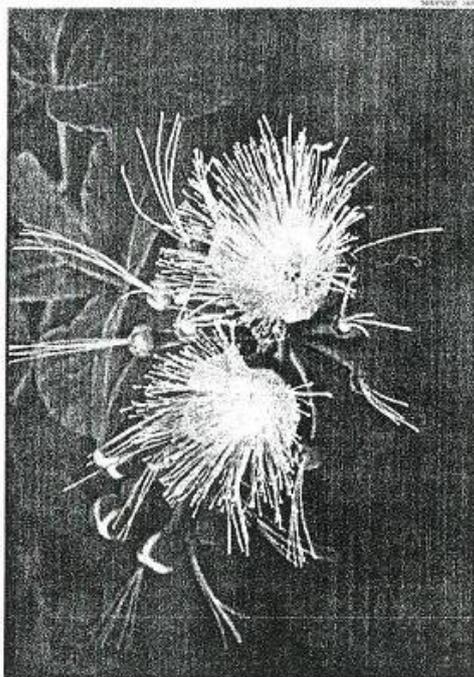
nhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), dentre outros.

No III Seminário aconteceram palestras voltadas para a preservação do Meio Ambiente, valorização da mulher e extrativismo como forma de sobrevivência para os povos do cerrado. Oficinas sobre as formas de comercialização e tributos sobre os produtos manufaturados, a produção de mudas de espécies nativas e a fabricação de licores com os mais diversos frutos dos cerrados, dentre eles o Pequi, também foram temas do encontro.

## *Cidade do Pequi*

Emancipado há nove anos, a cidade de Japonvar conta com uma população pouco superior a 8.000 habitantes e tem um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos de Minas Gerais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município ficou conhecido nacionalmente em 2003, quando da inauguração da primeira unidade de beneficiamento de Pequi do país. Anterior a esta inauguração, foi fundada a Cooperjap, em 1997, que hoje apoia a produção e comercialização dos frutos e produtos do cerrado.



**O PEQUI é um fruto típico do cerrado e tem valor altamente calórico, além do sabor perfumado e único, que faz com que seja usado como ingrediente e condimento no preparo de vários pratos**

A safra do Pequi ocorre anualmente de novembro a fevereiro, mas, devido às fortes chuvas que caíram na região

na época da florada, inclusive com granizo, a safra deve ter uma pequena queda no volume produzido.

**Apoio financeiro do Pnud para auxiliar as atividades da cooperativa  
(Gazeta Norte Mineira – 15/12/2005)**

**Gazeta**  
Norte Mineira

Norte de Minas  
Quinta-feira, 15 de dezembro de 2005

## Cooperjap recebe apoio do Pnud

A Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (Cooperjap) acaba de receber apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O incentivo é de U\$S 25 mil, equivalente a aproximadamente R\$ 60 mil. Desse valor, a entidade recebeu R\$ 17 mil no final de novembro, agora irão prestar contas ao Pnud de como foi aplicado o capital para que a segunda parcela, em torno de R\$ 40 mil, seja depositada. A informação é de Antônio Carlos

Soares Pereira, técnico do Sebrae.

Antônio Carlos explica que o dinheiro recebido será utilizado para compra de material, embalagens, equipamentos e até mesmo para financiar a produção.

O Projeto de Desenvolvimento dos Frutos do Cerrado do município de Japonvar tem o incentivo do Sebrae e foi reativado no início do segundo semestre deste ano, quando recebeu da entidade um investimento de R\$ 60 mil. As

atividades têm também todo o apoio da Prefeitura Municipal, sob a administração do prefeito Leonardo Durães de Alencar, da Emater e de outras entidades.

O presidente da Cooperjap, Adilson Gomes, conta que a ajuda financeira chegou em boa hora. "A cooperativa estava sem capital de giro para financiar a safra. E pretendemos, além do pequi, trabalhar com outros produtos nativos do cerrado, como o coquinho, a cagaíta, etc, precisávamos então de recursos

para investir nessa transformação do projeto", sentencia Adilson.

### *Objetivo*

O Projeto de Desenvolvimento dos Frutos do Cerrado tem como objetivo gerar ocupação, renda e sustentabilidade social, ambiental e cultural para os agricultores familiares associados à Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (Cooperjap). (E.C)

Divulgação

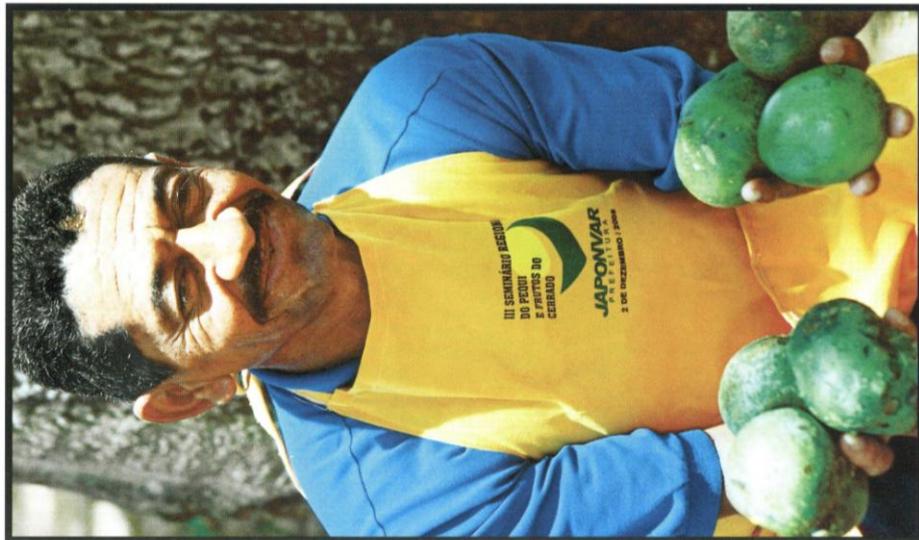


O PROJETO de Desenvolvimento dos Frutos do Cerrado tem como objetivo gerar ocupação, renda e sustentabilidade social, ambiental e cultural para os agricultores familiares associados à Cooperjap

Matéria sobre o circuito do pequi em Japonvar (Revista Passo a Passo – SEBRAE)

# Diversidade do cerrado

Frutos típicos podem mudar a vida dos moradores de Japonvar, no Norte de Minas



O produtor José Antônio estibe a riqueza que brota fácil nos altos e quintais

O município de Japonvar, com 8,5 mil habitantes e a cerca de 100 km de Montes Claros, no Norte de Minas, não abriga indústrias e o clima semi-árido não favorece a agricultura tradicional. Mas o projeto Frutos do Cerrado, implementado pelo Sebrae Minas e instituições parceiras por meio da metodologia GEOR\*, tem mostrado que a alternativa econômica brota e cresce, de forma nativa, em quase todas as áreas agrícolas de Japonvar.

Apesar do pequi ser o produto mais conhecido - sua colheita e beneficiamento emprega mais de 5,5 mil pessoas e movimenta cerca de R\$ 1 milhão no período da safra, de novembro a fevereiro -, em outras épocas do ano as famílias de Japonvar faturam também com uma diversidade de frutos igualmente nativos e exóticos como o umbu, coquinho azedo, araticum, buriti, macaúba, mangaba, caju e fava d'anta. Outra estratégia é motivar a exploração econômica de frutos de fundo de quintal como a manga, laranja, mamão e banana.

Para o produtor e presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (Cooperjap), José Antônio, o projeto é uma grande esperança para as famílias, pois a cidade não tem muitas alternativas de trabalho. Ele lembra que até mesmo o já tradicional mercado de pequi está mais fortalecido. Segundo José, antes os catadores vendiam o fruto a qualquer preço, sendo que atravessadores chegavam a pagar apenas R\$ 0,10 pelo saco. Hoje, a Cooperjap se esforça para pagar o melhor preço possível, o que leva os catadores a darem preferência para a cooperativa e até exigirem melhor preço dos atravessadores.

Outro objetivo do projeto é valorizar os frutos do Cerrado por meio do beneficiamento. O Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) desenvolveu e forneceu máquinas para o processamento do pequi, que hoje funcionam na Cooperjap. Com

agronegócio



Curso do cerrado: colheita e beneficiamento do pequi movimenta R\$ 1 milhão no período da safra

## Crescimento e metas\*

Cooperados	
2005	60 produtores
2006	150 produtores
2007	200 produtores

Renda	
2005	R\$ 200,00 por produtor
2006	R\$ 300,00 por produtor
2007	R\$ 400,00 por produtor

Compradores	
2005	3
2006	5
2007	7

## Recursos de financiamento

2005	R\$ 5 mil
2006	R\$ 10 mil
2007	R\$ 15 mil

## Capacitação

2005	60 produtores
2006	80 produtores
2007	100 produtores

\*Ver tabela de dezembro de cada ano



Capacitação e trabalho cooperado impulsionam o projeto

elas, é possível produzir licor, óleo, farinha, tempero, polpa em forma de creme e doces.

"O projeto Frutos do Cerrado tem contribuído também para resgatar a auto-estima das famílias de Japonvar. A cada dia, elas estabelecem novas parcerias e descobrem novos caminhos para comercializar seus produtos", assinala o técnico do Sebrae Minas na microregião de Montes Claros Antônio Carlos Soares Pereira.

Para este ano, a cooperativa conseguiu selar contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o fornecimento de 50 toneladas de frutas. Todos os produtos serão distribuídos nas escolas públicas da região. Além disso, venderam cerca de 30 toneladas de fava d'anta para a

## Virando a mesa

Em 1997 - ano de emancipação de Japonvar -, o Sebrae Minas iniciou um programa para estimular a exploração correta e a comercialização dos frutos nativos na região. Anorado na Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar, o programa perden fôlego por problemas de gestão na própria Cooperjap, que ficou endividada. Em 2005, o Sebrae Minas foi procurado pelos agricultores para ajudá-los e a saída foi a retomada do projeto pela metodologia GEOR.

"Uma das principais características dessa metodologia é ter ações pautadas por metas, além de que os resultados intermediários são acompanhados para verificar a possibilidade de alcançar o que foi previsto para o final do projeto. Um trabalho nessas bases veio a calhar nos momentos mais delicados para a Cooperjap, no ano passado. Agora, as dívidas estão praticamente sa-

meadas e novos parceiros e clientes estão sendo prospectados", comemora Antônio Carlos Soares.

A cooperativa espera fechar contrato com pelo menos cinco novos grandes compradores neste ano, e também planeja atrair novos cooperados, elevando de 60 para 150 o número de produtores associados até dezembro deste ano.

Algumas vitórias já começam a ser contabilizadas pela Cooperjap. Enquanto a cooperativa esperava aumentar o volume de recursos para financiamento da produção em até R\$ 5 mil, ultrapassou o previsto e conquistou R\$ 8 mil. A meta também foi superada no que se refere à capacitação de produtores. Em 2005, ao invés de treinar 60 conforme o planejado, 70 pessoas foram capacitadas.

\* Ver sumário